Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira **5.4.2024** / Diário / Ano 160.º / N.º 56 596 / € 1,80 / Direção interina **Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)**

GENERAL VALENÇA PINTO

"A QUESTÃO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NÃO PODE SER OPINADA COM BASE EM ESTADOS DE ALMA"

ENTREVISTA DN/TSF
O antigo CEMGFA general Luís Valença Pinto considera que "é muito prematuro dizer que faliu" o atual modelo de recrutamento para as Forças Armadas com base em "voluntários e contratados".

PÁGS. 4-7

KENZO TRIBOUILLARD / AFP

75 ANOS DA NATO

ALIADOS FAZEM A FESTA MAS MNE UCRANIANO SAIU SEM NOVOS APOIOS

PÁG. 19

TAP PRIVATIZAÇÃO PRESSIONA LUÍS RODRIGUES A CORTAR CUSTOS, MAS TRABALHADORES PEDEM CAUTELA

PÁG. 16

HOJE GRÁTIS

CORRUPÇÃO

ENTRE OS "CONSENSOS" DE MONTENEGRO E AS PROPOSTAS DOS PARTIDOS

PÁGS. 8-9

ONDE ESTAVA HÁ 50 ANOS?
ESTHER MUCZNIK
ESCRITORA

PÁG. 29

POLÍTICA
Os "convites por fechar" que atrasaram a divulgação dos secretários de Estado

PÁG. 10

SINDICATO

Nuno Matos. O novo dirigente sindical dos juízes que recusa a implosão da Justiça

PÁG. 14

Editorial

Valentina Marcelino
Diretora adjunta do Diário de Notícias

Se valer a pena não é preciso obrigar ninguém

"A passagem de um modelo de Forças Armadas baseado no Serviço Militar Obrigatório (SMO) para umas Forças Armadas de profissionais e contratados representa uma profunda alteração qualitativa numa área particularmente sensível e de uma enorme importância para a credibilidade externa do Estado. Um salto como esse exige, absolutamente, ponderação, previsão completa dos efeitos do novo sistema, e clara definição da resposta a dar aos problemas emergentes. (...) Os desafios fundamentais para o modelo de Forças Armadas de profissionais e contratados são essencialmente quatro: primeiro, o sistema tem de garantir que consegue produzir o número de aderentes (profissionais e contratados) considerados necessários para as missões e sistema de forças em tempo de paz; segundo, o sistema deve conter os mecanismos necessários para o crescimento necessário das Forças Armadas para as situações de exceção, incluindo a guerra; terceiro, deve ficar garantida uma correta compreensão por parte da população sobre os deveres gerais militares que sob ela impelem, no quadro do dever de defesa da Pátria; quarto, deve estar garantido que não se cria um fosso entre as Forças Armadas e o país. (...) Para acabar com o SMO teria de se abrir os cordões à bolsa, propondo remunerações atrativas, incentivos concretos e não balelas como doutoramentos e mestrados, e muita flexibilidade na gestão destes incentivos ano a ano. A questão teria de se pôr aqui como com uma qualquer outra atividade. A partir do momento em que as Forças Armadas têm de concorrer no mercado para arranjarem soldados, têm que ter meios para vencer a competição."

Poucos seriam os políticos que, atualmente, não subscreveriam esta declaração feita na Assembleia da República em 1999 – cinco anos antes do fim do SMO, que acabaria em 2004. O prognóstico de João Amaral, o já falecido deputado do Partido Comunista Português, bateu certo em tudo. Em 2023, o efetivo das Forças Armadas caiu para o número mais reduzido da história – pouco mais de 21 mil – significando 68% dos 30 840 autorizados pelo decreto-lei 6/2022, de 07 de janeiro, valor esse ainda mais crítico se tivermos em conta o valor superior do intervalo (30 mil – 32 mil) previstos na Reforma Defesa 2020, de 2013.

Os mecanismos, incentivos e planos (como o Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar de 2019, atualizado em 2023) para fazer crescer este efetivo fracassaram.

Os "deveres militares" da população e a "defesa da pátria" não são temas virais nas redes sociais frequentadas pela camada mais jovem. Quanto ao "fosso", esse foi sendo escavado, fundamentalmente, pela incúria e desinteresse consciente (não foi, certamente, por falta de avisos) de sucessivas políticas públicas que foram retirando cada vez mais direitos aos militares. Foi exceção o período em que uma equipa das Forças Armadas, coordenada pelo atual chefe do Estado-Maior da Armada, Gouveia e Melo, organizou com sucesso internacionalmente aclamado a vacinação contra a covid-19, momento em que todos perceberam a eficácia dos militares em momentos de crise.

Praticamente um quarto de século depois das palavras proféticas de João Amaral, eis que chegámos a 2024 e o monstro de uma guerra na Europa, outra no Médio Oriente, mais ameaças terroristas tão perto, nos obrigam ao inimaginável: olhar para os nossos filhos, meninos e meninas, adolescentes em casa – com toda a sua ingenuidade e frescura de quem sempre viveu em democracia e em paz – e vê-los tragicamente feridos ou mortos pelas sombras de campos de batalha. Intuitivamente é esta a primeira reação que todos, ou a maioria, dos pais terão. Uma geração que também ela cresceu em paz.

É exigível, porém, ser responsável e, seguindo o lema sempre proclamado por quem trabalha na área da segurança e emergência, esperar o melhor, preparando-nos para o pior. Em alternativa ao dantesco cenário, podemos ver os nossos filhos consciente e livremente a serem treinados para se defenderem, preparados para toda uma miríade de funções que podem comportar a defesa nacional e que incluem muito mais do que uma trincheira.

Consciente e livremente, porque sentindo que vale a pena, não é preciso sequer um SMO. Para tal, como sublinhou Gouveia e Melo, é preciso transformar o serviço militar numa "fase da vida dos jovens que tenha utilidade para a sua qualificação e perspetivas de futuro" e "ter mais imaginação" para aumentar o interesse destas camadas da população que, parecendo, muitas vezes, "alienadas das suas obrigações", como apontou o almirante, estão cientes, mais que nunca, dos Direitos, Liberdades e Garantias que é preciso proteger no nosso Estado integrado numa União Europeia construída sobre esses pilares.

A questão remuneratória é, sem dúvida, essencial rever se se pretende atrair jovens qualificados. Criar uma espécie de *gap year*, ou "pausa sabática" entre o ensino secundário e a universidade, durante o qual cada estudante pode escolher uma área do seu interesse no Exército, Força Aérea, Marinha – ou até na Proteção Civil / Bombeiros – não é uma ideia original (existe no Reino Unido, pelo menos) mas poderá ser um começo.

Não sabemos quanto tempo ainda teremos para pensar e ser imaginativos, mas dita o bom senso que não demoremos.

Depois de uma campanha eleitoral em que o tema Defesa esteve arredado dos debates e nenhuma ideia criativa consta dos programas eleitorais, será um exercício desafiante para o novo ministro da Defesa, Nuno Melo, que se orgulha de ter cumprido serviço militar e é presidente de um partido que também votou pelo fim do SMO.

OS NÚMEROS DO DIA

9000

CRIANÇAS
O governador regional de Belgorod anunciou que mais de nove milhares de menores foram retiradas daquela região da Rússia para locais mais seguros desde 19 de março. A medida visa protegê-los dos ataques ucranianos.

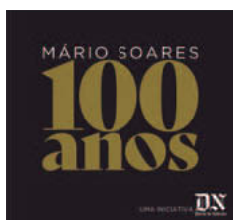
6.º

LUGAR
A FIFA divulgou o *ranking* atualizado de seleções, no qual Portugal subiu uma posição, ocupando agora a sexta posição. A hierarquia das seleções de todo o mundo continua a ser liderada pela Argentina, seguida pela França, Bélgica, Inglaterra e Brasil, que completam o *top* 5.

641

MIL NOVOS ELEITORES
O Eurostat revelou que para as eleições europeias que vão decorrer a 9 de junho estão inscritos cerca de 10,9 milhões de eleitores portugueses, dos quais 641 mil são estreantes.

114

ANOS
A idade com que morreu o homem mais velho do mundo desde maio de 2002 para o Guinness World Records. Juan Vicente Pérez Mora faleceu no estado venezuelano de Táchira a quase dois meses de completar 115 anos, pois nasceu a 27 de maio de 1909, em El Cobre, 860 km a sudoeste de Caracas.

5.4.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, João Pedro Henriques, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio, Sofia Fonseca e Valentina Marcelino **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

Luís Valença Pinto
"A questão do SMO não pode ser opinada com base em estados de alma"

ENTREVISTA DN/TSF O general Luís Valença Pinto considera que "é muito prematuro dizer que faliu" o atual modelo de recrutamento para as Forças Armadas com base em "voluntários e contratados". Era chefe do Estado-Maior do Exército quando acabou o Serviço Militar Obrigatório e foi chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas entre 2006 e 2011. Fez duas comissões em Angola, a Guerra Colonial, e entre os anos 1980 e 1990 foi um dos militares portugueses que mais participou em grupos de trabalho da NATO em que Portugal esteve envolvido.

ENTREVISTA **VALENTINA MARCELINO (DN)** E **NUNO DOMINGUES (TSF)** FOTOS **GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS**

Era chefe do Estado-Maior do Exército em 2004, quando acabou o Serviço Militar Obrigatório (SMO). Na última semana atuais chefes do Exército e da Marinha defenderam que se volte a fazer este debate. Considera neste momento exequível o regresso do SMO? Em que condições?
Não é uma questão a que se possa responder com sim ou não. A questão do SMO não pode ser opinada na base de estados de alma. Tem uma dimensão política, psicológica, sociológica e militar. E na parte militar tem dimensões várias, como a operacional, evidentemente, e a logística. Não podemos dar aos jovens as condições que dávamos nos anos 1960, 70 e estou a falar, por exemplo, de infraestrutura. Por outro lado, também não podemos ignorar que hoje, pelo que se verifica, e oxalá que nunca passemos desse patamar, a maior parte da aplicação militar portuguesa se faz fora de portas. Pergunto se a sociedade portuguesa está preparada para enviar conscritos para lugares como o Afeganistão, ou a Bósnia, ou o Kosovo, como aconteceu em décadas recentes. Portanto, esse é um assunto que merece uma séria ponderação. Não vai por estados de alma, nem vai por convicções pessoais. Se queremos ser sérios a bem do país, tem de ser estudado com muito rigor e com muita cautela. E acho que é preciso também o fator tempo. Não nos esqueçamos que foi eliminado há 20 anos.

Mas é um caminho possível, na sua opinião?
Acho que é um caminho possível se forem reunidas muitas condições que acho que porventura são difíceis de reunir neste momento. Por exemplo, dinheiro. Não vale a pena ter homens e mulheres militarmente preparados e treinados se não tivermos armamento, equipamento e fardamento. E armamento não é apenas armas. Não se pense que armamento é uma espingarda e duas botas. É armamento que hoje é sempre muito sofisticado. Se não tivermos isso, não vale a pena termos apenas e só mão de obra em *stock*, na prateleira. Isso não tem muito sentido. E há uma outra coisa que gostava de dizer. Tenho visto muito associada à ideia de um serviço cívico, de um serviço à comunidade. É uma ideia interessante. Hoje é manifesto que há alguma menor relação entre os jovens e comunidade. Estou de acordo. Também sei é certo que as Forças Armadas possam contribuir para esse reforço da cidadania. Mas a cidadania ensina-se em casa e na escola. As Forças Armadas não podem substituir isso. Podem contribuir e colaborar, com certeza, mas não se pense num serviço desses apenas e só com o propósito de reforçar o sentido de cidadania dos jovens.

> *"Não se criou uma cultura de segurança e defesa nos responsáveis políticos. (...) Quem não compreende o Estado, não compreende o papel das instituições e nelas não compreende o papel e a necessidade das Forças Armadas."*

Se existisse SMO ele deveria servir para nivelar os níveis mínimos dos quadros das Forças Armadas, que não são preenchidos atualmente com o regime de voluntariado? Era isso? Ou ir além disso?
Seria para prover os efetivos que as Forças Armadas precisam, necessariamente. Mas isso implicaria mais do que contar cabeças ou contar pés. Implicaria ter capacidades e isso implica tempo de formação. As Forças Armadas hoje, todas, sem exceção, são tecnologicamente avançadas. O Exército, a Força Aérea e a Marinha são altamente tecnológicos. Essa exigência de sofisticação para operar com equipamentos tão modernos e tão tecnológicos implica tempo. Está o país preparado para ter jovens em serviço militar por um período que, para poder satisfazer isso, não poderá ser menor do que nove ou dez meses? Isto junta-se àquela outra questão: está o país preparado para ter jovens conscritos no Afeganistão ou na Somália ou no Uganda? Se calhar não.

Esse SMO não pode também compensar uma necessidade, que até aqui julgávamos que era impensável, mas que pode sempre acontecer, até à luz dos acontecimentos mais recentes, que é de Portugal ser confrontado com um estado de guerra e não haver uma faixa importante da população portuguesa preparada para um cenário de crise desse nível?
Esse é um dado muito importante e hoje, infeliz e um pouco inesperadamente, não podemos deixar de nos confrontar com isso na Europa. O grau de probabilidade, podemos discuti-lo. Era preciso que todos esses jovens, além de terem formação, tivessem armamento, equipamento e treino suficientes para uma vez chamados, poderem cumprir as missões. Por outro lado, isso alterava os termos. Porque uma coisa é um português a defender a independência do seu país, outra coisa é um português a defender, e muito justamente, e com grande nobreza de intenções, o respeito pelos direitos humanos em sítios como o Afeganistão ou a Bósnia ou Kosovo, ou a proteção das vidas e a satisfação dos mandatos internacionais. São cenários completamente diferentes. Nunca defendi o SMO, nem o ataquei. Tive a responsabilidade de tornar o Exército profissional e consegui-o em condições verdadeiramente, a priori, quase que inimagináveis, mas que foram um grande sucesso. Quando cheguei à chefia do Exército em agosto de 2003, o Exército tinha 3300 contratados, números redondos, a Força Aérea já não tinha ninguém com SMO e a Marinha tinha mais ou menos 100 em SMO que podia dispensar sem grande problema. E o Exército, feitas as contas, identificou que precisava de 12 500 militares, que, nos termos da lei da profissionalização, teriam de ser todos voluntários. Entre agosto de 2003 e setembro de 2004, embora o limite legal fosse 20 de novembro, crescemos de 3300 para 12 500. Portanto, é possível. O que é que está hoje, basicamente, desajustado? Quando as Forças Armadas tentaram obter e obtiveram recursos humanos nessa época as condições que eram proporcionadas aos jovens eram razoáveis em termos nacionais. Hoje não são. Perdeu a competitividade. E uma das coisas que acho que é importante

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

dizer é que, por falta de cumprimento legal em não poucos aspetos, e por falta de modernidade noutros, é muito prematuro dizer que este modelo dos voluntários e contratados em Portugal faliu. Ele nunca foi aplicado com seriedade e, sobretudo, com as adaptações que o tempo mostrou virem a ser necessárias.

Mas acha que é possível ainda recuperarmos o efetivo militar necessário? Está previsto um quadro de mais de 30 mil militares. E, neste momento, temos cerca de 21 mil. Como é que se recupera isso?

Há muitas maneiras de mexer na questão. Atualmente, penso que é absolutamente imperativo uma revisão remuneratória. Essa é uma condição *sine qua non*. É indispensável assegurar aquilo que está na lei em termos de estatutários em relação às promoções. É preciso, por exemplo, e isto é um aspeto, a meu ver, absolutamente gritante, que os jovens que estão nas Forças Armadas como voluntários contratados tenham uma cobertura de assistência social. Numa instituição que se caracteriza por unidade e coesão, como é que se pode estar bem se eu, capitão, se eu, coronel, se eu, sargento, tenho assistência na doença aos militares e eles não têm? Isso é absolutamente inimaginável. Portanto, há muitas coisas que estão por fazer nesse domínio que, porventura, poderão mudar o retrato negro que hoje realmente temos, que é de uma séria escassez de efetivos.

Tudo o que aconteceu nos últimos dois anos veio virar um bocadinho este tabuleiro. É mesmo uma viragem do tabuleiro a invasão que a Rússia fez à Ucrânia?

É muito difícil fazer essa antecipação do que é que se pode vir a passar.

Os Estados Unidos sabiam exatamente o que ia acontecer mas ninguém lhes ligou, não é?

É discutível, mas sim, tem razão. Nessa altura as pessoas todas olharam um pouco para o lado. A maior parte das pessoas são amantes convictas da paz e também conhecem o quadro político da Europa. Pareceria inimaginável que neste quadro político da Europa a paz fosse quebrada pela via de uma invasão violenta, agressiva, de domínio territorial. Isto estava fora das nossas congeminações intelectuais e, portanto, não temos de nos espantar muito com o que aconteceu e a maneira como foi recebido com surpresa. Agora, daqui a cinco, dez anos podem muitas coisas acontecer e nós não sabemos. Ou pode ser até daqui a pouco tempo. Se nos Estados Unidos acontecer a eleição do senhor Trump, o que obviamente ninguém fora dos Estados Unidos pode desejar, isto mudará. O senhor Putin tem os apoios que tiver, mas há um apoio de que ele não escapa, que é o da biologia. Mais cedo ou mais tarde outro. O que acontecerá quando este senhor Putin já não estiver no poder? Não sabemos. Mas nós todos, e em Portugal temos também essa experiência, sabemos que estes poderes autocráticos, tanto quanto facilmente geram uma sugestão de grande apoio, rapidamente são confrontados com o esboroar desse apoio, porque ele não é sincero e espontâneo. O que é certo é que o grau de imprevisibilidade e de perigosidade disparou. Nas Forças Armadas planeamos sempre para a previsibilidade e para a perigosidade. Neste caso aumentaram estes dois parâmetros.

Mas ao longo dos tempos foram havendo sempre avisos de desinvestimento na defesa em toda a Europa. Não é só o caso português...

É verdade. Os Estados Unidos, por intermédio da NATO, permitiram à Europa o boom económico e social e até político que marcou os anos 60, 70, 80, a evolução da União Europeia. Por isso algumas vezes se diz, com um certo humor, que além dos clássicos cinco pais fundadores da União Europeia, há que juntar um sexto, que é o Estaline, porque o receio da invasão soviética e a presença americana para o confrontar permitiu este processo europeu de evolução. Os europeus habituaram-se a dedicar-se alegremente, e com razão de ser, às couves e às pescas e a poucas outras coisas. Mas depois veio o fim da Guerra Fria. E quando veio o fim da Guerra Fria, surgiu também a ideia um pouco cândida, mas que é da natureza das pessoas, que era o tempo da paz. Portanto, todos tínhamos de gozar os *peace dividends*. Portugal excetuou-se um bocado deste quadro geral, porque como todos sabemos, tivemos 14 anos de guerra entre 61 e 75. E, portanto, escapou. Mas este foi o panorama geral na Europa. E hoje verificamos que não estamos preparados. Não se criou uma cultura de segurança e defesa no escalão dos responsáveis políticos. Aliás, na esteira da falta de outras culturas, porque também hoje temos uma crise da ideia do Estado, também no nível dos responsáveis políticos. Quem não compreende o Estado, não compreende o papel das instituições e nelas não compreende o papel e a necessidade das Forças Armadas. Mas agora temos realmente de responder a isso. Estamos perante um cenário que pode ser muito, muito perigoso e muito trágico. Atualmente na Europa, e só não vê quem não quer ver. A Ucrânia, com certeza, marca uma grande mudança, mas não é a Ucrânia em si que marca a mudança. A mudança deve resultar da interpretação das novas condições, da conjugação daquilo que a Ucrânia nos evidenciou com aquilo que se passa no Médio Oriente, Gaza em concreto. Mas além disso, o que se passa no norte de África e no Sahel, que são aqui a poucas centenas de quilómetros e que é de um dramatismo extraordinário do ponto de vista humanitário e que é de uma perigosidade imensa do ponto de vista, por exemplo, do terrorismo e do crime organizado. Temos aqui um sítio onde nos gostamos de banhar, que é o Mediterrâneo, que hoje é simultaneamente um muro e um cemitério. Isto não é compaginável com os valores europeus. Portanto, temos de pensar que é este puzzle todo que realmente determina a mudança. E estamos a correr muito contra o tempo.

> *"A NATO conseguiu esta coisa extraordinária de se reconverter completamente no pós-Guerra Fria e de mostrar a evidência que faz sentido."*

E qual é o papel das Forças Armadas perante essas ameaças que agora identificou?

O papel das Forças Armadas é estarem preparadas a cumprir as missões que em cada Estado lhes forem determinadas. Definidas essas missões - a seguir ao ciclo que começa na definição do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que é muito discursivo e pouco concreto, seguido do Conceito Estratégico Militar, que já é muito mais concreto – determina-se que forças são precisas. Temos problemas de equipamento em algumas áreas e problemas de efetivos. Mas as Forças Armadas portuguesas, avaliadas objetivamente através dos seus desempenhos, são muito capazes e muito qualificadas. Vi isso ao longo de toda a minha vida, os quadros portugueses a serem apetecidos por todas as organizações internacionais e onde quer que fossem, a terem desempenhos extraordinários e assim reconhecidos. Isso tem de voltar a ser uma realidade, mas tem de ter mais sustentação. E a sustentação são as Forças Armadas que sejam efetivas na sua expressão, na sua dimensão.

E financeiramente? Vamos chegar aos míticos 2%? No ano passado era a previsão do Governo, o compromisso era de chegarem aos 1,66%, mas só se chegou a 1,48%. O que é que implica na prática estes 2% de orçamento da Defesa?

Dizer que Portugal acomete à defesa 1,48% do nosso PIB é uma pura falácia. Portugal anda na zona do 1,1%. E onde é que está a falácia? A falácia está na consideração, por exemplo, dos vencimentos dos reformados. Eu sou um encargo que Portugal dá para a NATO ou para a União Europeia. Isto faz algum sentido? E também entra neste sofisma um batalhão da GNR. Agora, acho que os 2% são um pouco icónicos e são um *benchmark*. O que importa não é gastar 2% ou 2,1% ou 1,8%. O que importa realmente é termos forças e forças dimensionadas para aquilo que temos hoje. O organizadas, equipadas e treinadas ao nível do melhor que haja na Europa, na nossa escala. Porventura, não nos podemos comparar com os Estados Unidos, mas podemos e devemos comparar com a Holanda, com a Bélgica, com a Dinamarca, com a Noruega, que têm padrões de eficácia que são superiores aos nossos.

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

Mas como é que os 2% fariam a diferença na prática?
Não estou completamente por dentro dos dossiers, como calculam, mas acho que hoje os 2% tinham que, em primeiríssimo lugar, e há uma questão de quase atitude de bombeiro, acudir aos requisitos que são adequados para conseguir criar atratividade para o serviço militar. Depois, naturalmente, para o armamento, equipamento e treino. E para outra coisa muito importante, que são as infraestruturas. Não podemos proporcionar hoje aos jovens as infraestruturas que tínhamos nos anos 60. Já ninguém gosta de dormir em quartos particulares de 100, como eu dormi quando era cadete da Academia Militar. Nem sequer em quartos particulares de 12. Além disso, se queremos valorizar as suas pessoas, as suas aptidões e promover facilmente a sua inserção no mundo civil, temos de lhes dar condições , não só de frequência de ensino, que essas basicamente damos, mas de estudar dentro do quartel. Portanto, não chega só ter um quarto particular de dois ou três, é preciso que haja também, nesses espaços, condições para que possam estudar com tranquilidade. Portanto, é para isso que isso servia. No meu tempo fizemos contas e chegámos à conclusão de que 1,8% resolvia muitos dos nossos problemas para nos pôr no patamar, repito, dos holandeses, dos noruegueses, dos suecos, por aí fora.

Mas descontando as reformas e a GNR...
Com certeza, sem reformas e sem GNR. Porque isso é do ramo falácia, não é do ramo orçamento das Forças Armadas ou Defesa. Hoje há uma necessidade acrescida que é a de prover condições materiais para a satisfação da atratividade remuneratória dos militares. Ao lado disso, temos a Lei da Programação Militar (LPM). Reconheço isso com satisfação, que esta atual LPM representa um certo impulso mas, ao mesmo tempo, fico um bocado preocupado, porque há um montante significativo de centenas de milhões de euros que não estão lá colocados. Estão previstos como sendo granjeados pelas Forças Armadas, dependendo de receitas próprias. Ora, é discutível se as Forças Armadas conseguem ou não obter essas receitas próprias. E o que vejo de mais grave em tudo isto, talvez esteja com o cinismo próprio da minha idade, é que, com esses quase 300 milhões, criámos um alçapão para que não se consiga planear com exatidão e executar com correção a LPM. Ficava muito mais feliz se esse montante não constasse da Lei, pura e simplesmente. Imagino que eles vão dar um excelente alçapão para o não cumprimento da lei.

Esta semana a NATO completou 75 anos de vida e Portugal é um dos países fundadores. Houve muitas dúvidas nos últimos anos sobre se a NATO continuava a fazer sentido existir? A NATO faz sentido nesta altura e convive bem com a União Europeia?
A NATO conseguiu esta coisa extraordinária de se reconverter completamente no pós-Guerra Fria e de mostrar a evidência que faz sentido. Veja a paz, a alteração completa da situação de segurança nas Balcãs Ocidentais. Temos porventura uma paz como há muito tempo não tínhamos e isso após a implosão da antiga Jugoslávia. A NATO teve uma intervenção formidável, por exemplo, no combate à pirataria nas costas da Somália e no Golfo de Adam. A NATO tem projetado meios aéreos, agora também de outra natureza, para a proteção avançada da Lituânia, dos países bálticos de uma forma geral e agora também da Roménia. A NATO teve um desempenho extraordinário no Afeganistão, por mais que as pessoas possam pensar que não. Aquilo que as forças da NATO permitiram no Afeganistão, onde à data da entrada não havia uma escola que funcionasse, um hospital que funcionasse, havia uma central elétrica que trabalhava meia dúzia de horas por dia, não havia esgotos, não havia rigorosamente nada e a vida social estava parada. Quando a NATO saiu o país estava mais ou menos recomposto. O que a mim me surpreendeu foi como é que os afegãos, o povo afegão não se bateu pela manutenção das condições de vida que, entretanto, tinham sido criadas. Mas é evidente que essa surpresa fica em segundo lugar com a surpresa que se pode ter em primeiro lugar, que foi a retirada bastante unilateral dos Estados Unidos à revelia até dos seus parceiros. Portanto, sim, a NATO faz muito sentido e a NATO reconverteu-se de uma forma brilhante.
E sabe porque é que a NATO se reconverteu de uma forma brilhante para as novas condições e necessidades? Por um lado, porque o clima de debate na NATO e de diálogo é muito aberto, há sempre uma ideia exterior que os Estados Unidos põem e dispõem. Não é assim. Os Estados Unidos são certamente o Estado líder, mas não são o Estado diretor na NATO. E por outro lado porque a NATO tem uma coisa fantástica a seu favor. O Tratado de Washington era uma folha A4 de 14 artigos e, portanto, tem imensa flexibilidade. Foi à luz do bom entendimento do diálogo do debate e da flexibilidade que os textos constitucionais permitiam e que era muito grande, que a NATO foi sucessivamente evoluindo. Quanto à UE e a NATO, houve fases de grande desconfiança mútua, mas acho é que essa separação não existe. Quer dizer, imaginar o Atlântico como exterior à Europa é um absoluto absurdo. O Atlântico é uma parte identitária da Europa, desde as costas da Noruega até às costas portuguesas com prolongamento pelos nossos arquipélagos. Essa fase de desconfiança foi vencida. Como se pode valorizar isto no plano político? Em Maastricht, quando pela primeira vez se falou de uma preocupação europeia em segurança e defesa. Mas, mas para quem conhece o tratado, quem viveu toda essa negociação, e tive essa obrigação, foi muito envergonhada, porque a UE não assumiu as coisas diretamente. Isso foi fazendo o seu caminho a partir daí, com os sucessivos tratados, Amesterdão, Nice, etc., até o Tratado de Lisboa, que já dá uma outra realidade. Depois há uma outra questão que é importante considerar, é que a cultura de segurança e defesa não existia na UE. E as pessoas ficaram muito assustadas com a probabilidade de ver entrar pela porta dentro matérias como a política externa, a segurança e a defesa. Essa fase foi difícil, mas está ultrapassada. Uma das grandes preocupações da atual presidente da Comissão Europeia é valorizar o papel da Defesa . Depois houve uma outra fase, da qual também acho que já saímos, em que havia, fácil e natural interação e complementaridade de esforços entre líderes políticos e líderes militares, mas depois os burocratas, cada um em seu lado, defendia a sua dama de uma maneira desajustada, até em relação ao que era a orientação política e militar. Portanto, neste momento, as condições são para uma excelente cooperação NATO-UE. E para a segurança e defesa da Europa, a cooperação NATO-UE é absolutamente central e decisiva. Em particular, mas não só, no que toca a este arco de instabilidade que temos no sul e no sudeste, na fachada mediterrânica do sudeste.

> “O que espero de um qualquer ministro da Defesa é que, primeiro, tenha sentido de Estado, compreenda qual é no Estado o papel das instituições e nesse quadro o papel das Forças Armadas.”

O objetivo da Associação Eurodefense é chamar a atenção dos Estados-membros da UE e da sociedade em geral para as suas responsabilidades nesta área de segurança e defesa. Que avaliação é que faz da forma como o poder político tem assumido esta responsabilidade?

O que posso dizer é que as pessoas nos têm acolhido com grande simpatia. As nossas dimensões são essas que referiu, por um lado as questões gerais da política de segurança e defesa da Europa, por outro lado a questão da base tecnológica industrial de defesa, tanto no plano europeu, como no plano nacional e, transversalmente a isso, uma dimensão muito forte e muito procurada, de uma maneira aguerrida, relativamente à juventude. Uma coisa que privilegiamos bastante e que se tem mostrado rentável, é a relação com a universidade. Deixe-me dar-lhe um número: abrimos o curso que vai começar para a semana para 14 vagas e temos 56 candidaturas, o que significa credibilidade, em relação ao anterior que fizemos no final do ano passado. Por outro lado, ainda ontem pude assinar com o ISEG um protocolo que vai funcionar, por um lado, com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e por outro com o ISEG em Lisboa. O de Coimbra vai começar dentro de dias, Lisboa a seguir, para um programa de estudos avançados em Economia e Defesa, que nunca houve em Portugal, e não creio que haja na Europa. Parece que haverá algo semelhante no Reino Unido, não sei se há, nem se não há, mas fora isso não há nada. É completamente inovador, e além disso, temos procurado também dar grande atenção às questões da mais moderna tecnologia, inteligência artificial, robótica, as questões da ciberdefesa, as questões do espaço, e para fazermos isso temos de nos relacionar com muita gente, nomeadamente com a Universidade.

E acha que o caminho vai mesmo pelo lado da academia criar esse *know-how*, esse conhecimento, ou neste caso a própria instituição militar vai ter de criar essas condições?
Temos de funcionar aqui sempre associando Forças Armadas, academia, mundo privado, nomeadamente as empresas. Temos procurado fazer isso. Há coisas que não lhe posso responder. O estágio académico há pouco referido já está comprovado, foi um enorme sucesso e toda a gente que partilhou disso assim o reconhece. O tal programa avançado vai começar, é uma incógnita, mas está toda a gente muito motivada. Não sei se têm essa noção, a nossa economia de defesa é pequenina no contexto

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

económico português, mas é excecional nos seus indicadores de produtividade, de remuneração, de investigação e de capacidade de internacionalização. Portanto, toda a gente se sente muito atraída por isso.

Temos um novo governo e tomou posse ontem um novo ministro da Defesa, Nuno Melo, presidente do CDS. O senhor foi chefe do Exército quando outro líder do CDS, Paulo Portas, era ministro da Defesa. Alinha com a tese do CDS conseguir mais facilmente o respeito dos militares?

Não, não posso alinhar com essa tese, porque os militares respeitam, por regra, toda a gente, nomeadamente quem está de direito completo, neste caso de direito constitucional, no desempenho de funções e nessa situação de ministro da Defesa. O que espero de um qualquer ministro da Defesa é que, primeiro, tenha sentido de Estado, compreenda qual é no Estado o papel das instituições e nesse quadro o papel das Forças Armadas. Segundo, que tenha peso político junto do primeiro-ministro, do ministro das Finanças, do ministro da Adestração Interna e do ministro dos Negócios Estrangeiros. Se isto for reunido e se o ministro da Defesa estiver na posição de meter a mão na massa e de lidar com estas matérias complicadas e indispensáveis do recrutamento, do rearmamento, ele terá sucesso. Uma coisa que antecipo é que contará com certeza com a colaboração total das Forças Armadas e, desde logo, do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e também dos ramos das Forças Armadas. Se ele passar pela pasta muito explorando as imensas oportunidades que surgem, visitas bilaterais, participação em congressos e conferências, sonhando eventualmente mais à frente vir a ser outra coisa, putativamente Ministro dos Negócios Estrangeiros, não será ministro da Defesa a sério. Esperemos que este queira ser mesmo ministro da Defesa. Acho que não há nenhum problema quanto à respeitabilidade que terá dos militares, não tenho dúvida da colaboração que os militares lhe prestarão e ele tem de saber ouvir e tem de saber ser ouvido. Já vi coisas completamente caricatas, escritas e lidas, como a que este Ministro era provavelmente uma boa escolha porque tinha sido alferes miliciano em Braga. Quer dizer, não consigo imaginar nada que me dê mais vontade de rir do que este argumento.

Em relação à ministra que sai, cumpriu neste curto consulado?

A ministra que sai teve um período de vigência curto, em boa verdade. É uma pessoa que conheço há muitos anos e por quem tenho grande respeito, grande estima e grande amizade. Acho que encontrou situações muito difíceis. Não tenho nenhuma dúvida que procurou cumprir as suas funções com o máximo de honestidade, de isenção e de transparência. Aqui e além, já numa fase relativamente avançada do seu exercício, descobriu coisas que não sabia, porque é natural que as pessoas não saibam tudo e mudou sempre com seriedade intelectual. A tendência é dizer humildade intelectual, mas é melhor dizer com seriedade intelectual. Soube adaptar a sua perspetiva sobre as coisas à medida que foi vendo, encontrando e conhecendo. Acho que teve o desempenho possível, porque acho que os tempos foram muito difíceis, muito ruins. O ponto, mais uma vez, está aqui: qual era a relação e peso junto do primeiro-ministro?

Faltou-lhe peso político.

Pois, talvez. É a noção que tenho. Já agora, basicamente desde 2011, e isto não tem nada a ver com o facto de eu ter saído, é uma mera coincidência que tem que ver com a troika, vivemos em negligência política perante as Forças Armadas e por isso é muito difícil.

O Ministério da Defesa foi alvo de uma grande investigação criminal por suspeitas de corrupção, como sabe, que envolviam a Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional, com dirigentes ao mais alto nível arguidos e suspeitos.

A Ministra anunciou, como reação e como forma de prevenir essas situações, tornar a separar a Direção-Geral de Recursos de Defesa conforme era antes do tempo da *troika*. Acha que isso era uma boa ideia?

Uma ideia indispensável. Veja de tudo o que aqui falámos como é importante que haja alguém que se foque de forma especializada na questão dos recursos humanos e alguém que se foque na questão do armamento e do equipamento. Essa junção que se fez foi uma das coisas completamente absurdas que foram feitas no tempo da *troika* e eu, muito francamente, absolvo completamente a *troika*. Quem não consigo absolver foram os responsáveis portugueses, políticos portugueses da época, que deram bênção a coisas que não tiveram nenhum estudo. Decidiram que era por ali, traçou-se um risco e assim ficou.

Era o ministro Aguiar-Branco, na altura...

Era Aguiar-Branco que, porventura, não deixou muitas saudades nas Forças Armadas e o primeiro-ministro também porventura não deixou, porque acederam passivamente àquilo que eram, peço desculpa pela expressão muito corriqueira, uns palpites que a *troika* fez, porque a *troika* também não estudou nada disso. Chegou cá e marcou uma espécie de risco a dizer que não podia ser mais do que isto ou menos que aquilo e tinha de se juntar isto com o resto. Não teve nenhum sentido. Foi a coisa mais acéfala que se podia ter feito. Independentemente do resultado final, do ponto de vista do método de abordagem, foi completamente acéfalo e acrítico.

> *"Já vi coisas completamente caricatas, escritas e lidas, como a que este ministro era uma boa escolha porque tinha sido alferes miliciano em Braga. Não consigo imaginar nada que me dê mais vontade de rir do que este argumento."*

O senhor general creio que foi o único antigo chefe que não assinou a famosa "carta dos 28" liderada pelo general Ramalho Eanes, que se opôs à alteração da estrutura das Forças Armadas, no sentido de dar mais competências e mais poder ao chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Porque é que não quis assinar esta carta?

Podia responder de uma maneira muito simples; nunca soube da carta. Só soube da carta quando ela foi publicada e difundida. Ou seja, nunca ninguém me convidou ou sugeriu que assinasse a dita carta. Mas para que não restem dúvidas, quero dizer que se me tivessem sugerido para assinar aquela carta que depois vim a conhecer, não a teria assinado por várias razões. Porque não gosto do método, em primeiro lugar. Esta medida era a terceira etapa da reforma de alteração das relações de responsabilidade entre os chefes do Estado-Maior-General e os chefes dos ramos. A primeira etapa era de 2009, a segunda etapa de 2014 e a terceira etapa foi essa que se concretizou em 2021. Ora, fui um dos grandes, se calhar o maior, promotor do início de tudo isto em 2009 e enfrentando dificuldades absolutamente inimagináveis que não gosto sequer de recordar. Esse é o sentido. Pergunte-lhes porque é que acharam que não me queriam convidar para assinar a carta, mas eu não estava no problema de fundo. A minha posição é esta. E depois quando li a carta, muito francamente, fiquei muito triste porque a carta acho que é muito pobre do ponto de vista do seu texto, da identificação do objetivo e da maneira como está escrita. Obviamente não sou um cultor da beleza literária, mas não gostaria de assinar um texto tão desconjuntado como aquele. E por outro lado, do ponto de vista do método, tenho uma dor porque quando vejo atraírem para aquela carta camaradas certamente muito respeitáveis de 90 e tal anos, entendo que certamente manipularam essas pessoas. Porque se é lutar para que as Forças Armadas estejam melhores, com certeza os pormenores as pessoas dessa idade já não os sabem, como eu hoje já não sei muitas coisas. Portanto, por um conjunto de razões, nunca assinaria. Mas também, em boa verdade, fiquem todos cientes que nunca ninguém me falou na dita carta, descobri depois de ser publicado e divulgado porque alguém me mostrou. Portanto, deram-me essa honra de me excluir desse processo. Fico-lhes grato.

Estamos no mês em que se celebram 50 anos do 25 de Abril e queria fazer-lhe uma pergunta que podia ser feita por Baptista Bastos. Onde é que estava no 25 de Abril de 1974?

Como um capitão da minha geração, estive desde o princípio completamente envolvido, empenhado e comprometido com o primeiro, que foi o movimento dos capitães, e mais tarde o movimento das Forças Armadas, incluindo na sua perspetiva de alteração do regime, porque obviamente era manifesto que o país estava colocado num beco sem saída e que o regime que existia, que era um regime a preto e branco, sombrio, trágico e além de autoritário, não tinha nenhuma porta de saída para os gravíssimos problemas que o país enfrentava. Mas as coisas são como são e em dezembro de 1963 fui para Angola comandar a Companhia de Engenharia. Foi a minha segunda comissão e, portanto, na altura do 25 de Abril estava a algures entre Sanzapombo e Massau a abrir um itinerário entre essas duas localidades.

E soube ou esteve a par das movimentações?

Estive sempre a par das movimentações, só não sabia a data exata em que ia acontecer. Isso só soube no dia 25 de Abril, pelas 10h22, através da emissão em português da Rádio Berna. E o que é que aconteceu? Fiquei eufórico e fiquei cheio de esperança.

E o resto da companhia?

Eu disse à companhia o que é que se passava e toda a gente ficou eufórica e cheia de esperança. Depois, também se percebeu ao fim de algum tempo que alguns tinham já agendas.

ÁLVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGENS

Pedro Nuno Santos (líder do PS) e o primeiro-ministro, Luís Montenegro, no dia do primeiro acordo PS-PSD: a eleição do presidente da Assembleia da República.

Corrupção. Dos "consensos" de Montenegro às propostas dos partidos

OPOSIÇÃO O primeiro-ministro continua na senda dos entendimentos com as forças políticas, mas tendo de gerir a relação com o PS e com o Chega. Sobre o combate à corrupção, o hemiciclo parece alinhado, mas com muito para discutir.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO** E **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

Montenegro disse-o na tomada de posse: o combate à corrupção tem de ser "nacional", "mobilizar todos", cujo contributo "é essencial". Anunciou depois que Rita Júdice, ministra da Justiça, será a interlocutora junto dos partidos para encetar um diálogo alargado sobre o tema. O objetivo é procurar alcançar algo importante: "Consensos numa área crucial."

E, olhando para os programas eleitorais, o tema é transversal. Ainda que com perspetivas diferentes. Há quem defenda que se devem confiscar bens ilícitos, quem diga que "a corrupção mina os valores da transparência" ou, até, quem fale em corrupção como o resultado de uma série de problemas.

Começando pelo programa vencedor, o da Aliança Democrática (AD), há toda uma secção dedicada à corrupção. De todos os oito programas é, mesmo, o que mais vezes refere a palavra (38).

Entre outras medidas, o programa – que, presumivelmente, se tornará no do Governo – defende uma "reforma institucional das entidades públicas especializadas na transparência e na prevenção de corrupção: o Mecanismo Nacional Anti-Corrupção (MENAC), a Entidade da Transparência e a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos". Pedem, também, que haja um reforço das "regras de transparência, controlo dos conflitos de interesses, incompatibilidades e de impedimentos dos titulares de cargos políticos". Focando-se também nos partidos, a AD propõe passar a abrangê-los pelas "normas anticorrupção", o que os obrigaria a implementar "planos de prevenção de riscos, códigos de conduta, designação de um responsável de cumprimento normativo e canais de denúncia internos, bem como existência de formação interna nestas matérias".

> **A AD é quem mais vezes fala em corrupção no programa, mas nenhum partido esqueceu o tema. "Ninguém tem o monopólio das melhores soluções", lembra Leitão Amaro.**

Em matéria penal, é também defendido um aumento das penas para os crimes ligados à corrupção.

À esquerda, o Bloco tem, também, várias medidas de combate e prevenção à corrupção. O partido liderado por Mariana Mortágua olha para a corrupção como resultado, em parte, da "opacidade". "Combater a corrupção exige a criminalização do enriquecimento

injustificado e o seu confisco”, escrevem os bloquistas na sua manifestação de intenções, onde usam “corrupção” em 12 vezes.

Sobre medidas, há praticamente uma dezena. Entre as quais: “Criminalização do enriquecimento injustificado, com confisco dos bens obtidos dessa forma”, a “fiscalização do património e dos rendimentos dos titulares de cargos políticos e dos altos cargos do Estado por uma Entidade para a Transparência”, ou, ainda, o “reforço dos meios e pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Polícia Judiciária afetos ao combate à evasão fiscal e à criminalidade económico-financeira”.

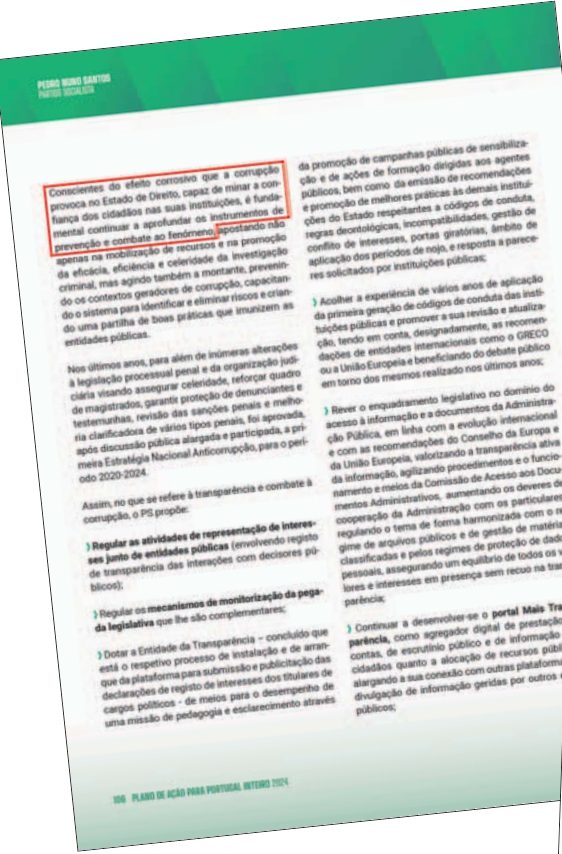
Também à esquerda, o Livre fala no tema 19 vezes, em passagens como “a incerteza e a morosidade da justiça penal contribuem hoje para um sentimento de impunidade na prática de crimes públicos, como a corrupção”, “é necessário lutar inequivocamente contra a corrupção” ou “o combate e a prevenção da corrupção assumem hoje um fator essencial para o desenvolvimento económico, social e político do país”. Medidas propriamente ditas, o partido de Rui Tavares quer, entre outras, criar “uma agência pública independente que centralize as funções do Mecanismo Nacional Anticorrupção, da Entidade de Contas e Financiamentos Políticos e da Entidade para a Transparência” ou ainda “criar tribunais especializados em corrupção e criminalidade económico-financeira e garantir aos magistrados formação especializada em corrupção”.

Apesar das perspetivas distintas, a transparência parece ser um dos tais “consensos” pedidos por Montenegro.

Mas há um outro tema omnipresente em todos: a regulamentação do *lobbying* – que consiste em pressões feitas por um determinado grupo ou indivíduo a favor dos seus interesses – é geralmente associada a crimes de corrupção e tráfico de influência. O tema já esteve na agenda parlamentar por várias vezes, mas nunca chegou a lei. Na última legislatura, os projetos do PS, PSD, IL e PAN chegaram a ser aprovados (ainda que com diferentes votações) e seguiram para a especialidade. Mas com a dissolução do Parlamento voltou tudo à estaca zero.

Braço de ferro do *lobby*

O Chega, no programa eleitoral que levou às mais recentes eleições legislativas, no capítulo dedicado à corrupção diz que o partido “pode e deve fazer a diferença”. Por isso, a prever um paradoxo com esta afirmação, no mesmo documento o partido deixou um aviso: “É previsível que todos os partidos políticos se apresentem a estas eleições içando a bandeira do combate à corrupção.”

Como resposta velada a esta ideia e depois de anunciar que o Governo já mandatou a ministra da Justiça para falar com todos os partidos, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, no final do primeiro Conselho de Ministros desta legislatura, justificou: “Ninguém tem o monopólio das melhores soluções.”

Com uma análise dos programas de todos os partidos, esta ideia parece encontrar eco nas palavras de Leitão Amaro, esvaziando o Chega do monopólio do combate à corrupção e da tentativa de ser diferente de todas as outras forças políticas.

A coroar tudo o que os partidos dizem sobre o tema, entre medidas concretas que passam pelo reforço de meios para a Polícia Judiciária ou o Ministério Público, surge o próprio Orçamento do Estado para 2024 (OE2024), avançado pelo PS, com foco no artigo 215.º. O documento prevê o “reforço do combate à corrupção, fraude e criminalidade económico-financeira” e, a limite, até obriga o atual Governo a criar “um grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta de Estratégia Nacional Anticorrupção 2025-2028, composto por personalidades de reconhecido mérito, que deve ser aprovada até 31 de dezembro de 2024”.

PSD, PS e Chega convergem nos principais efeitos do crime de corrupção.

PEDRO NUNO SANTOS
PARTIDO SOCIALISTA

Conscientes do efeito corrosivo que a corrupção provoca no Estado de Direito, capaz de minar a confiança dos cidadãos nas suas instituições, é fundamental continuar a aprofundar os instrumentos de prevenção e combate ao fenómeno, apostando não apenas na mobilização de recursos e na promoção da eficácia, eficiência e celeridade da investigação criminal, mas agindo também a montante, prevenindo os contextos geradores de corrupção, capacitando o sistema para identificar e eliminar riscos e criando uma partilha de boas práticas que imunizem as entidades públicas.

Nos últimos anos, para além de inúmeras alterações à legislação processual penal e da organização judiciária visando assegurar celeridade, reforçar quadro...

CARTA DO PRESIDENTE
LIMPAR PORTUGAL

PROGRAMA ELEITORAL AD 2024

COM SENTIDO DE ESTADO

TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

A corrupção é um dos maiores problemas que afeta a qualidade da democracia, a eficiência da gestão pública, a equidade da distribuição de recursos, e a confiança dos cidadãos nas instituições. A corrupção mina os valores da transparência, da responsabilidade, da participação e da integridade. Valores esses que são essenciais para uma sociedade livre, justa e solidária.

Portugal tem sido classificado como um dos países da União Europeia com maior perceção de corrupção, segundo o índice da Transparência Internacional. A posição internacional do País tem vindo a agravar-se nos últimos 8 anos. Conforme nota a Transparência Internacional de Portugal, no *Corruption Perception Index 2023* o País atingiu agora o seu pior resultado desde 2012 (a par 2020), “tendo inclusive perdido a liderança entre...

Porém, o PAN foi um dos proponentes deste conjunto de medidas que ficou inscrito no OE2024, como explicou ao DN a deputada única do partido, Inês de Sousa Real. “Para além da criação do grupo de trabalho, ficou também aprovada em Orçamento de Estado a apresentação do relatório relativamente à Estratégia que termina agora em 2024, precisamente para que seja tornado público esse relatório [de monitorização da execução da Estratégia Nacional Anti-Corrupção 2020-2024] e para que seja envolvido, para além da parte política, a sociedade civil”, explicou Inês de Sousa Real, antes de lembrar que a regulamentação do *lobbying* foi travada pelo PSD no início deste ano.

“Foi pedido um direito potestativo dos partidos e o PSD lançou mão desse direito, adiando e impedindo assim que, nesta legislatura que terminou, se votasse a regulamentação da lei do *lobbying*”, continua a deputada. “Portanto, se queremos ser consequentes naquilo que é a prevenção da corrupção, teria passado por aprovar esta proposta que estava em cima da mesa e que era uma proposta conjunto do PAN e do PS”, adianta Inês de Sousa Real, mantendo a esperança de “que agora na próxima legislatura volte a haver condições para que se consiga fazer avanços nessa matéria”.

Também o deputado socialista Eurico Brilhante Dias confirmou ao DN que o PSD recusou avançar com este tema. “Eles [sociais-democratas], com o adiamento, boicotaram a possibilidade de termos um texto de conjunto de regulamentação do *lobby*”, disse, acrescentando que o objetivo do PS era avançar com “uma lei que no fundo criasse regras claras e que viesse a regular a atividade para que a atividade não fosse clandestina que existe sob a capa de outras coisas”.

Mas o PSD, sob a forma de Aliança Democrática (AD), não se esqueceu de inscrever este tema no seu programa eleitoral, dentro do capítulo dedicado à corrupção, apesar de o ter travado no passado recente e de agora andar à caça de consensos.

A coligação entre PSD, CDS e PPM, no documento, prevê “regulamentar o *lobbying*, definindo os conceitos, os princípios, os procedimentos, e as sanções aplicáveis à atividade de influência junto dos decisores públicos, e criando um registo obrigatório e público de lobistas e de entidades representadas”.

Um pouco mais à frente, a CDU também quer uma resposta para a regulamentação do *lobbying*, mas apresenta o tema com outra designação. “Recusar a legalização do crime de tráfico de influências sob a designação de *lobbying*, que constitui mais uma forma de legitimação da influência dos interesses económicos e financeiros junto do poder político, contribuindo para a subordinação deste e a degradação do regime democrático.”

ONDE HÁ CONSENSOS

	Regulamentar o *lobbying*	Confisco de bens	Reforço de meios para combater a corrupção
AD	●	●	●
PS	●		●
CHEGA	●	●	●
IL	●		
BE		●	●
LIVRE	●		●
PCP			●
PAN	●		●

Os "convites por fechar" que atrasaram a divulgação dos secretários de Estado

GOVERNO Dificuldades em finalizar a lista e a necessidade de o Presidente "avaliar" todos os nomes adiaram a revelação que era esperada no final da tarde. Sábado há novo Conselho de Ministros.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

Quase hora e meia de reunião, a primeira entre o primeiro-ministro e o Presidente da República e uma frase de Luís Montenegro: "Foi uma boa reunião, falámos de vários temas." E se a expectativa era ficar-se a saber logo de imediato a lista dos secretários de Estado, à semelhança do que aconteceu com os ministros, isso não aconteceu. "Sobre composição do Governo [os nomes que faltam] saber-se-á mais logo" foram as palavras de um primeiro-ministro em passo acelerado.

A meio da tarde, apurou o DN, a lista de secretários de Estado não estava completa e às 19h30, hora a que Luís Montenegro saiu de Belém, da reunião com Marcelo Rebelo de Sousa, surgiu essa dúvida.

O adiamento da revelação, o " saber-se-á mais logo" dito pelo primeiro-ministro, começou a ser justificado ao DN de três maneiras: que o Presidente "estava a avaliar" a lista de quase 40 nomes; que "não estava ainda completa"; e que "nunca esteve previsto" a divulgação de nomes do fim da tarde.

Porém, de todas as possibilidades a "quase certeza absoluta" apontava, segundo as fontes do DN, para o cenário da tarde: a lista não estava completa, "ainda havia convites por fechar".

Certeza absoluta? Só uma: não havia garantias "sobre a hora" a que seriam conhecidos os secretários de Estado, mas a lista iria ser conhecida durante a noite de ontem, assegurava fonte da Presidência da República.

Marcelo e Montenegro estiveram reunidos durante hora e meia.

PAULO ALEXANDRINO/GLOBAL IMAGENS

Sem confirmação oficial foram surgindo nomes: Carlos Abreu Amorim, Pedro Dias, Alexandre Homem de Cristo, João Valle e Azevedo, José Cesário e Cláudia Monteiro de Aguiar – eurodeputada que não pretendia continuar em Bruxelas nem regressar ao Funchal.

Quase ao mesmo tempo, em comunicado enviado às redações era anunciado que o novo Governo vai reunir todos os seus membros num Conselho de Ministros informal que decorrerá no sábado em Óbidos, distrito de Leiria.

Este Conselho de Ministros informal vai decorrer no salão nobre da Câmara Municipal de Óbidos "com a participação de todos os membros do Governo".

Além da reunião, com início previsto para as 9h30, está ainda agendada uma fotografia dos membros do Governo na Praça de Santa Maria.

Marcelo Rebelo de Sousa, empossou na terça-feira o primeiro--ministro e depois os 17 ministros do executivo minoritário da AD, na Sala dos Embaixadores do Palácio Nacional da Ajuda, 23 dias depois das eleições legislativas antecipadas de 10 de março.

O XXIV Governo Constitucional só ficará completo com a posse dos secretários de Estado, marcada para esta sexta-feira, às 18h00, no Palácio Nacional da Ajuda.

Virança
Ana Drago

Quinas, castelos e transparência

Com 126 palavras, o comunicado do primeiro Conselho de Ministros do novo Governo anunciou ao país uma birra e uma proposta de trabalho. A birra é o anúncio do regresso do anterior logótipo do Governo. Recuperando a esfera armilar com "escudo, quinas e castelos", o Governo assegura que com esta decisão se valorizam a "história, identidade e cultura nacionais". Enfim. O ridículo não mata, mas mói. Já a proposta de trabalho parece mais promissora – o Governo pretende promover uma "agenda ambiciosa, eficaz e consensual de combate à corrupção".

A primeira certeza é que vamos regressar ao carrossel dos debates da criminalização do enriquecimento ilícito, que consta do programa da AD e que os deputados da AR andam a mastigar há muitos anos. É uma proposta relevante, mas os riscos são conhecidos. Qualquer legislação que assente na inversão do ónus da prova é um atentado ao Estado de Direito, como o Tribunal Constitucional tem feito questão de apontar. No entanto, há exemplos de soluções noutros países que parecem promissores, é estudá-los e avançar.

Mas para quem lê o compromisso eleitoral da AD, há uma segunda área de debates que pode ser arrumada sob o signo da promoção da transparência. O programa da AD começa por referir que Portugal é um dos países onde os cidadãos mais manifestam desconfiança face às instituições, e argumenta que são necessárias medidas para promover a "integridade e transparência na governação" e para "fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas". Avança com uma cascata de novos registos; incompatibilidades e impedimentos de decisores políticos; alargamento de "períodos de nojo de governantes". É um bom mote, veremos o que se avança nestas matérias. Mas, sobre transparência e confiança nas instituições, é bom notar que o Governo criou um enorme problema para si mesmo. Esse problema chama-se Miguel Pinto Luz, o novo ministro das infraestruturas que ficou agora encarregado dos dossiês da TAP e do novo aeroporto.

É que Pinto Luz não é um novato. Teve responsabilidades políticas diretas na privatização da TAP. Um processo que primou pela opacidade e por decisões que, objetivamente, prejudicaram o Estado. Foi o secretário de Estado responsável pela privatização da TAP, em 2015, um negócio assinado numa bizarra reunião a altas horas da noite, quando já se sabia que o Governo da PAF tinha perdido toda a sua legitimidade política. Enquanto governante assinou uma "carta de conforto" aos credores da TAP em que o Estado português garantia o pagamento da dívida em caso de incumprimento, mesmo depois da privatização. Não há qualquer explicação racional de defesa de interesse de Estado para esta carta. Ela estabelecia que se a atividade da TAP corresse bem, todo o lucro seria para o privado; se corresse mal, todo o risco era assumido pelo Estado, e pago com o dinheiro dos contribuintes portugueses.

Acresce que foi noticiado que a própria capitalização da empresa por David Neelman foi feita com dinheiro da própria TAP – pela promessa de renegociação (em alta) da compra de aviões à Airbus, que terá avançado as verbas que Neelman usou para a comprar. Ou seja: Pinto Luz fez com Neelman um negócio inexplicável: sem riscos para o comprador; sem necessidade de investimento próprio; e com todo o risco a ser assumido pelo Estado português.

Agora, Pinto Luz vai ter de decidir sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa, numa negociação com a VINCI, cuja concessão resultou de um negócio do Governo de Passos Coelho que foi arrasado na recente auditoria do Tribunal de Contas. Cito: o processo decorreu "sem todas as condições necessárias à sua regularidade, transparência, estabilidade, equidade e maximização do encaixe financeiro"; o Estado não fez "avaliação prévia, que era legalmente exigível"; o Estado "concedeu à VINCI os dividendos de 2012, quando a gestão ainda era pública"; o Estado "suportou o custo financeiro da ANA para cumprir o compromisso assumido no contrato de concessão, tendo o preço da privatização sido 71,4 milhões de euros inferior ao oferecido e aceite". Para concluir: "as desconformidades e inconsistências detetadas no exame do relatório… para as quais a Parpública não tem explicação, são graves e revelam um risco material de falta de fidedignidade de documentação processual que foi determinante para a escolha do comprador". Acresce que a representar o concessionário privado no processo do novo aeroporto temos, curiosamente, um ex-ministro do PSD – José Luís Arnaut – notório apoiante de Luís Montenegro.

Podem multiplicar registos, incompatibilidades e regulamentos. Para a agenda da transparência, estes é que são os processos centrais para a "confiança dos cidadãos nas instituições democráticas", que a AD diz pretender. Precisamos de holofotes de transparência sobre as suas decisões. Podemos ter agora o acalento da esfera armilar, das quinas e castelos, mas sinto que a pátria não está segura.

Investigadora do CES

Opinião
António Capinha

Luís Montenegro Vai ser mesmo preciso um canivete suíço!

Que as linhas programáticas apresentadas por Luís Montenegro, na cerimónia de tomada de posse do novo Governo são sólidas, não há dúvida. Está ali o que o país necessita para encetar um rumo de crescimento. Expresso na resolução dos problemas sociais herdados da má governação de António Costa, no convite aos partidos para o arranque de um sério combate à corrupção, numa nova estratégia fiscal para libertar a sociedade e os cidadãos, e na envolvência do todo social em projetos comuns. Todos, todos, todos, na tentativa de reduzir a pobreza, resolver os problemas da habitação, da saúde, enfrentar os constrangimentos da Justiça. Foi um discurso importante, pleno de projetos, sólido e consistente.

Portanto, ideias não faltam, e ninguém poderá dizer que não existe, na cabeça do primeiro-ministro, uma estratégia para o país, a curto e médio prazo. Montenegro tem-se revelado uma surpresa a cada intervenção que faz, nos silêncios que gere. A escolha dos ministros foi exemplar e dela resultou um elenco ministerial, tecnicamente, de muita qualidade, que reúne energia e juventude, mas também experiência e maturidade. Há, neste Governo, uma vontade da aplicação de reformas estruturais e isso é bom para o país.

Os problemas do futuro não estão, pois, no conteúdo mas nas condições políticas necessárias à concretização do Programa do Governo. É na capacidade de aplicação política dos seus projetos que o Governo da AD vai precisar de um canivete suíço para resolver os problemas que vão surgir no seu percurso.

O PS, historicamente, não se pode esquecer dos apoios que António Guterres recebeu do PSD e do CDS, na aprovação de três orçamentos do Estado que deram estabilidade ao país nos já longínquos anos de 1995 a 1999. Há, aqui, uma dívida política. E Marcelo Rebelo de Sousa, então líder do PSD, foi o protagonista número um desta estratégia na procura de governabilidade para o país.

> **"É esperar que a oposição tenha maturidade, sentido de Estado e responsabilidade para entrar no jogo do diálogo e da procura de consensos.**

Na atual conjuntura existe uma nova realidade partidária, que ora ensaia a tentativa desesperada de uma coligação com o PSD, ora passa para a oposição em questão de horas, senão mesmo minutos. Nesta lógica de "duche escocês", ora frio, ora quente, vai mesmo ser preciso um canivete suíço para conseguir a aprovação estável e consistente de um qualquer decreto-lei que caia no Parlamento devido a um exercício espúrio de avocação com a assinatura de um partido da oposição.

Cabe, pois, ao PS assumir uma atitude responsável, mas, verdadeiramente, responsável! Não vale dizer que não aprova orçamentos do Estado que não conhece, como é o caso do OE de 2025. Há entre a AD e o PS um enorme leque de medidas que são consensuais a ambas as forças. Nesta figuração política, a responsabilidade pela governabilidade e estabilidade do país estão muito mais do lado da oposição do que do Governo. E, sobretudo, do PS, uma vez que o Chega muda de registo político como quem "muda de camisa".

Não foi agradável, a ausência dos partidos da oposição (PCP, BE) da cerimónia da tomada de posse do novo Governo. Como, também, não foi agradável a ausência de Pedro Nuno Santos da referida cerimónia. A democracia não serve apenas para se praticar quando nos dá jeito ou quando o vento sopra a nosso favor. A democracia é feita de símbolos e eles dão importantes sinais aos cidadãos. E este sinal de ausência tem, alguma coisa, de intolerante, prepotente, de falta de *fair play* na prática democrática que o país tanto precisa.

Há, pois, no ar uma sensação de intransigência política, de dificuldade de diálogo entre os partidos, de "um virar de costas" a lógicas de entendimentos, de consensos, de plataformas de compreensão. Montenegro vai precisar do tal canivete suíço para solucionar os problemas que vão, seguramente, surgir no percurso da legislatura. Pode começar por o usar, como disse Marcelo Rebelo de Sousa, para partir os "grandes problemas em pedacinhos". Depois é esperar que a oposição tenha maturidade, sentido de Estado e responsabilidade para entrar no jogo do diálogo e da procura de consensos. E que o tal canivete suíço possa dar uma ajuda!

Jornalista

Opinião
Miguel Romão

Pagar melhor... mas a quem?

Não pode ser desconhecido de ninguém, desde logo dos governos e composições parlamentares da última década e meia, que a globalidade dos trabalhadores do setor público tem vindo a perder poder de compra e de forma acentuada. No entanto, esta diminuição global, de 11,7%, é francamente diferenciada de acordo com subsetores e carreiras específicos e, também, aquela que foi sendo a capacidade de reivindicação, perturbação pública e pressão política de diferentes grupos de trabalhadores.

O melhor exemplo de ilustração desta realidade que conheço é o oferecido publicamente por Eugénio Rosa, economista credenciado, conhecedor da realidade laboral portuguesa e antigo deputado pelo PCP (eugeniorosa.com). Na altura em que um novo Governo entra em funções, com um pacote de promessas, partilhadas aliás, com destinatários conhecidos, seria bom que atendesse não apenas ao ruído, mas também aos dados. E assumisse claramente que fará escolhas e, nessas escolhas, privilegia uns e repudia outros, desde logo do ponto de vista do que entende ser a evolução remuneratória adequada para os serviços públicos.

Vejamos alguns dados, de acordo com um estudo de Eugénio Rosa de novembro de 2023, formulado com base nos números oficiais da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público. Quem ouvisse os últimos meses de campanha eleitoral imaginaria, sem margem para dúvidas, que polícias, guardas prisionais, professores do ensino obrigatório ou militares têm sido os maiores penalizados nas suas remunerações de entre os trabalhadores em funções públicas. A eles os partidos apressaram-se a fazer promessas ou as suas aparências e vem agora o tempo de as cumprir.

É isso que indicam os números? Estranhamente, não. Especialmente interessante é a análise do poder de compra comparado entre 2011 e 2013, de acordo com as remunerações por diferentes grupos profissionais. Quais os grupos de trabalhadores que mais perderam, e de forma muito substancial, poder de compra, perante as remunerações médias líquidas recebidas? À frente de todos, os trabalhadores de investigação científica, com -33,5%... E com reduções de 20% ou superiores, estão os dirigentes da Administração Pública, os médicos (entretanto em parte compensados em janeiro passado), os professores universitários, os diplomatas e os técnicos superiores de saúde. Para as alegadas relevâncias da ciência e investigação, da formação superior e do SNS, no discurso público, não está mal.

Os únicos profissionais, aliás, a terem um ganho real no seu poder de compra, entre 2011 e 2023, foram os assistentes operacionais e operários dos serviços públicos (6,9%) e... os praças das Forças Armadas (1,9%), efetivamente as remunerações mais baixas das escalas remuneratórias públicas. Em termos de ganhos médios mensais brutos, os agentes da PSP, por exemplo, tiveram uma perda de poder de compra de 0,7% e os guardas da GNR de 2,2%.

Claro que é distinta a base salarial de médicos ou de agentes da PSP, mas, por exemplo, a remuneração mensal média líquida de um médico, em julho de 2023, era de 1668 euros e a de um técnico superior da Administração era de 1206 euros – enquanto a de um oficial da PSP era de 1472 euros e a de um oficial da GNR de 1713 euros.

Estão todos os trabalhadores do setor público a ganhar razoavelmente mal, especialmente perante a inflação de preços acumulada? Sim, mas a realidade é multiforme. E integra elementos muito diferenciados, desde logo a exclusividade de funções, a necessidade de deslocações pelo país, o momento do início de funções ou as possibilidades reais de progressões nas carreiras e salariais. Mas não deixa de ser também dramática a degradação salarial verificada – com a subsequente falta de atratividade – em funções necessariamente diferenciadas e de exigência na qualificação, como as de médico, investigador ou professor universitário. Ou a incapacidade dos serviços públicos da administração central e local recompensarem adequadamente os seus dirigentes.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Opinião
Bruno Bobone

Ó mar salgado, futuro de Portugal

Deixei esta semana a presidência da Assembleia Geral do Fórum Oceano. Foram 14 anos de luta para conseguir que Portugal tome consciência do extraordinário recurso que detém, que poderá ser o elemento transformador deste país, há muito habituado a ver-se como pobre e pequeno, que poderá tornar-se pelo estudo e pelo aproveitamento do mar, um dos países com um futuro mais prometedor.

Ao apoiar, através da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, o estudo do professor Ernâni Lopes sobre o hipercluster da Economia do Mar, não tinha consciência de que estava a começar um caminho longo na promoção deste recurso a que o professor chamou de identitário, pela forma como ele pode transformar a realidade do nosso país.

O mar é para Portugal um recurso único, seja pela sua dimensão – Portugal tem 90 mil km² de território continental e poderá ter cerca de três milhões e novecentos mil km² –, seja pela importância que terá no futuro do Mundo.

Vivemos uma época em que praticamente conhecemos tudo na face continental do nosso planeta. Mas o que poderá condicionar a nossa maneira de viver no futuro está completamente dependente do que conseguirmos aproveitar dos recursos do mar.

E foi com muito entusiasmo que fui acompanhando uma quantidade de entidades, públicas e privadas, desde autarquias a empresas e individualidades, que conseguiram sempre ultrapassar as dificuldades e trabalhar em união para promover o mar e o seu desenvolvimento.

Ao fim destes anos, é com muita satisfação que reconheço que muito foi feito por todos aqueles que se dedicam a trabalhar no e para o mar.

Aquilo que não consegui, nem conseguiu este Fórum Oceano, foi convencer os diferentes governos de Portugal de que, apesar de o mar não votar e apesar de os seus resultados não servirem para ganhar as próximas eleições, o desenvolvimento deste recurso pode transformar a vida dos nossos concidadãos de uma forma única, a ponto de lhes permitir ambicionar um dia a ter uma vida com um rendimento digno que promova o seu bem-estar e a sua felicidade.

Durante uma década e meia conseguimos juntar organizações públicas e privadas, conseguimos fundir organizações de diferentes geografias em Portugal, conseguimos criar uma união entre todos os que participaram neste projeto, apenas falhámos em conseguir convocar os governantes a acreditar que Portugal merece mais do que apenas gerir o imediato e sobreviver com o pouco que temos.

O mar está ligado a todas as áreas da vida económica, cultural e social do nosso país, seja através dos transportes de todos os produtos que consumimos, das matérias-primas que importamos e dos produtos que exportamos, seja no desenvolvimento das nossas competências de produção de energia, na área da biologia, da química, do entretenimento, enfim, em tudo o que diz respeito à nossa vida.

Portugal tem um dos maiores territórios marítimos europeus, o que nos devia fazer uma das maiores potências mundiais na relação com o mar e, por isso, na relação com o desenvolvimento do futuro. Ao descurar este potencial, os nossos governantes estão a fazer um muito mau serviço ao país e aos portugueses.

Durante década e meia fui incapaz de fazer ver esta realidade aos líderes políticos e aos fazedores de opinião da nossa praça, mas espero que a próxima década possa ser diferente e que possamos voltar a pôr Portugal à frente dos interesses dos partidos e da ambição de ganhar eleições.

> **Portugal tem um dos maiores territórios marítimos europeus, o que nos devia fazer uma das maiores potências mundiais na relação com o mar.**

bruno.bobone.dn@gmail.com

NATACHA CARDOSO/GLOBAL IMAGENS

Na praça de Espanha, em Lisboa, várias pessoas juntam-se para receber metadona.

1300

Utentes Este é o número de pessoas que recorrem, todos os dias, às duas carrinhas de distribuição de metadona, um substituto opiáceo que evita os consumos de heroína.

300 000

Euros A verba estimada, anual, que serviria para resolver o problema da falta de recursos da associação Ares do Pinhal, responsável pela distribuição do medicamento.

25 000

Pessoas Já usufruíram deste serviço, que funciona desde 2001, na cidade de Lisboa, cerca de 20 mil utentes. As duas carrinhas param em Santa Apolónia, Lumiar, Bela Vista, Praça de Espanha e avenida de Ceuta.

Recaídas no consumo de droga podem aumentar com menor distribuição de metadona

SAÚDE As carrinhas de distribuição de metadona vão reduzir o horário de entrega do medicamento que substitui a heroína. Há risco de aumentar a criminalidade e os consumos.

TEXTO **ISABEL LARANJO**

São vulgarmente conhecidas como "as carrinhas da metadona" e servem para distribuir este medicamento, evitando que os utentes utilizem substâncias psicoativas, como a heroína. São duas e andam pela cidade de Lisboa, estacionando em cinco pontos estratégicos: Lumiar, Santa Apolónia, Bela Vista, praça de Espanha e avenida de Ceuta. Ali ocorrem pessoas com problemas de dependência que, ao tomar a metadona, "não terão a necessidade de fazer esses consumos", começa por explicar Elsa Belo, diretora técnica da Ares do Pinhal, associação responsável pela distribuição do medicamento, em Lisboa, tanto nas ruas, como em hospitais e estabelecimentos prisionais.

Só que, se as carrinhas andavam pela cidade 12 horas por dia, 365 dias por ano, agora o horário será reduzido, por falta de verbas. "Isto é um projeto renovado de quatro em quatro anos e nós fomos sempre alertando as entidades financiadoras para o facto de estes valores já estarem muito aquém do que seria a necessidade de podermos estar as 12 horas a funcionar na rua", alerta Elsa Belo.

Os custos são elevados e, apesar de o contrato do *Programa de Substituição em Baixo Limiar de Exigência* – é este o nome oficial – ter sido novamente assinado entre a Ares do Pinhal, o Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências (ICAD, que financia 80% do programa) e a Câmara Municipal de Lisboa (CML, que comparticipa com 20%), o dinheiro não aumenta e as carrinhas vão ter de parar da parte da tarde. "Ao longo destes anos, desde 2006, nunca foi atualizado o valor do programa o que nos foi sempre causando muitos constrangimentos. O aumento do ordenado mínimo, a taxa de inflação como está, a não atualização dos valores ao longo de 16 anos não permite que tenhamos a mesma qualidade do serviço", prossegue Elsa Belo. "Começávamos de manhã, íamos percorrendo locais, fazendo cinco paragens na cidade de Lisboa; cinco de manhã e, à tarde, voltávamos a esses cinco locais. Agora, já a partir do dia 9 de abril, só poderemos estar nesses locais entre as 08h30 e as 13h30", avisa esta responsável.

> *"A metadona (...) permite-lhe viver sem recorrer ao consumo. Sem ter (...) 'ressaca'. Mesmo que (...) queira recorrer a substâncias (...) já não tem de ir roubar para o seu consumo."*
>
> **Elsa Belo**
> Diretora técnica da Ares do Pinhal

A associação Ares do Pinhal apresentou as dificuldades financeiras com que se debate quer ao ICAD, quer à CML. "Para a semana iremos ter uma reunião na Câmara. Quando ao ICAD já nos foi dito que, por agora, pelo menos durante os próximos 21 meses, nada poderá ser feito, porque este foi o concurso público editado. Estamos de mãos e pés atados."

Com menos tempo para atender a população com problemas de adição, no caso à heroína, Elsa Belo teme que vários problemas possam surgir. "Corremos um sério risco de estas pessoas, não podendo aceder ao nosso serviço, sofrerem recaídas e voltarem ao consumo. Mas nós não conseguimos mesmo fazer mais", lamenta. O aumento da criminalidade também está em cima da mesa. "Se a pessoa deixar de tomar metadona é obrigatório voltar aos consumos, sim. A pessoa não vai aguentar sem voltar aos consumos. Porque a metadona é um substituto opiáceo. A metadona dá à pessoa um conforto e permite-lhe viver sem recorrer a consumo. Sem ter a chamada 'ressaca'. Mesmo que a pessoa queira recorrer a substâncias, já não consome de forma irrefletida. Já não tem de ir roubar para o seu consumo. Já é um consumo visto como recreativo. Ou seja, se a pessoa tiver um bocadinho de dinheiro poderá consumir. Se não tiver não vai roubar porque não precisa."

A maior parte dos utentes são, revela Elsa Belo, homens, desempregados, e com idades entre os 40 e os 46 anos. Porém, há entre 60 a 70 utentes que trabalham e, devido à redução de horário das carrinhas, estão a ser estudadas soluções para que não fiquem sem o recurso ao medicamento. "Estamos a ver com as equipas de tratamento para que as pessoas que trabalham possam aceder à metadona noutros horários". Porém, lastima: "Há sempre pessoas que vão naturalmente abandonar o programa e vamos ter pouca capacidade de absorver novos pedidos, porque vamos estar menos tempo na rua e ter uma equipa muito reduzida, que depois não terá tantas possibilidades de acompanhar um número muito elevado de casos."

isabel.laranjo@dn.pt

Nuno Matos. O novo dirigente sindical dos juízes que recusa a implosão da justiça

SINDICATO A 17 de março, o juiz desembargador venceu a eleição por apenas dois votos de diferença. Ao DN, assume as prioridades para o mandato e mostra abertura para melhorar o setor. A tomada de posse acontece hoje, em Lisboa.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

A prioridade é clara: "Contribuir para que a Justiça seja assumida como prioridade da atuação política", porque "o sistema de Justiça precisa de reformas estruturais para o adaptar ao tempo presente". A opinião é de Nuno Matos, juiz desembargador, que hoje toma posse como presidente da Associação Sindical de Juízes Portugueses (ASJP). A cerimónia acontece às 17h00 na sede da ASJP, em Lisboa.

Eleito no passado dia 17 de março, com apenas dois votos de diferença para a outra lista (813 da lista A contra 811 da lista B, encabeçada por Moreira das Neves), Nuno Matos confessava ao *Expresso* ter ficado "surpreendido", mas assumia, à Lusa, que a forte participação eleitoral (a maior de sempre) foi uma "prova de vitalidade dos juízes".

Conhecido no meio por ser uma figura agregadora, Nuno Matos afirma ao DN que "a par da defesa dos direitos profissionais dos juízes", cuja carreira é permanente e exclusiva, "a ASJP deve pugnar pela melhoria do próprio sistema". Sobretudo em três: "Na componente humana (com destaque para os funcionários judiciais, peça fundamental no regular desempenho da administração da Justiça), na componente legislativa (intervindo nas políticas públicas de justiça) e na componente logística (por ex., as instalações e o sistema informático)." Aquando da eleição, o juiz frisava que bastava "atentar no lema de candidatura" ("Pela independência, unir e dignificar") para se saber aquilo ao que vinha. "Unir uma associação de todos os juízes e para todos os juízes, de todas as jurisdições, porque não é só dos tribunais comuns, é também dos tribunais administrativos e fiscais, e também dos juízes aposentados; dignificar os juízes e a Justiça em tudo o que nisso possa estar incluído, desde a legislação até às condições de trabalho, aos sistemas informáticos. Todas essas questões têm de ser resolvidas", enumerou após ter sido eleito. Ao DN, reitera que "a postura da ASJP será sempre a da defesa dos juízes e da Justiça, com serenidade, rigor e espírito de colaboração". E o Governo como deve atuar? "A atuação em matéria de Justiça não se deve quedar por uma mera atividade de gestão corrente."

Segundo o novo líder sindical, "o sistema judicial não está quase a implodir", como "pode dar a entender a análise da justiça centrada na discussão de dois ou três casos concretos, não reconhecendo que, por dia, são feitos milhares de julgamentos e outras diligências, sem que seja apontada qualquer anomalia ao sistema de Justiça". Não obstante, "apresenta vulnerabilidades". Para Nuno Matos, "é essencial colocar a Justiça como prioridade de atuação política". Com um novo rosto a tutelar a Justiça (Rita Júdice), o foco deve ser a reforma do setor, "com empenho, rigor e espírito de compromisso". As principais prioridades devem ser "a eficácia e celeridade processuais, a dignificação e valorização das carreias dos funcionários judiciais, a formação de magistrados, as assessorias, o acesso à Justiça e a monitorização do impacto da produção legislativa".

Profissionalmente, Nuno Matos é desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa. Portuense de gema, nasceu na freguesia de Miragaia. Licenciou-se em Direito, tendo-se especializado depois como magistrado. Foi juiz durante vários anos na secção cível do Tribunal Judicial da Comarca do Porto e, depois, na Relação. Desde 2023 que está na nona secção criminal do Tribunal da Relação de Lisboa. É também presidente da Mesa da Assembleia Geral da Irmandade da Lapa, instituição religiosa da Cidade Invicta. Concorreu à associação representativa dos juízes em 2012, como vogal de uma das listas, não tendo sido eleito. Assume agora a liderança da estrutura que representa 2300 juízes de várias instâncias e jurisdições.

Questionado pelo DN sobre aquilo que espera da nova tutela do setor, Nuno Matos relembra que à ministra compete "formular, conduzir, executar e avaliar a política de Justiça definida pela Assembleia da República e pelo Governo". Reforça que "não é a ASJP que vai ditar a política de Justiça, nem vai dirigir a gestão do sistema judicial, no âmbito administrativo e orçamental", mas sim contribuir para "a promoção da dignificação do poder judicial", porque assim está definido nos estatutos.

Significa isto uma postura de diálogo? "A disponibilidade da ASJP para colaborar com a nova ministra da Justiça – a quem se deseja as maiores felicidades no exercício do exigente cargo – é total", diz, salientando: "Os juízes são os primeiros interessados na melhoria do sistema de Justiça, na defesa dos direitos humanos e na garantia de acesso a uma Justiça de qualidade."

rui.godinho@dn.pt

Nuno Matos é juiz desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa. Toma hoje posse pela primeira vez como dirigente sindical.

D.R.

"Os juízes são os primeiros interessados na melhoria do sistema de Justiça, na defesa dos direitos humanos e na garantia de acesso a uma Justiça de qualidade."

As prioridades para a Justiça

O novo representante dos juízes, estabelece as prioridades para o setor, que diz não estar em implosão:

> Unir os juízes;
> Colocar a Justiça como prioridade de atuação política;
> Eficácia e celeridade processuais;
> Dignificação e valorização das carreias dos funcionários judiciais;
> A formação de magistrados;
> As assessorias;
> O acesso à Justiça;
> A monitorização do impacto da produção legislativa.

IGAS conclui que acesso de gémeas a consulta foi ilegal

RELATÓRIO Lacerda Sales critica decisão por não dar valor à sua palavra. Chega vai avançar com uma comissão de inquérito ao caso.

TEXTO **SARA AZEVEDO SANTOS**

A Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) concluiu que o acesso à consulta de neuropediatria das gémeas luso-brasileiras tratadas no Hospital de Santa Maria com o medicamento Zolgensma, que tem um custo de quatro milhões de euros foi ilegal, uma vez que a marcação – feita através da Secretaria de Estado da Saúde – não cumpriu a portaria que regula o acesso dos utentes ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). A IGAS concluiu ainda que a prestação de cuidados de saúde às crianças – que sofrem de atrofia muscular espinhal tipo 1 – decorreu "sem que tenham existido factos merecedores de qualquer tipo de censura".

No relatório do processo de inspeção, a IGAS emite três recomendações dirigidas à Unidade Local de Saúde (ULS) de Santa Maria, ao Infarmed e à Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, dando um prazo de 60 dias para a sua aplicação. O processo de inspeção encontra-se "na fase de acompanhamento destas recomendações", acrescenta a IGAS .

À ULS de Santa Maria, a IGAS recomendou que garanta o cumprimento, no acesso de utentes à primeira consulta de especialidade, dos requisitos previstos na lei, que define que a referenciação para primeira consulta de especialidade hospitalar pode ser feito a partir das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde, do Centro de Contacto do SNS, das unidades e equipas da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrada ou de entidades externas ao SNS. Na sequência desta recomendação, o conselho de administração da ULS de Santa Maria aprovou uma deliberação interna em que determina que cada dirigente máximo dos serviços desta ULS garanta o cumprimento "irrepreensível" dos requisitos de referenciação previstos na legislação.

À Secretaria-Geral do Ministério da Saúde recomendou que "assegure que a documentação que lhe é encaminhada por parte dos gabinetes dos membros do Governo, para tratamento, foi objeto de despacho pelo membro do Governo, ou pela pessoa do gabinete na qual tenha sido delegada essa responsabilidade". A IGAS recomenda ainda

Marcação da consulta não cumpriu portaria que regula acesso dos utentes ao SNS.

PEDRO CORREIA/GLOBAL IMAGENS

ao Infarmed que cumpra o circuito de submissão, avaliação e aprovação dos pedidos de autorização de utilização excecional (AUE), nos termos do previsto no regulamento sobre a AUE prevista no Estatuto do Medicamento.

O ex-secretário de Estado António Lacerda Sales critica a IGAS por ter dado menos valor à sua palavra do que à da sua secretária pessoal, que contactou o Hospital de Santa Maria para agendar a consulta das gémeas.

"Qual o motivo para a inspeção-geral dar mais credibilidade ao depoimento da secretária pessoal do que ao do secretário de Estado da Saúde", questiona António Lacerda Sales, no contraditório que é parte integrante do relatório. Lacerda Sales contesta diversos pontos do documento e diz que, ao contrário do afirmado pela sua secretária pessoal, nunca solicitou a marcação de qualquer consulta.

O presidente do Chega, André Ventura, disse ontem que o partido vai avançar com uma comissão de inquérito "para apurar a verdade" sobre o caso das gémeas.

"Tomei a decisão de pedir aos serviços técnicos do partido que avançasse com pedido de comissão de inquérito parlamentar ao caso das gémeas. Faço-o porque entendo que é importante que haja escrutínio, independentemente dos decisores políticos envolvidos. Faço-o porque este caso implicou para os contribuintes um custo de vários milhões", justificou André Ventura. Destacou ainda "esta comissão de inquérito não é contra ninguém", mas apenas para "apurar a verdade". **Com LUSA**

Agressões de polícias em Setúbal sob investigação

SEGURANÇA PSP foi chamada devido ao furto de um carro. Imagens divulgadas nas redes sociais mostram agentes a agredir à bastonada os suspeitos.

A Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) abriu um inquérito para apurar o uso da força numa intervenção policial em que vários agentes da PSP foram filmados a agredir jovens durante uma detenção em Setúbal.

A inspetora-geral da Administração Interna, Anabela Cabral Ferreira, disse à Lusa que a IGAI avocou o processo de inquérito aberto pelo comando de Setúbal da Polícia de Segurança Pública devido "à violência" das imagens que mostram vários agentes a agredir à bastonada suspeitos de terem furtado uma viatura.

O caso aconteceu na madrugada de terça-feira após a PSP ter sido informada que cinco pessoas tinha furtado uma viatura numa rua de Setúbal. Segundo esta força de segurança, quando os agentes chegaram ao local depararam-se com "uma viatura no meio da faixa de rodagem com as luzes apagadas", tendo um dos cinco suspeitos conseguido fugir, mas os restantes quatro foram intercetados.

A PSP indicou que três dos suspeitos, com idades entre os 17 e 18 anos, foram detidos e o quarto suspeito é menor de idade e foi entregue à mãe.

A PSP de Setúbal referiu que "só teve conhecimento" do vídeo na quarta-feira de manhã, tendo "instaurado um inquérito interno para apurar a adequação e proporcionalidade do uso da força" dos elementos policiais.

O vídeo divulgado nas redes sociais mostra o uso de força pelos polícias sobre os suspeitos, que estavam no chão junto à viatura.

DN/LUSA

Vacinas escasseiam nos centros de saúde

ALERTA Enfermeiros denunciam escassez de "vacinas essenciais" como as que protegem contra doenças como o tétano, a difteria e a hepatite B.

Os centros de saúde estão com escassez de "vacinas essenciais", como as que protegem contra doenças como o tétano, a difteria, a hepatite B e ainda as hexavalentes, pentavalentes e tetravalentes, que "agregam uma proteção vacinal contra várias doenças".

O alerta foi dado pelos enfermeiros dos cuidados de saúde primários, que reportaram à Ordem dos Enfermeiros constrangimentos na distribuição de vacinas que integram o Plano Nacional de Vacinação.

De acordo com a Ordem, estas vacinas têm vindo a ser entregues nos centros de saúde em pequenas quantidades, o que a ordem considera não serem "suficientes para suprir as necessidades" da população.

Citado em comunicado, o bastonário da Ordem dos Enfermeiros, Luís Filipe Barreira, diz que a ordem "está muito preocupada" com a falta de vacinas do Plano Nacional de Vacinação e que é preciso "uma intervenção direta da Direção Executiva do SNS para que o problema seja resolvido com a maior brevidade".

"Os enfermeiros portugueses têm assegurado que o nosso país tem uma das mais elevadas taxas de vacinação do mundo, mas sem vacinas não fazem milagres", lê-se na nota.

Segundo a ordem, a falta de vacinas em Portugal pode ter implicações na saúde pública, ao provocar "a diminuição do número de indivíduos com uma cobertura vacinal atempada e adequada", conclui.

REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

O CEO da TAP, Luís Rodrigues, pediu aos trabalhadores cooperação para redução de encargos com salários.

Privatização pressiona TAP a cortar custos. Trabalhadores pedem cautela

AVIAÇÃO Companhia quer renegociar acordos de empresa para baixar peso dos salários, mas sindicatos dizem ser "prematuro" retificação. Pilotos vão pedir ao novo Governo revisão do plano de reestruturação.

TEXTO **RUTE SIMÃO**

O dossiê laboral na TAP continua sem prazo para estar fechado. Depois de um ano a negociar os novos acordos de empresa (AE), que ainda não estão implementados na sua totalidade, conforme previsto, Luís Rodrigues recebeu ordens do antigo ministro das Finanças, no final de 2023, para cortar o peso da massa salarial na companhia. A importância da competitividade da TAP no futuro processo de privatização foi uma das preocupações apresentadas por Fernando Medina ao CEO da transportadora aérea, apurou o DN/Dinheiro Vivo.

"Infelizmente, tudo é válido para a companhia ficar mais apelativa para quem a comprar. O que entendemos é que, na verdade, estão a baixar a massa salarial e a desvalorizar o valor da TAP para a venderem o mais rapidamente possível", lamenta o presidente do Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) Tiago Faria Lopes. Os pilotos foram os primeiros a ser chamados pelo *chairman* da empresa para renegociar as condições do novo AE, aprovado em junho de 2023.

A argumentação de Medina, transmitida pelo líder da TAP, escudou-se no incumprimento das métricas definidas pelo plano de reestruturação aprovado pela Comissão Europeia (CE), em 2021. O rácio entre a massa salarial e as receitas está atualmente nos 21%, acima dos 19% estipulados no documento de Bruxelas. António Costa confirmou, na semana passada, que o Ministério das Finanças deixou instruções à companhia para se ajustar às obrigações com a CE. O SPAC deu luz verde, em assembleia-geral, ao congelamento dos aumentos salariais definidos para 2024 e 2025.

"Abdicámos de pontos que estavam no nosso AE em prol da paz social e de uma boa gestão da companhia", explica Tiago Faria Lopes. Ainda assim, o sindicalista aponta o dedo ao anterior Executivo por não ter revisto o plano de reestruturação, aprovado na pandemia, num contexto de crise. "Os rácios estão muito desatualizados e o antigo Governo deveria ter pedido à CE para rever o plano, uma vez que a TAP já tinha dado lucros em 2022 e voltou a registar em 2023. É uma forma desonesta de a UE estrangular a TAP que não pode crescer", diz.

> As atualizações salariais previstas nos novos acordos de empresa só estarão implementadas na totalidade este mês.

O representante dos pilotos adianta que irá pedir uma reunião aos novos ministros das Finanças e das Infraestruturas para apelar a uma revisão do plano de reestruturação e discutir a privatização. "Queremos que tenham consciência de que a TAP é um ativo muito importante. Se tiverem de a vender, que não façam como o governo anterior que trancou a compra a grandes grupos europeus de aviação, se calhar podemos vender a empresários portugueses. É diferente comprar agora a TAP SA de ter comprado a SGPS em 2014. A TAP 'boa' é altamente lucrativa, rentável e apetecível", assegura.

Negociações só depois de AE em vigor

O objetivo da companhia, que registou um lucro histórico de 177,3 milhões de euros em 2023, é agora negociar com os restantes sindicatos para conseguir baixar os custos com os salários até ao final de 2025, ano em que termina o compromisso com Bruxelas. Em 2023, os gastos com pessoal subiram para os 722,6 milhões de euros e as receitas atingiram os 4,2 mil milhões de euros, que comparam com os 416 milhões de euros e 3,5 mil milhões de euros de 2022, respetivamente.

O momento é delicado e a tarefa de Luís Rodrigues não será fácil. Após meses de avanços e recuos nas negociações laborais, que colocaram fim aos acordos temporários de emergência e definiram os tão aguardados aumentos salariais, os trabalhadores ainda não viram os novos AE em vigor na sua plenitude. As atualizações das remunerações acabaram por resvalar para março e abril, quando estavam previstas, inicialmente, para janeiro e fevereiro.

Os tripulantes admitem já ter sido abordados informalmente no início do ano pelo CEO da empresa, mas adiantam que não foram definidas, para já, medidas concretas. "Existiu uma conversa sobre a necessidade de respondermos a este apelo. Que, a acontecer, terá de ser transversal a todos os trabalhadores da TAP", alerta Ricardo Penarroias.

O presidente do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC) defende que "não faz sentido fazer ajustes a algo que não está ainda implementado". "Afirmar, à cabeça, que um acordo já está a ultrapassar a massa salarial quando não se implementou parece-me precipitado", indica. Para o representante dos tripulantes serão precisos seis meses, após a aplicação dos AE, para serem retiradas conclusões. "A implementação dos acordos baseia-se em flexibilidade e produtividade em troca de aumentos salariais e de melhores condições de trabalho. Foram estes dois pilares de negociação e só daqui a seis meses é que podemos perceber se o que foi negociado tinha razão de ser ou não. As medidas que negociaram connosco vão trazer benefícios à empresa", justifica. Ricardo Penarroias diz que não será "insensível" ao pedido de Luís Rodrigues e clarifica que "o sindicato não fará qualquer tipo de ajuste salarial, porque não há qualquer aumento nem este ano nem no próximo".

Já o Sindicato dos Trabalhadores e Aviação (SITAVA) sentou-se à mesa na semana passada com a administração, que pediu que os aumentos aos trabalhadores de terra, previstos para janeiro, fossem pagos apenas a partir de dezembro. O presidente da estrutura sindical, Paulo Duarte, atesta que as negociações só acontecerão depois da implementação dos novos AE. "Primeiro paguem o que devem e depois conversamos. Ainda nos estão a dever dinheiro desde julho do ano passado e já estão a fazer mais pedidos? No final de abril, quando pagarem, logo conversaremos sobre o assunto", promete.

rute.simao@dinheirovivo.pt

UGT e CGTP contestam proposta para travar reformas antecipadas

COMISSÃO Primeira versão do livro verde para a sustentabilidade da Segurança Social propõe o fim do acesso precoce à pensão, entre os 57 e 61 anos, para os desempregados de longa duração.

TEXTO **CARLA ALVES RIBEIRO**

A comissão criada para estudar a sustentabilidade da Segurança Social defende mudanças nas regras das reformas antecipadas. Na versão preliminar do livro verde que foi entregue à ministra Ana Mendes Godinho na semana passada, antes da tomada de posse do novo Governo, à qual o *Expresso* teve acesso, o grupo de peritos defende que a possibilidade de os desempregados de longa duração poderem aceder à reforma antecipada entre os 57 e 61 anos, uma vez esgotado o subsídio de desemprego ou o subsídio social de desemprego, deve acabar. Em 2022, quase metade das reformas antecipadas (48,4%) terão sido por esta via. As centrais sindicais, que não conhecem a proposta, não gostaram do que leram e depressa reagiram.

Em comunicado, a UGT afirma esperar que o Governo não acolha esta proposta preliminar e "recorda que sempre foi afirmado que aos parceiros sociais apenas seria entregue a versão final do livro verde, de modo a obstar à criação de perturbações a uma discussão que deve ser realizada de forma séria e refletida".

Segundo o semanário, os peritos defendem que o ajustamento automático da idade legal da reforma à esperança média de vida – em 2025 vai subir dos atuais 66 anos e quatro meses para 66 anos e sete meses – deve aplicar-se também às reformas antecipadas, seja por via da flexibilização da idade (a partir dos 60 anos e 40 anos de descontos), carreiras muito longas (60 anos de idade e 48 anos de descontos) ou desemprego de longa duração.

A UGT diz que "não perfilha soluções radicais que coloquem em causa a proteção social na velhice e a solidariedade que presidiu à alteração da legislação em matéria de antecipação de reformas, num claro sinal de valorização das longas e muito longas carreiras contributivas, daqueles que iniciaram o seu percurso profissional em idade precoce ou que se encontram numa situação em que a reinserção no mercado de trabalho se afigura mais difícil".

BRUNO PIRES/GLOBAL IMAGENS

Relatório final dos peritos devia ter sido entregue em junho de 2023.

A estrutura liderada por Mário Mourão defende que "as alterações a produzir deveriam ser no sentido de completar a reforma realizada em 2018, construindo um sistema mais justo e equilibrado e eliminando a aplicação injustificada do fator de sustentabilidade nas situações de antecipação/flexibilização da idade de reforma".

"Retrocesso inaceitável"

A intersindical também se pronunciou. "Embora não tenhamos tido acesso ao relatório, a CGTP-IN não pode deixar de, perante algumas das ideias que estão a ser divulgadas, manifestar desde já a sua profunda preocupação quanto ao futuro do sistema público de pensões, bem como quanto aos direitos dos trabalhadores e dos pensionistas", avançou numa nota à imprensa.

Para a estrutura dirigida por Tiago Oliveira, "o debate sobre a sustentabilidade e o futuro do sistema de pensões não pode desembocar sempre em soluções e medidas que apontam para a redução dos direitos sociais dos trabalhadores e pensionistas, de que são exemplos paradigmáticos o aumento da idade de acesso à pensão de velhice e a introdução da consideração da evolução da esperança média de vida nas fórmulas de cálculo das pensões".

Mais concretamente, avança a CGTP, "pretender aprofundar ainda mais estas vertentes, como parece ser intenção da comissão para a sustentabilidade, quando propõe a introdução do critério da evolução da esperança média de vida também na definição da idade de acesso a reformas antecipadas é, em nosso entender, um retrocesso inaceitável".

A Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social, composta por Ana Fernandes, Amílcar Reis Moreira, Armindo Patrício da Silva, Maria Teresa Garcia, Manuel Caldeira Cabral, Noémia Silva Goulart, Susana Peralta e Vítor Junqueira de Almeida, também se pronunciou, e diz que "não compete a esta Comissão divulgar publicamente estes documentos [o livro verde], ainda menos na versão provisória em que se encontram, pelo que se lamenta a divulgação entretanto ocorrida".

Defende também "que deve haver um debate alargado na sociedade sobre estes temas, a partir dos contributos que decorreram dos seus trabalhos, mas na sua versão definitiva e no respeito pelos termos com que a Comissão foi criada".

O despacho da ministra Ana Mendes Godinho que criou esta comissão e que data de 26 de julho de 2022, estabelecia o prazo de 30 de junho do ano passado para a entrega do relatório final.

carla.ribeiro@dinheirovivo.pt

Estrangeiros responsáveis por mais de um quarto das compras feitas na Páscoa

CONSUMO Faturação decorrente de pagamentos com cartão aumentou 8%. Portugueses gastaram mais 12%, mas turistas reforçaram peso nas receitas totais.

TEXTO **MARIANA COELHO DIAS**

Os estabelecimentos portugueses voltaram a registar um aumento homólogo de 8% na faturação decorrente dos pagamentos efetuados com cartão na semana da Páscoa, segundo dados da Reduniq, a maior rede nacional de aceitação de cartões da marca Unicre, com cerca de 70% da quota de mercado. Tanto a atividade doméstica como a estrangeira contribuíram para esta evolução, subindo os montantes processados em 12% e 3%, respetivamente.

Embora o crescimento tenha sido menor do lado dos turistas, é de destacar que, entre 25 e 31 de março, o consumo estrangeiro representou mais de um quarto (26%) das receitas totais. Espanha (12%), Reino Unido (12%), Estados Unidos (11%), Irlanda (11%) e Alemanha (8%) foram os mercados emissores que mais contribuíram para o desempenho dos negócios durante a festividade.

Tiago Oom, diretor comercial da Unicre, afirma que em causa está um cenário "muito positivo, que reflete a curva ascendente da procura de Portugal enquanto destino de férias". Por outro lado, considera o especialista, a dinâmica observada é crucial para a digitalização dos negócios, na medida em que "são os consumidores estrangeiros os primeiros a trazer uma necessidade por novas formas de pagamento" – o que faz com que os comerciantes tenham um maior interesse em incorporar novos métodos.

Após refinar as datas de maior consumo, em termos globais, a empresa concluiu que foi na quinta-feira, 28 de março, que se registou o pico de crescimento da faturação: mais 44% face à média das restantes quintas-feiras do mês. Já na Sexta-Feira Santa, dia 29, observou-se um aumento de 10% do volume, por comparação ao exato feriado no ano anterior, e uma subida de 22% relativamente à média das outras sextas-feiras de março.

Hotelaria com 78% de faturação estrangeira

No setor da hotelaria e atividades turísticas, em concreto, os estrangeiros representaram 78% da faturação durante a Páscoa, tendo os distritos de Faro (86%), Madeira (86%), Lisboa (83%) e Porto (78%) apresentado ou uma manutenção ou uma subida da procura, face a igual período de 2023.

A restauração, por sua vez, viu o peso estrangeiro alcançar os 36%, com destaque para as regiões de Faro (63%) e Madeira (53%).

Uma análise geral por regiões, isto é, considerando todas as categorias de atividade, indica que o consumo realizado por turistas foi mais expressivo na Madeira (47%), Faro (46%), Lisboa (27%) e Viana do Castelo (27%).

Em 2023, a Reduniq apresentou um recorde de 28,8 mil milhões de euros transacionados na sua rede.

mariana.dias@dinheirovivo.pt

STEVEN GOVERNO / GLOBAL IMAGENS

Pagamentos aumentaram 10% na Sexta-feira Santa face a 2023.

MOHAMMED ABED / AFP

Meninas palestinianas fotografadas esta quinta-feira junto a um campo de deslocados em Rafah, no sul da Faixa de Gaza.

Biden condiciona apoio a Israel à proteção de civis em Gaza

GUERRA EUA exigem que Telavive permita um "aumento drástico" da ajuda humanitária, com medidas concretas "nas próximas horas e dias", mas também um cessar-fogo imediato.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Numa conversa telefónica de cerca de 30 minutos descrita como tensa, Joe Biden disse ontem ao primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, que o apoio contínuo dos Estados Unidos a Israel está dependente das ações israelitas para proteger os civis de Gaza, sugerindo pela primeira vez condições para a ajuda enquanto pedia um "cessar-fogo imediato".

Este telefonema surge dias depois da morte de sete trabalhadores humanitários em Gaza na sequência de um ataque israelita – que Telavive diz ter sido uma erro – e foi aproveitado pelo presidente americano para insistir com Netanyahu para "anunciar e implementar uma série de medidas específicas, concretas e mensuráveis para lidar com os danos civis, o sofrimento humanitário e a segurança de trabalhadores humanitários", segundo refere o comunicado da Casa Branca.

De acordo com a mesma fonte, o presidente norte-americano "deixou claro que a política dos EUA em relação a Gaza será determinada pela nossa avaliação da ação imediata de Israel nestas medidas". Biden disse ainda a Netanyahu que os ataques aos trabalhadores humanitários, bem como a situação humanitária em Gaza, onde a ONU alertou sobre a fome, "são inaceitáveis". Nesse sentido, o governante democrata "ressaltou que um cessar-fogo imediato é essencial para estabilizar e melhorar a situação humanitária e proteger civis inocentes, e instou o primeiro-ministro a capacitar os seus negociadores para concluir sem demora um acordo para trazer os reféns para casa".

Pouco depois de conhecido o teor da conversa entre os dois líderes, a Casa Branca apelou a Israel para permitir um aumento "dramático" da ajuda a Gaza dentro de "horas ou dias". "O que esperamos ver aqui nas próximas horas e dias é um aumento dramático na entrada de assistência humanitária, abertura de passagens adicionais e uma redução na violência contra civis e certamente trabalhadores humanitários", disse o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, John Kirby.

> "Sim, há uma frustração crescente [por parte de Biden]", disse o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, pelo facto de Netanyahu não atender aos pedidos dos EUA.

Questionado se houve uma frustração crescente por parte de Biden pelo facto de as suas mensagens anteriores ao líder israelita não terem passado, Kirby referiu: "Sim, tem havido uma frustração crescente".

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, também vincou esta posição mais dura, garantindo que, se os EUA não virem mudanças nas políticas de Israel para proteger os civis em Gaza, "haverá mudanças na nossa política".

Aprovado envio de bombas

A conversa entre os dois líderes realizou-se também no dia em que o *The Washington Post* e a CNN noticiaram que a Casa Branca aprovou a transferência de milhares de bombas para Telavive na segunda-feira, data do ataque que matou os sete funcionários (um dos quais norte-americano) da World Central Kitchen, sediada nos Estados Unidos, e que causou indignação internacional, incluindo de Joe Biden. Segundo uma fonte do Departamento de Estado, a aprovação do envio das mais de duas mil bombas ocorreu pouco "antes" do ataque mortal.

De acordo com a CNN, nenhuma das recentes transferências de armas para Israel "teve de ser notificada ou aprovada pelo Congresso, uma vez que já tinham recebido luz verde dos legisladores em 2012 e 2015, de acordo com notificações de vendas de armas do Pentágono disponíveis no Registo Federal. Os contratos só agora estão a ser cumpridos porque foi necessário produzir munições, o que pode levar vários anos".

No Reino Unido, país de origem de três dos funcionários da World Central Kitchen mortos por Israel, continua a pressão sobre o Governo para reavaliar a venda de armas a Telavive. Esta quinta-feira, mais de 600 ex-juízes, advogados e académicos britânicos instaram, numa carta aberta ao primeiro-ministro, Rishi Sunak, a suspensão à venda de armas a Israel para evitar "o risco plausível de genocídio" contra palestinianos em Gaza.

Na quarta-feira, Sunak garantiu que as exportações de armas respeitam "um processo muito cuidadoso" com "uma série de regras e procedimentos que [o país pretende] respeitar sempre". De acordo com a legislação, o Reino Unido não deve exportar armas onde exista um risco claro de que possam ser utilizadas em violação do direito internacional.

Em alerta máximo

Israel está em alerta máximo face à ameaça de uma eventual retaliação do Irão ao ataque contra o consulado iraniano em Damasco, que matou 13 pessoas, e que terá sido perpetrado pelo exército israelita, foi ontem divulgado. Segundo a EFE, o exército israelita suspendeu as férias de todos os elementos "na sequência de uma nova avaliação da segurança", um argumento que já tinha levado na quarta-feira a aumentar o número de efetivos e reservistas na Força Aérea.

O alerta deve-se à possibilidade de ataques com mísseis ou drones por parte do Irão ou de uma das suas milícias satélite na região, como o Hezbollah no Líbano. "As Forças de Defesa de Israel estão em guerra e a questão do destacamento de forças é constantemente revista, se necessário", segundo um comunicado dos militares, informação esta que suscitou preocupações entre a população israelita.

Numa reunião ontem realizada com a hierarquia militar, o chefe dos serviços secretos militares israelitas, Aharon Haliva, afirmou: "Não é certo que o pior já tenha passado, há dias complexos pela frente." Pouco depois o exército esclareceu que, para já, não há alterações às instruções dadas à população civil, indicando não haver necessidade de comprar geradores, armazenar alimentos ou levantar dinheiro nas caixas multibanco.

ana.meireles@dn.pt

Aliados fazem a festa sem darem bolo ao convidado ucraniano

NATO Em Bruxelas enalteceu-se a importância do bloco que chegou aos 75 anos. O chefe da diplomacia ucraniana saiu sem nada de concreto, embora a Alemanha tenha ficado de procurar sistemas de defesa aérea para Kiev.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Ministros dos Negócios Estrangeiros da Roménia, Bélgica e Reino Unido cortam o bolo de aniversário da NATO.

KENZO TRIBOUILLARD / AFP

A comemoração dos 75 anos da assinatura do tratado fundador da NATO incluiu discursos da ordem e um comunicado de Joe Biden a defender o "compromisso sagrado" de defesa mútua dos aliados, mas também um convidado pouco dado a brindes e bolos. "Não quero estragar a festa, mas a minha principal mensagem hoje é, obviamente, os *Patriots*", disse o chefe da diplomacia ucraniana, em referência aos mísseis terra-ar americanos, antes da abertura do Conselho NATO-Ucrânia.

Dmytro Kuleba, presente na sede da Aliança Atlântica para se reunir com os seus homólogos dos Negócios Estrangeiros e com o secretário-geral Jens Stoltenberg, voltou a fazer um apelo para que os aliados forneçam o que é necessário para a defesa do seu país, não escondendo algum desânimo por ter de fazer um esforço em convencer os parceiros. "Ouço palavras de solidariedade. Mas precisamos de tomar decisões fortes e concretas para reforçar a defesa ucraniana", disse o ministro ucraniano numa videoconferência organizada pelo Instituto Francês de Relações Internacionais (IFRI) depois da reunião de Bruxelas. "Na NATO, só tive um tema de discussão: os *Patriots*", revelou. "Os meus colegas apoiam-me, mas dizem-me que o que estamos a pedir é complicado. Estou convencido de que se tivessem passado uma noite em Kharkiv não diriam que é complicado. O que me entristece é ter sempre de convencer, quando tudo é óbvio." Na segunda maior cidade ucraniana morreram quatro pessoas na madrugada de quarta-feira devido a um ataque de drones.

No final do encontro, Stoltenberg disse que os aliados iriam "analisar os seus inventários". A alemã Annalena Baerbock juntou-se a Kuleba e lançou um apelo: "Eu próprio vi em Odessa e em Kharkiv que a defesa aérea salva vidas. Juntos, apelamos aos nossos parceiros na Europa e no mundo para que forneçam tudo o que estiver ao nosso alcance." Por sua vez, Kuleba disse que Berlim, "na qualidade de líder da coligação de defesa aérea, está a iniciar uma análise imediata de todos os sistemas *Patriot* disponíveis e de outros sistemas de defesa aérea, não só entre os aliados, mas em todo o mundo" para que estas sejam entregues à Ucrânia, em resultado da sua intervenção.

Stoltenberg reconheceu que a situação na Ucrânia é grave e que Kiev necessita de apoio urgente. Dois oficiais do exército ucraniano, em declarações ao Politico, disseram que a qualquer momento as linhas defensivas podem colapsar e afirmaram que os aliados não podem fazer muito, exceto entregarem armas, drones e munições em quantidades muito superiores àquelas com que se comprometeram até agora. "Não há nada que possa ajudar a Ucrânia neste momento, porque não existem tecnologias sérias capazes de compensar a Ucrânia pela grande massa de tropas que a Rússia irá provavelmente lançar sobre nós", admitiram. Quanto aos tão propalados F-16, preveem que sejam irrelevantes porque entretanto os russos prepararam-se para se defenderem desses aviões.

> Após o Conselho NATO-Ucrânia, o ministro Dmytro Kuleba admitiu que o entristece ter de repetir o papel de convencer os seus homólogos sobre a necessidade urgente de o seu país receber assistência militar.

Alerta ao isolacionismo

Na ronda de discursos a assinalar o aniversário da NATO, e que incluiu vários ministros dos Negócios Estrangeiros, Stoltenberg lançou uma crítica velada a Donald Trump e ao perigo do isolacionismo. "Não acredito na América sozinha, tal como não acredito na Europa sozinha", disse o norueguês. "Acredito na América e na Europa juntas na NATO, porque, no fundo, somos mais fortes e mais seguros juntos. Através da NATO, os EUA têm mais amigos e mais aliados do que qualquer outra grande potência."

Do outro lado do Atlântico, o presidente Joe Biden saudou "a maior aliança militar da história do mundo" e o seu "compromisso sagrado" de "defender cada centímetro do território da NATO".

cesar.avo@dn.pt

Macron critica tom ameaçador de Moscovo

TENSÃO Canal reaberto para trocar informações sobre terrorismo foi aproveitado para desinformação russa.

O presidente Macron insurgiu-se contra a instrumentalização por Moscovo de uma conversa telefónica entre o ministro da Defesa francês e o homólogo russo. "Bizarros e ameaçadores" foi como o chefe de Estado francês classificou os comentários de Sergei Shoigu.

O ministro da Defesa, Sébastien Lecornu, tentou reabrir uma linha de comunicação com Moscovo sobre a luta contra o terrorismo, com o intuito de passar "informações úteis" sobre o atentado terrorista na sala de concertos Crocus, nos subúrbios de Moscovo, como explicou Macron. No entanto, o comunicado russo após a conversa com Shoigu insistiu em culpar os ucranianos e em insinuar mão francesa: "O regime de Kiev não faz nada sem a aprovação dos seus supervisores ocidentais. Esperamos que, neste caso, os serviços secretos franceses não estejam por detrás disto." O comunicado de Moscovo também disse que ambos os países se mostraram abertos ao diálogo sobre a Ucrânia, o que foi desmentido por Paris. Macron também criticou a desinformação russa sobre os Jogos Olímpicos de Paris. **C.A.**

Emmanuel Macron
Presidente de França

ANDREAS SOLARO / AFP

O país governado por Giorgia Meloni é o maior beneficiário de fundos do PRR.

Itália no centro de fraude de 600 M€ de fundos do PRR

JUSTIÇA Operação das autoridades foi levada a cabo em Itália, Áustria. Roménia e Eslováquia e resultou na detenção de 22 pessoas.

TEXTO **ANA MEIRELES**

As autoridades detiveram ontem 22 pessoas em quatro países europeus no âmbito de uma investigação sobre uma suspeita de fraude no valor de 600 milhões de euros referente ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Itália, segundo anunciou a Procuradoria Europeia (EPPO) esta quinta-feira.

Foram levadas a cabo dezenas de operações em Itália, Áustria, Roménia e Eslováquia, como resultado de uma investigação sobre uma suposta rede criminosa que se pensa ter obtido fundos de forma ilegal. Esta organização criminosa é "suspeita de defraudar 600 milhões de euros do PRR da UE para a Itália", adiantou ainda a EPPO, com sede no Luxemburgo. De recordar que a Itália é o maior beneficiário do fundo de recuperação económica pós-covid da UE, tendo direito a 191,5 mil milhões de euros em subvenções e empréstimos, estando também sob particular vigilância por parte dos procuradores relativamente à gestão do PRR, com 179 investigações abertas.

Em Itália, a Polícia Financeira de Veneza executou também uma ordem de congelamento emitida pelo juiz de instrução sobre bens num valor total superior a 600 milhões de euros.

Com o apoio das autoridades dos outros Estados-membros envolvidos, foram detidas, no total, 22 pessoas em Itália, Áustria, Roménia e Eslováquia.

"Oito suspeitos foram colocados em prisão preventiva, enquanto outros 14 estão detidos em prisão domiciliária e um contabilista foi proibido de exercer a sua profissão", referiu a EPPO no mesmo comunicado. As autoridades fizeram buscas em casas e empresas dos suspeitos, apreendendo e congelando bens, como apartamentos, criptomoedas, relógios Rolex, ouro, joias da Cartier, um Lamborghini Urus, um Porsche Panamera e um Audi Q8, pormenorizou a Polícia Financeira italiana.

No radar da EPPO está uma associação criminosa suspeita de orquestrar, entre 2021 e 2023, um esquema de fraude para obter fundos do PRR. Há cinco anos, os membros desta associação criminosa candidataram-se a subsídios a fundo perdido para apoiar a digitalização, inovação e competitividade de pequenas e médias empresas, com o objetivo de expandir a sua atividade empresarial para mercados estrangeiros.

> As autoridades apreenderam e congelaram bens como casas, ouro, relógios Rolex, joias Cartier, um Lamborghini, um Porsche e um Audi.

Segundo a EPPO, os suspeitos supostamente criaram e depositaram balanços corporativos falsos para mostrar que as empresas eram ativas e lucrativas, quando na verdade eram empresas fictícias e não ativas.

"Alega-se que uma rede de contabilistas, prestadores de serviços e notários públicos apoiou os suspeitos na obtenção de 600 milhões de euros em fundos não reembolsáveis do PRR italiano no período de dois anos. Os suspeitos transferiram os fundos para as suas contas bancárias na Áustria, Roménia e Eslováquia assim que receberam os adiantamentos", explicou a Procuradoria Europeia, acrescentando ainda que "os sujeitos investigados utilizaram tecnologias avançadas, como VPN, servidores nuvem localizados no exterior, criptoativos e *softwares* de inteligência artificial, para a realização das condutas fraudulentas e para ocultar e proteger os negócios ilegais".

ana.meireles@dn.pt

Detida presidente do Parlamento sul-africano

JUSTIÇA Suspeita de ter sido subornada enquanto ministra da Defesa, Mapisa-Nqakula engrossa a lista de dirigentes do ANC em casos de corrupção.

A presidente demissionária do Parlamento da África do Sul, Nosiviwe Mapisa-Nqakula, ficou detida depois de se ter apresentado à polícia no âmbito de uma investigação sobre corrupção que remonta ao seu tempo de ministra da Defesa.

Mapisa-Nqakula, de 67 anos, é acusada de ter recebido o equivalente a 114 mil euros de um fornecedor militar em subornos quando foi ministra da Defesa, entre 2014 e 2021. Na sequência de buscas efetuadas em sua casa há duas semanas, Mapisa-Nqakula tinha entrado em "licença especial" até ao pedido de demissão que apresentou na quarta-feira. A presidente da Assembleia Nacional ficou demissionária na sequência da rejeição do seu recurso para tentar evitar uma detenção que considerava "ilegal", tendo em conta as provas "frágeis" reunidas contra ela. "Este tribunal não está em posição de declarar que uma detenção que ainda não teve lugar é ilegal ou que seria ilegal", concluiu a juíza Sulet Potterill.

Mapisa-Nqakula é membro do Comité Executivo Nacional do Congresso Nacional Africano (ANC), partido no poder desde o fim do *apartheid*. É a mais recente de uma série de políticos de topo do ANC, incluindo o presidente e o vice-presidente, envolvidos em escândalos de corrupção. Os sul-africanos vão às urnas a 29 de maio para renovar o seu Parlamento, que por sua vez elegerá o próximo presidente. De acordo com as sondagens, o ANC corre o risco de perder a maioria absoluta pela primeira vez. **C.A.**

Rolexgate obriga a remodelação no Peru

POLÉMICA Presidente Dina Boluarte investigada por enriquecimento ilícito, o que levou à demissão de seis ministros de um Governo que tem novo PM.

Gustavo Adrianzén recebeu a confiança das bancadas de direita e extrema-direita do Parlamento peruano como novo primeiro-ministro. Na quarta-feira à noite, 70 dos 130 deputados deram o voto de confiança ao novo Governo, remodelado à pressa devido à investigação sobre a presidente, Dina Boluarte, envolvida num caso de relógios de luxo, o *Rolexgate*.

Adrianzén, advogado de 57 anos, substituiu Alberto Otarola no início de março, depois de este se ter demitido na sequência de uma investigação sobre tráfico de influências. Mas o elefante no meio do Parlamento é o escândalo que levou à demissão, na segunda-feira, de seis dos 18 ministros. O caso eclodiu em março quando um *site* publicou uma série de fotografias que mostravam Boluarte a usar vários relógios de luxo enquanto esteve no Governo, entre 2021 e 2022. O Ministério Público começou a investigar a presidente por suspeitas de enriquecimento ilícito, uma vez que não declarara os artigos de luxo entre os seus bens. Porém, nas buscas ao palácio presidencial e à sua residência não foi encontrado qualquer Rolex. Na terça-feira, o procurador-geral Juan Villena anunciou que a investigação incide também sobre joias, incluindo uma pulseira no valor de 56 mil dólares, e depósitos bancários de 270 mil dólares, efetuados entre 2021 e 2022. Boluarte, que presta hoje depoimento às autoridades judiciais, tem uma popularidade de 10%. **C.A.**

Opinião
Raúl M. Braga Pires

"Primavera Turca"?

"Amanhã é um novo dia de Primavera para o nosso país" (Turquia), disse Ekrem Imamoglu no domingo véspera do primeiro de Abril, a propósito da vitória esmagadora que o seu partido obteve nas eleições autárquicas de 31 de Março. O Partido Popular Republicano garantiu a Imamoglu manter-se enquanto edil de Istambul, mas também garantiu vitórias esclarecedoras de um vento de mudança em Ancara, Adana, Bursa e Antália, importantes centros urbanos com raízes no vasto rural que os rodeiam e os acompanhou na mudança de tendência de voto. Este cenário repetiu-se em seis das sete maiores cidades da Turquia, sendo o resultado devastador para o Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP), do Presidente (PR) Erdogan, apesar do AKP manter 39 dos 81 municípios.

Quanto ao PR Erdogan, chamou o momento de "ponto de viragem", aumentando a especulação sobre se se prepara para uma saída à "muçulmano de bem", cujo bom senso lhe proporciona a lucidez do *timing* e do lastro das missões cumpridas e falhadas, que dão sentido de finitude à Criatura perante o Criador. Verdade é, que já afastou um cenário de eleições antecipadas para se poder prolongar mais na presidência, indicador de uma vontade. Pessoalmente não acredito. Porquê?

Porque o caminho para esta derrota inclui uma variedade de veredas plenas de traição. Em resumo, o antigo aliado de Erdogan, o Partido (islamista) Yeniden Refah, um "Novo Bem-Estar Comum", que emana do carisma do "homem santo da aldeia/vila", no caso Neemettin Erbakan, o mentor do jovem Erdogan, que se iniciou na política debaixo deste teto, o Movimento/"Confraria" Milli Gorus. É daqui que surgem as dissidências e se forma o AKP (2002), excluindo Erbakan. O filho deste, Fatih Erbakan, relança o partido em 2018 e apoia Erdogan nas Presidenciais de 2023, para agora lhe servir fria esta evidência de mudança, que também obedecerá a uma inevitável mudança geracional que roubou votos, mais duas províncias ao AKP em 2024!

Este é o condimento principal para não fazer Erdogan "atirar a toalha ao chão", que lhe "dará gás para a *extra mile*", em nome do Islão. Com 70 anos, há nove que vive um sentimento de "tempo extra" único dos muçulmanos, cuja referência é a idade da morte do Profeta, aos 61/62 anos. Tudo o que se viver depois disso é uma graça de Allah, uma bênção que deverá ser duplamente aproveitada, em oração e acções. Erdogan, qual "*self-made man*", vê na sua obra o seu filho – tal como todos os pais, que nunca sabem quando "largar o osso", quando passar o testemunho. E o que Erdogan não quer é passar a "tocha do Islão" a este grupo de muçulmanos confréricos, sincréticos e sufis, cuja reforma proposta pelo AKP em 2002 dizia mais ou menos, "isto é um pobo que é todo para ir à bida"!

Quanto aos turcos, confirmam a sinusoidal que a História é e de como se faz, regressando à grande referência que sempre os pautou enquanto "portugueses do Oriente", que ajeitam os dogmas religiosos às tradições e ao conforto. Ekrem Imamoglu representa essa maioria silenciosa a que geralmente chamamos de "moderados", e que a partir de segunda-feira começou a aparecer nos écrans turcos a dizerem-se arrependidos por terem apoiado incondicionalmente Erdogan e o AKP no passado. Imamoglu "apenas" terá de se apresentar enquanto federador das "confrarias do Oriente" para garantir umas presidenciais renhidas em 2028.

Nesse ano a Turquia poderá substituir o "Sultão" por um "Dervixe" e iniciar nova tendência na Ummah, a dos "islões populares". Ora foi contra isso mesmo que Erdogan lutou, para se poder afirmar enquanto Rachid dos turcos, o Guia!

Erdogan, qual "*self-made man*", vê na sua obra o seu filho – tal como todos os pais, que nunca sabem quando "largar o osso", quando passar o testemunho.

Politólogo/arabista www.maghreb-machrek.pt
Escreve de acordo com a antiga ortografia

Opinião
Victor Ângelo

A NATO e um número de desafios

A NATO completou esta semana 75 anos de existência. Sou dos que dizem e ainda bem, mesmo se sempre me identifiquei como um lutador pela paz, que foi o fio condutor da minha vida profissional, e como um defensor dos ideais progressistas. Embora se trate de uma organização militar e de haver uma enorme diferença entre as capacidades dos 32 Estados que a constituem, os seus objetivos são eminentemente de defesa e assim deve ser liderada: a política dirige as respostas militares. Guia-se pelo princípio de uma aliança entre iguais, uma aliança que só funciona porque respeita os interesses soberanos dos países-membros. É uma instituição fundamental para a sustentação do edifício democrático que caracteriza a nossa parte do globo.

A preservação da liberdade individual e dos direitos humanos transformara-se na grande preocupação após 1945, no rescaldo da Segunda Grande Guerra – sobretudo com a divisão da Europa em dois blocos antagónicos. Com o fim da Guerra Fria entrou-se num período de ingenuidades, num acreditar que a paz se havia tornado a peça-chave do xadrez político europeu. Vladimir Putin, sobretudo ele, veio, porém, lembrar-nos que a Europa dos canhões, dos tiros e das loucuras guerreiras continua a fazer parte da filosofia governativa de alguns. E que essa visão das relações entre os Estados se inspira numa interpretação imperialista, retrógrada e saudosista dos interesses das grandes potências, a começar pela grande Rússia. Foi isso que o levou às agressões contra a Geórgia, em 2008, e contra a Ucrânia, a partir de 2014. E à retórica bélica que hoje domina a narrativa que é produzida em Moscovo, incluindo nos debates e nos comentários divulgados pela vasta rede de propaganda ao seu serviço.

Assim, a Federação Russa de Putin transformou-se num emaranhado que assenta em três pilares: a abundância de matérias-primas, as indústrias da guerra e a propaganda contra as democracias ocidentais. Estes são os ingredientes que permitem ao regime de Putin constituir-se como uma ameaça existencial para o resto da Europa, bem como para os países da Ásia Central. E é aí que encontramos a justificação para a consolidação da NATO, na sua forma atual e nos seus limites geopolíticos. Putin lembra-nos que a NATO deve fundamentalmente focar-se na proteção da Europa e do Atlântico Norte.

É verdade que a Ucrânia não faz parte da NATO e que, por isso, um ataque contra a Ucrânia não deve ser comparado com uma qualquer outra aventura bélica que possa ocorrer contra um membro da Aliança. Não devemos esquecer, porém, que muitas vezes os conflitos começam na porta ao lado, como um teste à vizinhança. Ajudar um vizinho é não só um dever moral de solidariedade, como também um investimento vital na nossa própria tranquilidade.

A Europa democrática tem de repensar a sua política de segurança. Não pode continuar essencialmente dependente da força e da política norte-americana. Precisa, igualmente, de sair da fragmentação atual, nomeadamente no respeitante às indústrias de defesa. Os investimentos nacionais devem obedecer a um plano europeu que traga coerência e integre os esforços de cada um dos aliados.

O regresso ao serviço militar obrigatório é um debate bom para entreter políticos e comentadores inexperientes, e que interessará porventura a oficiais generais mais preocupados com números do que com aptidões. Não é a maneira correta de olhar para o vigor das nossas forças armadas. Nas guerras de hoje e do futuro, os combatentes, todos e a começar pelos jovens soldados, têm de ser especialistas técnicos altamente formados. Precisamos de especialistas, mais do que de números. Isso pede profissionalismo, tempo e recursos financeiros. A mobilização em massa é um velho conceito, muito ao gosto de Putin, que manda para a frente de combate ondas sucessivas de homens, pouco mais que bons para serem dizimados. Por isso vai buscá-los às terras isoladas da Sibéria, aos quais junta jovens recrutados de modo enganoso no Nepal, na Índia, na Síria e noutros países. Não devemos seguir a mesma via. A Ucrânia ensina-nos que as tropas que contam são as que sabem criar instrumentos tecnológicos e operar aparelhos altamente sofisticados.

Preocupante é ver os atrasos na ajuda à Ucrânia. São mais longos do que nos querem fazer crer. Os responsáveis por essas demoras e hesitações estão a pôr o nosso futuro em risco. É altura de lhes dizer que deixem de falar no recrutamento de soldadinhos por seis meses ou um ano e que façam duas coisas essenciais: assegurar o apoio militar vital e urgente à Ucrânia e reequilibrar a NATO, de modo que o braço europeu possa corresponder melhor ao braço americano. É verdade que não teremos uma potência militar equivalente, mas temos de fazer mais e melhor, com um pensamento moderno, capaz de tirar vantagem da nova era digital, da abundância de informação disponível e dos progressos rapidíssimos no domínio da inteligência artificial.

Conselheiro em segurança internacional.
Ex-secretário-geral-adjunto da ONU

Plantel do Sporting valorizou 100 M€ mas o do Benfica ainda é o mais valioso

DÉRBI Boa temporada dos leões reflete-se na subida do valor de mercado de alguns jogadores desde o início da época. Águias só valorizaram cinco milhões, e muito à custa de João Neves. Dois rivais voltam a jogar amanhã para o campeonato.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

O valor de Gyökeres disparou desde o início da época: já vale 55 milhões e é o jogador da I Liga com maior valor de mercado.

João Neves viu a sua cotação disparar. O médio benfiquista está avaliado em 45 milhões de euros.

SPORTING
OS MAIS VALIOSOS

Gyökeres	55M
Gonçalo Inácio	40M
Diomande	40M
Pedro Gonçalves	30M
Hjulmand	30M

Valor do plantel
329,30 Milhões €

BENFICA
OS MAIS VALIOSOS

João Neves	45M
António Silva	45M
Kökçü	30M
David Neres	25M
Trubin	25M

Valor do plantel
360,75 Milhões €

O plantel do Sporting valorizou 100 milhões de euros desde que a temporada começou em agosto, um número explicado pela subida em flecha do valor de mercado de alguns dos seus futebolistas ao longo destes oito meses, em particular Viktor Gyökeres e Diomande. Já o Benfica, apesar de ainda ter o plantel mais caro da I Liga, só viu a cotação subir 4,75 M€ no mesmo período. E muito devido a João Neves.

Os dois clubes de Lisboa voltam a defrontar-se amanhã, em Alvalade (20h30, Sport TV1), num jogo de importância capital para as contas do campeonato, numa altura em que estão separados por um ponto, embora os leões, líderes da prova, tenham um jogo a menos. Isto quando faltam sete jornadas para o final da I Liga.

O plantel do Benfica, de acordo com o portal *Trasfermarkt*, tem atualmente um valor de mercado de 360,75 milhões de euros, quando no início da temporada era de 356 M€. A subida, na realidade, não se ficou a dever propriamente à valorização dos seus jogadores (houve muitos que viram o respetivo valor baixar), pois, apesar de terem saído alguns futebolistas no mercado de janeiro, as águias contrataram, entre outros, Marcos Leonardo, cujo valor de mercado é de 25 M€, o que contribuiu para o aumento do valor global.

Há, porém, uma exceção no plantel das águias. O jovem João Neves terminou a época passada com um valor de mercado de 10 M€ e atualmente a sua cotação é de 45 M€. Aliás, o médio partilha com António Silva a liderança dos futebolistas com maior valor de mercado das águias. No entanto, o defesa-central manteve a mesma cotação.

Uma das justificações para a fraca subida dos futebolistas do Benfica (e até para algumas desvalorizações) explica-se sobretudo com o facto de a grande maioria ter visto o seu valor de mercado aumentar consideravelmente pelo facto de na época passada terem conquistado o campeonato e chegado aos quartos de final da *Champions*.

Já o Sporting começou a temporada com o seu plantel avaliado em 229,90 M€ e atualmente vale 329,30 M€ (ultrapassou o FC Porto, 283,60). Ou seja, mais 100 M€ do que há oito meses. Aqui a justificação está na valorização impressionante de alguns dos seus ativos (leia-se jogadores) e não pela chegada de reforços em janeiro – Rafael e Koba Koindredi, juntos, valem apenas 3,7 M€.

Viktor Gyökeres, por exemplo, viu a sua cotação mais do que duplicar e está atualmente avaliado em 55 M€ (é o jogador com mais valor de mercado de toda a I Liga). Também o central Diomande disparou a sua cotação – no final da época passada, em junho, estava avaliado em 10 M€, hoje vale 40 M€. Tal como Hjulmand, que chegou no verão com um valor de 15 M€ e agora vale o dobro (30 M€). E Gonçalo Inácio, que valorizou 10 M€ em oito meses (está avaliado em 40 M€).

Se analisarmos por setores, o Benfica vence por larga margem no valor dos guarda-redes (28,75 M€ contra 3,3 M€), muito devido à alta cotação de Trubin (25 M€). Na defesa ganham os leões (143 M€ contra 92,5 M€), no centro do terreno as águias têm jogadores mais valiosos (121 M€ contra 51 M€) e no ataque, muito devido a Gyökeres, são os verde e brancos que têm o conjunto de jogadores mais valiosos (132 M€ contra 118,5 M€).

nuno.fernandes@dn.pt

MILLENNIUM ESTORIL OPEN

O número um português está a mostrar bom ténis na estreia em terra batida esta época.

Nuno Borges. A história de uma das maiores vitórias do herdeiro de João Sousa

ESTORIL OPEN O tenista da Maia conseguiu um dos maiores triunfos da carreira frente ao italiano Lorenzo Musetti (24.º do ranking ATP). "Esta vitória está, sem dúvida, no meu *top* 10 e, se calhar, no *top* 5", disse o português, que irá agora defrontar o chileno Cristian Garín.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Desta vez foi sem sofrimento. Nuno Borges garantiu um lugar nos quartos de final do Estoril Open ao vencer ontem o italiano Lorenzo Musetti em dois parciais (7-6 e 6-3). Frente a um adversário com melhor *ranking* ATP (24.º), o número um nacional e 62.º a nível mundial voltou a entrar mal no encontro, mas deu a volta e superiorizou-se ao transalpino com classe, salvando dois *set points*, levando a melhor no *tie-break*, antes de dominar e vencer o segundo *set*.

"Não achei que tenha sido das vitórias mais emocionantes, mas foi uma coisa bastante boa. Apesar de estar nervoso e de ter custado a fechar, não foi daqueles jogos que senti que foi só com coração ou sacado a ferros, muito sofrido. Senti-me bastante calmo e dentro do cenário. Simplesmente fiquei muito contente com a maneira como lidei com a situação. Esta vitória está, sem dúvida, no meu *top* 10 e, se calhar, no *top* 5", disse o tenista natural da Maia, que há duas semanas venceu o Challenger de Phoenix, nos Estados Unidos.

Nuno Borges é assim o terceiro português a chegar aos quartos de final do Estoril Open depois de João Sousa (2018) e João Domingues (2019), embora no anterior torneio João Cunha e Silva (1992), Nuno Marques (1995), Frederico Gil (2006, 2008 e 2011), Rui Machado (2010), João Sousa (2012) e Gastão Elias (2013 e 2014) tenham também alcançado esta fase da prova.

Se há ano e meio tinha oito duelos perdidos com tenistas *top* 30, nos últimos três meses venceu os três encontros frente a jogadores posicionados entre os melhores do mundo. Antes de bater Musetti, o número um português tinha vencido o espanhol Alejandro Davidovich Fokina e o búlgaro Grigor Dimitrov, ambos no piso rápido de Melbourne Park, na Austrália. "O que mudou? O meu treino e a minha preparação. Tenho vindo a evoluir e esses números acabam por mostrá-lo. Não só a maneira como encaro o jogo, mas como consigo disputá-lo e não foi do ano passado para este, pois tem sido um trabalho que tenho vindo a fazer ao longo dos últimos anos", respondeu Borges, que diz não ter problemas em "vestir a capa de herói" para os portugueses, depois do adeus de João Sousa ao ténis, ontem no *court* do Estoril: "Não senti isso só agora. Não tenho de ser eu, mas tenho esperança de que mais portugueses cheguem onde estou. Mas já me estava a aperceber um bocadinho disso quando fui o melhor português no *ranking*. Foi aí que senti essa transição."

> Se há ano e meio tinha oito duelos perdidos com tenistas *top* 30, nos últimos três meses venceu os três encontros que disputou com jogadores com esse estatuto.

O próximo adversário do maiato é o chileno Cristian Garín, que venceu o carrasco de João Sousa, o francês Arthur Fils, por 2-6, 6-4 e 6--4 . Um adversário que mal conhece, tirando aquilo que viu no torneio português e o facto de ter sido *top* 20 e agora estar no 88.º lugar da hierarquia mundial. "Não o conheço muito bem. Conhecia o Arthur Fils e sabia o que esperar, mas do Garín ainda não. Estou a viver o momento e mais logo ou amanhã *[hoje]* de manhã começo a pensar mais na estratégia", revelou Nuno Borges, que espera continuar a dar seguimento a uma época que começou bem... com uns oitavos de final de um Grand Slam, o Open da Austrália.

"Tento não colocar demasiadas expectativas, pois sei que tudo pode acontecer. Se me focar no momento posso aproveitar", disse o tenista que um dia foi apanha bolas e que agora procura ir o mais longe possível no único torneio ATP 250 português, esperando usar "o fator casa" como vantagem e não como pressão: "Só penso no presente."

Em pares, a única dupla ainda com portugueses em prova, Jaime Faria e Henrique Rocha, perdeu com a dupla composta pelo romeno Victor Cornea e o checo Petr Nouza. Depois de terem sido eliminados em singulares, Rocha e Faria juntaram-se para disputar o quadro de pares, acabando por perder, por 6-4, 6-7 e 10-3, em uma hora e 36 minutos.

Campeão *lucky loser* segue

Aos 37 anos, Richard Gasquet, que em 2015 venceu o primeiro Estoril Open da versão atual, está a jogar como *lucky loser* pela primeira vez na carreira, mas apurou-se para os quartos de final ao vencer o austríaco Dominic Thiem (6-4 e 7-6).

No final, tenista francês admitiu a possibilidade de terminar a carreira este ano: "Nunca se sabe. Posso acabar daqui a uns meses, tudo é possível. Preciso de não estar lesionado, faço 38 anos. O meu objetivo é terminar o ano e depois pensar." Gasquet irá agora enfrentar o espanhol Pedro Martínez, que ontem venceu o compatriota Roberto Bautista Agut (7-5 e 6-4).

Também o campeão em título, Casper Ruud, segue em prova, pois o norueguês bateu sem surpresa o neerlandês Van de Zandschulp, por 6-1 e 6-2. Ruud vai agora enfrentar o vencedor do encontro entre o húngaro Marton Fucsovics (85.º) e o francês Gaël Monfils (45.º), que afastou o português Henrique Rocha, partida que ainda decorria à hora de fecho desta edição.

isaura.almeida@dn.pt

Processos a FC Porto, Pinto da Costa e dois jogadores

O FC Porto ficou ontem a saber que o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol decidiu instaurar processos disciplinares ao guarda-redes Diogo Costa, ao extremo Francisco Conceição, ao presidente Pinto da Costa e ao próprio clube na sequência dos incidentes registados durante e após o jogo de sábado com o Estoril, que os dragões perderam por 1-0.

Os dois futebolistas, que já foram punidos com um jogo de suspensão (já cumprido em Guimarães) devido às expulsões na Amoreira, são alvos de um processo porque, de acordo com o relatório do delegado da Liga, pontapearam portas quando se dirigiam para o balneário, após receberem ordem de expulsão.

Já o procedimento aplicado ao clube e a Pinto da Costa surge na sequência de uma queixa apresentada pelo Conselho de Arbitragem relacionada com as declarações prestadas pelo líder dos dragões e de um texto publicado na *newsletter* do clube após o final do jogo de sábado com o Estoril, na Amoreira, que a equipa da casa venceu por 1-0.

Na conferência pós-jogo, Pinto da Costa criticou o trabalho do árbitro António Nobre nessa partida, dizendo que "não tinha condições" para estar no jogo "depois da má imagem" que deu na partida de seleções entre Espanha e Brasil; atacou ainda o VAR Tiago Martins que, em sua opinião, "devia preocupar-se em arbitrar e ser correto nas chamadas e não falsear resultados". Além disso, garantiu que o FC Porto "tem sido vergonhosamente prejudicado" e lançou um desafio ao presidente do Conselho de Arbitragem ao dizer: "Espero que o senhor Fontelas reflita e veja se realmente tem mão nisto. Se não tem, é melhor dar lugar a outro."

O diretor-geral Luís Gonçalves foi suspenso por 30 dias e multado em 7650 euros por "lesão da honra e da reputação e denúncia caluniosa" do árbitro que, entre outras coisas, acusou de ser "um fracassado". Já Sérgio Conceição foi multado em 1002 euros por não ter comparecido na sala de imprensa.

Andrew Scott, um Ripley feito por medida.

Tom Ripley: o fascínio continua

CLÁSSICO A personagem mais celebrada da literatura de Patricia Highsmith está de volta ao pequeno ecrã, numa nova adaptação. Com Andrew Scott no papel principal, a série *Ripley*, de Steven Zaillian, explora a escuridão da alma humana através de um preto e branco carregado. Em estreia na Netflix.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

Alain Delon, Dennis Hopper, Matt Damon e John Malkovich. À lista dos atores mais sonantes que interpretaram Tom Ripley junta-se agora Andrew Scott, o irlandês que se destacou recentemente no belíssimo drama de Andrew Haigh, *Desconhecidos* (disponível no Disney+), e cujos papéis secundários em diversos filmes e produções televisivas já faziam antever uma subida de patamar a qualquer momento. Papéis como o de Jim Moriarty, esse arqui-inimigo do Sherlock de Benedict Cumberbatch na série homónima do herói detetive, que será dos mais memoráveis exemplos de um vilão em pleno controlo do jogo performativo, com um jeito de criança gozona que mede forças com a criança prodígio. Que melhor escola para preparar um futuro Tom Ripley? Seja qual for o veredito sobre a série em estreia na Netflix, o seu protagonista estava escrito nas estrelas. Esta é a hora de Andrew Scott.

Criada e realizada por Steven Zaillian – argumentista de filmes de Martin Scorsese (*Gangs de Nova Iorque*, *O Irlandês*) e vencedor de um Óscar por *A Lista de Schindler*, de Steven Spielberg –, *Ripley* surge quase como uma peça minimalista no panorama do *streaming*. Oito episódios que adaptam o primeiro livro da famosa série de Patricia Highsmith, *O Talentoso Mr. Ripley*, fixando os movimentos da personagem, muito mais do que a sua questão romanesca. Nesse sentido, pode dizer-se que o que ganha aqui contornos nítidos é um estudo de perfil, meticuloso e confiante o suficiente para nos deixar a sós, durante largos minutos, com Tom Ripley e as suas artimanhas, entre balcões, assinaturas falsas, cartas, telefonemas, passaportes e viagens.

Quem conhece a história, já sabe que o acontecimento que muda a vida de Ripley é uma viagem a Itália. Estamos no início dos anos 1960 e este americano é recrutado pelo pai rico de um conhecido – um vago conhecido –, Dickie Greenleaf (Johnny Flynn), para o trazer de volta a casa. Ao que parece, o rapaz encantou-se com a *dolce vita* europeia, e estando bem acompanhado pela namorada, Marge Sherwood (Dakota Fanning), não tenciona fazer as malas tão cedo para agradar aos pais... Por Ripley, tudo bem! Não há pressa. O falso conhecido torna-se estranhamente íntimo de Dickie, e passa a ter um quarto na sua *villa* italiana: daí até ao assassinato desse filho abastado é um saltinho. Ou talvez não.

A série de Zaillian faz pose de quem tem todo o vagar. Não mostra o mesmo interesse na densidade narrativa que mostra na arquitetura dos gestos de Ripley/Scott, na forma como a sua postura cria desconforto e desconfiança nos outros, sem que o comprometa: ele consegue livrar-se das situações tensas com a expressão certa no momento certo. É, por isso, uma série cheia de olhares incomodativos, que valem por mil palavras, com um humor que estala quando menos se espera e um tom sombrio que valoriza o "mecanismo" das cenas. Este, desde logo, auxiliado pela fotografia a preto e branco, que sublinha o requinte de Itália, o estilo policial e a beleza dos detalhes.

Acima de tudo, trata-se de um ângulo concentrado na solidão do protagonista – como seria de esperar, com aqueles deliciosos ensaios ao espelho, em que Ripley assume a atitude corporal da sua futura vítima, sem ser particularmente cuidadoso a esconder a ânsia de vestir a roupa e a pele de Dickie. Portanto, à pergunta se é possível renovar o fascínio por uma personagem tão revisitada, a resposta só pode ser positiva. Highsmith concebeu uma figura na qual projetamos o nosso lado negro, os instintos calados, e Zaillian, como outros realizadores, foi à procura da invisível linha sedutora que salta da página e põe a imaginação a dançar, antes de ganhar vida na tela.

Uma visão inspiradora

Se é certo que Tom Ripley é uma personagem literária, a sua origem está relacionada com uma imagem concreta que se reteve na memória da autora: em 1951, estava Highsmith em Positano a descansar, longe das suas preocupações nos Estados Unidos, quando avistou da varanda do hotel "um jovem solitário de calções e sandálias, com uma toalha sobre o ombro, a caminhar pela praia, da direita para a esquerda. Ele olhava para baixo... Pude apenas ver que o cabelo era liso e escuro", escreveu num ensaio intitulado *Scene of the Crime*. E continua assim: "Havia nele um ar pensativo, talvez mal-estar. E por que razão estava sozinho? Não parecia o tipo atlético que daria um mergulho frio sozinho àquela hora da manhã. Zangou-se com alguém? O que estaria a pensar? Nunca mais o vi. Nem escrevi nada sobre ele no meu caderno. O que é que havia para dizer? Parecia-se com milhares de outros turistas americanos na Europa naquele verão. Tive a sensação de que era americano."

Face ao novo *Ripley*, e intencionalmente ou não, esta descrição corresponde ao Tom de Andrew Scott. O cabelo liso e escuro, uma certa *malaise* no semblante (com os olhos muito abertos), um ar de turista americano e um ponto de interrogação sobre a cabeça. Mais do que o fio da história, o espectador segue o fio dos pensamentos. Quais? Os que conjetura diante daquele corpo feito página em branco.

Não tendo escrito na altura sobre a estranheza que lhe causou a silhueta do homem na praia, Highsmith registou depois nos seus *Diários e Cadernos* (publicados cá pela Relógio D'Água): "O que previ que um dia faria já estou a fazer, precisamente neste livro (Tom Ripley): mostrar o triunfo inequívoco do mal sobre o bem e rejubilar com isso. Vou fazer com que os meus leitores rejubilem também. Assim como nos sonhos, o inconsciente é sempre anterior ao consciente, ou à realidade." Ora, o convite de Steven Zaillian passa por esta escuridão jubilosa. E não tem problemas em ser sinistro.

FOTO MARCOS BORGA

A cantora lírica Teresa Berganza no CCB em 1998.

Cascais procura novos valores da ópera

COMPETIÇÃO A partir de amanhã, 6, até 14 de abril, o concelho de Cascais servirá de palco a um concurso de canto lírico, inédito em Portugal. O vencedor deste Cascais Ópera será apurado na final, que terá lugar no Teatro Nacional de São Carlos.

TEXTO **MARIA JOÃO MARTINS**

É com grande expectativa que amanhã sobe o pano da primeira edição do Cascais Ópera, concurso de canto lírico que, nesta primeira edição, reúne 47 candidatos, oriundos de 18 países diferentes, entre os quais Portugal. A final realizar-se-á no Teatro Nacional de São Carlos, a 14 de abril, às 17 horas. Para a organização, como nos diz a diretora do evento, Alexandra Maurício, este "é o corolário de três anos de trabalho, que passou pela conceção e estruturação do programa e também pela busca de financiamentos. Queremos fazer em bem e em bom, com muita ambição e qualidade." E acrescenta: "Embora esta seja uma primeira edição, o nosso objetivo é tornar Cascais um polo irradiador da Ópera para todo o país."

O público poderá assistir às provas iniciais e semifinais dos candidatos, dentro do limite da capacidade do espaço (Centro Cultural de Cascais), com acesso gratuito – mas com inscrição obrigatória através do *site* do Cascais Ópera. Caberá a um júri composto por cantores líricos e diretores de algumas das grandes casas de ópera europeias - Óperas Estaduais de Viena e Munique, Teatro Nacional de São Carlos e a Ópera Nacional da Sérvia – escolher os oito finalistas, que atuarão no mítico palco do São Carlos, em Lisboa. Aí serão acompanhados pela Orquestra Sinfónica Portuguesa, sob a direção do maestro Tom Woods. Como sublinha Alexandra Maurício, "não faria sentido não incluir o nosso grande teatro de ópera na programação deste acontecimento. É o único que temos, mas também é dos que ainda se mantém mais fiel ao projeto inicial, que é setecentista." De recordar ainda que esta será uma das últimas oportunidades de assistir a um espetáculo neste espaço, antes do seu encerramento para uma campanha de obras, com a duração estimada de dois anos. Os bilhetes para a final estão disponíveis *online* (bilheteiras Bol).

Além do concurso, o Cascais Ópera incluirá várias *masterclasses* e uma homenagem à mezzo-soprano espanhola Teresa Berganza (1933-2022), numa apresentação única da ópera *Carmen*, de Bizet, no Salão Preto e Prata do Casino do Estoril, no dia 11 de abril, às 21h30. Interpretarão os cantores Cátia Moreso (como Carmen); Luís Gomes (como Don José); Sergei Leiferkus (como Escamillo) e Carla Caramujo (como Micaela). A direção cénica será de Jorge Rodrigues, que conta ainda com o ator Ricardo Carriço como narrador da história. O maestro Nikolay Lalov dirigirá a Orquestra Sinfónica de Cascais, coadjuvado pelo maestro Francisco Pinheiro, que terá ainda a seu cargo o coro participativo Cascais Ópera. No futuro, assegura-nos ainda Alexandra Maurício, o Cascais Ópera incluirá sempre este momento de homenagem a óperas, compositores ou cantores que marcaram a História do género. "Neste caso, juntámos uma ópera e uma cantora, que são muito emblemáticas", diz.

Para esta primeira edição, a organização recebeu mais 200 candidaturas de 39 países. O facto de alguns dos apurados serem originários de países que, neste momento, estão em conflito (há vários cantores russos e ucranianos) não gera, na direção do evento, qualquer angústia acrescida. Com entusiasmo, a diretora do Cascais Ópera comenta a propósito: "A música e o processo criativo não têm qualquer relação com as decisões políticas. Se pudermos contribuir para algum apaziguamento, ficaremos muito felizes."

"Este é o corolário de três anos de trabalho, que passou pela conceção e estruturação do programa e também pela busca de financiamentos. Queremos fazer em bem e em bom, com muita ambição e qualidade."

Alexandra Maurício
Diretora do evento

Obras de Domingos Sequeira e Vieira da Silva expostas na LAAF

ANTIQUÁRIOS A feira Lisbon Art and Antiques Fair (LAAF) regressa à Cordoaria Nacional, em Lisboa, entre 12 e 21 de abril, numa edição com 34 expositores.

A Feira de Arte e Antiguidades (Lisbon Art and Antiques Fair - LAAF) vai ter expostas obras de Domingos Sequeira e Vieira da Silva. A edição deste ano, segundo a organização, será a maior de sempre em 20 anos de história e irá ocupar pela primeira vez todo o espaço da Cordoaria, mais uma vez com a organização da Associação Portuguesa dos Antiquários (APA). O espaço será ocupado na maioria por expositores portugueses, mas também estrangeiros, desde antiquários, galerias de arte moderna e contemporânea, com pintura, escultura, joalharia, móveis, cerâmica e escultura.

Entre as obras que serão apresentadas na feira estará um desenho do rei João VI da autoria do artista português Domingos Sequeira (1768-1837), com uma inscrição do colecionador Luiz Xavier da Costa, datada de 1929, pertencente à galeria António Costa Antiguidades. Alexandra Markl, responsável pelas coleções de desenho e gravura do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), em declarações à Lusa disse, sobre este desenho a lápis sobre papel com 21 centímetros por 17 centímetros: "Sabemos que este é um desenho de 1804, quando ainda não era rei, mas príncipe regente, e sabemos que esta peça é um estudo para uma medalha porque no MNAA temos um desenho igual, embora tenha uma assinatura do pintor que está invertida." Domingos Sequeira é considerado o mais talentoso e original pintor português do seu tempo, tendo desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento da arte portuguesa de início do século XIX.

"Domingos Sequeira, como pintor régio, teve várias oportunidade de desenhar e pintar o rei João VI, e são conhecidos vários retratos diferentes, desde a fase de príncipe regente até aos últimos anos da morte do monarca", afirmou Alexandra Markl. O desenho possui uma legenda que indica que esteve na posse do colecionador e estudioso da obra do artista, Xavier da Costa, datada de 1929, e assinada pelo proprietário.

Desenho de Domingos Sequeira.

Pintura de Vieira da Silva

Fonte da comunicação da feira indicou que além deste desenho, estarão ainda em destaque no certame duas obras da artista Maria Helena Vieira da Silva (1908-1992): uma pintura intitulada *Essa Estrela*, pela Galeria São Roque, e um desenho sobre papel, da Galeria São Mamede.

O óleo sobre tela *Essa Estrela*, com dimensões de 33 centímetros por 24,5 centímetros, foi escolhido pela artista para a criação de uma tapeçaria da capela da Embaixada de França em Lisboa, onde se encontra atualmente. O desenho executado em 1968 tem a particularidade de ser uma obra que regressa a Portugal, vinda dos Estados Unidos da América, tendo sido uma oferta da artista a John Rewald, em Nova Iorque, com uma dedicatória de amizade.

Durante os dias do evento irão realizar-se as "Conversas sobre Arte" (entre os dias 15 e 19 de abril), sempre ao final da tarde, sobre os temas "A importância dos museus na cidade de Lisboa", "Criatividade e Desenvolvimento", e "Imaginação e Comércio", com vários oradores convidados.

LUSA

FILMES&SÉRIES AGENDA

Rufus Sewell sem medos de *pastiche* nesta criação do príncipe caído em desgraça...

A grande entrevista

de Philip Martin na Netflix

Eis um caso de como o cinema pode celebrar a importância do grande jornalismo. A Netflix deu luz verde a um filme que promove o rigor e retidão do trabalho jornalístico da BBC, descrevendo os bastidores de como um exclusivo foi conseguido por uma produtora de uma emissão informativa da noite, neste caso a entrevista famosa ao príncipe André do Reino Unido, na qual o próprio confessava o seu envolvimento com o pedófilo Jeffrey Epstein. O ângulo da história é a forma engenhosa como Sam McAlister, a produtora de Newsnight, conseguiu convencer o duque a aceitar enfrentar a famosa entrevistadora Emily Maitlis, bem ao contrário dos procedimentos da série com o mesmo tema da Amazon, *A Very Royal Scandal*.

Nos antípodas do semblante de telefilme, *Scoop* tem dois fatores bem práticos: sabe refletir eficazmente sobre a ficção que sai do real (é impressionante a recriação em tempo real da entrevista...) e tem uma noção dos seus limites como peça de entretenimento. E é também um daqueles casos em que todas as palavras contam... **RUI PEDRO TENDINHA**

DAISIES
Vera Chytilová
Filmin

Programado no âmbito do Arkadiko Film Fest, *Daisies* (1966) pode ser visto à luz do espírito deste mês, o mês da Liberdade. Entre nós chamado *Jovens e Atrevidas*, tem já uma espécie de estatuto de clássico do Leste europeu. Um conto perfeitamente lúdico, pop e desordeiro, em que duas raparigas decidem que devem... portar-se mal. Parece simples, mas o experimentalismo feminista da checa Vera Chytilová não banaliza nunca a sátira política. **INÊS N. LOURENÇO**

O PIANISTA
Roman Polanski
Netflix

Em paralelo com a estreia de *O Hotel Palace*, vale a pena recordar o admirável filme de Polanski sobre a saga de sobrevivência do pianista Wladyslaw Szpilman, judeu polaco, durante a Segunda Guerra Mundial. Combinando a perspetiva histórica com a memória dos dramas individuais, recebeu três Óscares referentes a 2002 nas categorias de realização, ator (Adrien Brody) e argumento adaptado (Ronald Harwood).
JOÃO LOPES

EXTRAORDINÁRIA
Emma Moran
Disney+

Imagine-se um mundo onde atingir a maioridade dá direito a um superpoder (a coisa mais aleatória que se possa imaginar). Nesse mundo, uma jovem de 25 anos não desenvolveu nenhum, e não está a lidar nada bem com isso. Resultado: uma das melhores *sitcoms* britânicas do último ano, que revelou a escrita enérgica e hilariante da jovem promessa Emma Moran. A segunda temporada já chegou ao Disney+ e continua a ser uma perdição existencial. **I.N.L.**

A ÚLTIMA TESTEMUNHA
Alan J. Pakula
Cinemateca

Com data de 1974, eis um genuíno e sofisticado *thriller*, seguindo a personagem de um jornalista, interpretado por Warren Beatty, que investiga a morte de um senador em circunstâncias suspeitas (dia 9, 15h30). Na filmografia de Pakula, é o filme que antecede *Os Homens do Presidente* (1976), sobre o caso *Watergate*, outro exemplo notável do mesmo modelo de ficção sobre os bastidores da política *made in USA*. **J.L.**

ANATOMIA DE UMA QUEDA
Justine Triet
Videoclubes

Ao mesmo tempo que ainda enche as salas, chega já aos videoclubes da operadoras o vencedor do Óscar de melhor argumento e Palma de Ouro de Cannes. O regresso do grande cinema de tribunal numa história que é sobretudo uma anatomia de um casal a desintegrar-se. Atomizado pelo talento de Sandra Huller, é um filme sobre a intensidade da verdade de cada um. O lusodescendente Milo Machado-Graner foi nomeado para os Césares... **R.P.T.**

MILDRED PIERCE
Todd Haynes
HBO Max

Tendo por base o romance homónimo de James M. Cain, publicado em 1941, esta minissérie de 2011 faz o retrato de uma mulher divorciada durante a Grande Depressão que arrisca... abrir um restaurante. Estamos perante um caso exemplar de ficção televisiva que mantém uma forte relação com modelos do classicismo de Hollywood – com a brilhante Kate Winslet, atualmente em destaque com *The Regime*, também na HBO Max. **J.L.**

NOSTALGIA
Mario Martone
RTP Play

Um homem regressado a Nápoles, terra natal, percorre as ruas da sua juventude entre memórias vivas, melancolia pausada e o reaprender de um dialeto de amor. O que é que o espera ao virar da esquina? *Nostalgia* (2022) é o filme de um dos mais comoventes papéis de Pierfrancesco Favino, o grande ator italiano destes dias, aqui dirigido por um versado Mario Martone, napolitano de gema que se pôs a filmar sob o signo de Pasolini. **I.N.L.**

RYUICHI SAKAMOTO – OPUS
Neo Sora
Cinemas

A beleza sacramental deste filme-performance faz-se de subtis riscos: o barulho do pedal, um pequeno engano ou todo aquele despojamento de um homem e um piano. É quase como se da música nascesse um silêncio que não se explica. Sakamoto toca vinte peças só para a câmara do filho que filma todo o gesto como uma dádiva. A última vez como se fosse uma prova de ato contínuo. Um registo para além do tempo. **R.P.T.**

avisos, tribunais e conservatórias

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno, com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada na Urbanização Vila Paraíso, Vale Lagar – Portimão, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada na Urbanização Vila Paraíso, Rua Quinta das Oliveiras, Vale Lagar – Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 8/1988, freguesia e concelho de Portimão, requerida por FashionConstroi – Construções, Lda.
A alteração da licença de operação de loteamento incide sobre os Lotes 60 e 61, propondo a junção dos dois lotes, denominando-se lote 60/61, com a alteração das tipologias para T1 e T2.
O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.
Mais se informa que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, a contar da data de publicação deste anúncio, no *Diário da República*, legitima a consequente tramitação do procedimento. De acordo com a alínea e), do n.º 1, do art.º 112.º e art.º 122.º , do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

20 de março de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

EXTRATO DA ATA N.º 89

No dia dois do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e vinte minutos, na Rua de Bragança, número um, Edifício Sociocultural, Casal de Cambra, Sintra, reuniu-se em segunda convocatória a assembleia de proprietários e promitentes compradores dos prédios sitos entre a Avenida de Lisboa, Avenida São Tomé e Príncipe, Rua D. Afonso Henriques e Rua D. Inês de Castro, em Casal de Cambra, freguesia de Casal de Cambra, concelho de Sintra, descritos na conservatória de registo predial de Queluz sob as fichas 1137 da freguesia de Casal de Cambra e 5716 da freguesia de Belas, os quais se encontram integrados na Área Urbana de Génese Ilegal denominada "AUGI 57 – Casal de Cambra", na freguesia de Casal de Cambra, concelho de Sintra, com a presença de quatro proprietários/promitentes compradores, conforme lista de presenças em anexo a esta ata que corresponde a trinta e cinco por cento da permilagem total, contando com a presença do Dr. Rui Santos, na qualidade de Procurador da Comissão de Administração Conjunta, e a representante da equipa técnica IMC Arquitetos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
PONTO UM: Apreciação e votação da alteração ao desenho urbano de loteamento apresentado aos serviços camarários da Câmara Municipal de Sintra – Processo LT 80/2013.
PONTO DOIS: Assuntos de interesse geral.
Tomou a palavra a representante da equipa técnica para apresentação da retificação do desenho urbano em conformidade com o deliberado na última assembleia realizada no dia 12 de dezembro do ano findo, em cumprimento com as exigências camarárias dispostas na última notificação. Explicou de seguida e detalhadamente, lote por lote, os parâmetros urbanísticos de cada um. Finda a apresentação, foi dada a palavra aos presentes, os quais levantaram questões que foram devidamente respondidas pela equipa técnica.
Terminado o período de intervenção, a retificação ao desenho urbano foi votada e aprovada por **unanimidade**.
Retomou a palavra a representante da equipa técnica no sentido de informar os presentes que o desenho urbano será devidamente ultimado e o processo preparado para entrega nos serviços camarários até ao final de maio de 2024, sendo pois este o momento para proceder ao pagamento da segunda tranche dos honorários, conforme proposta já entregue. Ficou acordado pelos presentes que o pagamento da segunda tranche será realizado até ao dia 3 de maio de 2024.
Dando início ao ponto dois da ordem de trabalhos, tomou a palavra o Procurador da Comissão de Administração Conjunta, que alertou os proprietários para a necessidade de pagamento das quotas à AUGI relativas ao ano 2024, visto que a maioria dos lotes tem o valor pago até 2023.
Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou pelas dezanove horas e trinta minutos do mesmo dia, tendo sido lavrada a ata que depois de lida vai ser assinada pelo Procurador da Comissão de Administração Conjunta, ficando apensa à mesma a folha de presenças assinada por todos.
Feita a leitura e posta à votação, a ata foi aprovada por **unanimidade**.

A Comissão de Administração Conjunta

ATA DA ASSEMBLEIA DA ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DE COPROPRIETÁRIOS DOS PRÉDIOS INTEGRADOS NA AUGI DO BAIRRO DAS MAROITAS E CACHOEIRAS

SÃO JOÃO DA TALHA / SANTA IRIA DE AZOIA – LOURES
24/03/2024

ATA N.º 9

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas e dez minutos, no Pavilhão Luís Gouveia, em São João da Talha, no Concelho de Loures, reuniram-se em Assembleia os órgãos da AUGI dos Bairros das Maroitas e Cachoeiras, bem como os proprietários e coproprietários dos prédios que a compõem, os quais foram regularmente convocados nos termos legais, conforme convocatória publicada no Jornal *Diário de Noticias*, no dia seis de março de 2024, e convocatória enviada por carta registada, para deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto 1: Apresentação e aprovação das contas relativas ao exercício do ano de 2022;
Ponto 2: Apresentação e aprovação das contas relativas ao ano de 2023;
Ponto 3: Apresentação e aprovação das contas relativas ao período de 1 de março de 2024 a 23 de março de 2024;
Ponto 4: Apresentação e aprovação das contas finais da Comissão de Administração Conjunta e consequente extinção desta;
Ponto 5: Deliberação sobre a transferência de Créditos e Débitos da Comissão de Administração Conjunta para a Associação Cultural Recreativa e de Urbanização dos Bairros das Maroitas e Cachoeiras;
Ponto 6: Informações Gerais.
Estiveram presentes na Assembleia 172 proprietários ou procuradores, correspondentes a 222 votos, de acordo com o constante na lista de presenças e procurações exibidas, que foram arquivadas.
A Assembleia foi aberta pelo Dr. Jaime Conde, Advogado da Comissão de Administração Conjunta, que procedeu à leitura da ordem de trabalhos, tendo-se entrado de imediato na discussão do ponto um da ordem de trabalhos.
Foi informada a Assembleia de que as contas Comissão de Administração são auditadas pelo ROC Dr. João Careca, auditor responsável, tendo este procedido à explicação e explanação das diversas rubricas que compõem o documento, bem como referenciados os valores referentes a despesas e receitas, de acordo com o documento apresentado. Não foi colocada qualquer questão relativa ao documento em análise, pelo que o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.
Passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos, tendo também usado da palavra o Sr. Revisor Oficial de Contas, que de igual modo fez a apresentação dos valores referentes a despesas e receitas do ano de 2023, tendo explicado o teor de cada rubrica constante do documento apresentado e que fica arquivado. Colocado à discussão aquele documento, não se verificou qualquer objeção ao mesmo por parte dos proprietários presentes, pelo que, submetido à votação, foi este aprovado por unanimidade.
Passou-se ao ponto três da ordem de trabalhos, tendo o Senhor ROC feito também a apresentação das diversas rubricas constantes do documento, bem como a apresentação dos valores de despesas e receitas referentes ao período em questão.
Não tendo sido colocada qualquer dúvida ou objeção ao documento, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado também por unanimidade.
Esgotado e votado o ponto três da ordem de trabalhos, entrou-se de imediato no ponto quatro da ordem de trabalhos.
Sobre o mesmo usou da palavra o Dr. João Careca, ROC da Comissão de Administração, que informou a Assembleia do valor do saldo do exercício da Comissão, o qual não inclui ainda os montantes em dívida de alguns proprietários. A este propósito usou também da palavra o Dr. Jaime Conde, que informou a Assembleia de que atualmente existem apenas cerca de dez proprietários com a situação por regularizar, sendo que alguns se encontram em negociações com a Comissão com vista à regularização das suas dívidas, havendo boas perspetivas de recebimento.
A este respeito, pediu a palavra o Sr. José Figueiredo, Tesoureiro da Comissão, que, após lhe ser concedida, procedeu à leitura de um documento contendo um resumo, sucinto, do trabalho desenvolvido desde 1999 até à presente data, bem como o valor das despesas e receitas movimentadas naquele período temporal. Foi ainda realçada pelos membros da equipa técnica (ROC e Advogado) a boa gestão praticada pela Comissão de Administração ao longo dos anos, que permitiu que não fosse necessário solicitar aos Senhores proprietários o pagamento de quantias adicionais no âmbito do processo de legalização do Bairro. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra a Senhora Procuradora dos lotes número 68; 106; 195 e 327, para perguntar se os acordos realizados com os proprietários com dívidas eram acordos verbais ou escritos e qual o motivo de não terem sido intentadas ações para exigir o pagamento. Perguntou ainda o porquê os lotes serem vendidos e cedidos à Associação. Para esclarecer as questões colocadas, usou da palavra o Dr. Jaime Conde, que informou que os acordos são escritos. Relativamente a processos judiciais, informou terem sido intentadas várias ações, sendo que relativamente às dívidas de baixo valor (150 € e 300 €) foi decidido pela Comissão não acionar esses proprietários, uma vez que os custos de cobrança não compensavam. Referiu ainda que esses valores serão recuperados em sede de legalização dos imóveis ou aquando da venda ou apresentação dos projetos de construção para os lotes em causa.
Usou ainda da palavra o Sr. José Figueiredo, para esclarecer que os lotes foram cedidos à Associação porque a Comissão de Administração não tem personalidade jurídica.
Usou da palavra também a Senhora Ana Quitério, que pretendia saber se os valores referentes à venda dos lotes e que se encontram depositados nas contas da Associação vão ser tidos em conta neste fecho de contas da Comissão de Administração.
Para esclarecer este assunto, usou da palavra o Sr. Luís Esperança, informando de que tais valores não estão incluídos e que os mesmos serão objeto de análise e discussão na respetiva Assembleia da Associação marcada para o efeito.
Colocado à votação este ponto da ordem de trabalhos, foi o mesmo aprovado por maioria, com catorze votos contra dos lotes 68; 195; 106; 327; 161; 134; 499; 548; 343; 567; 4; 9; 315 e 325 e três abstenções do proprietário dos lotes 155; 157 e 218.
Após a votação deste ponto da ordem de trabalhos, em que foram aprovadas as contas finais da Comissão de Administração e a consequente extinção desta, usou da palavra o Dr. João Careca, informando a Assembleia da necessidade de ser nomeada uma Comissão Liquidatária para levar a cabo a liquidação efetiva.
Foi apresentada uma proposta para composição da Comissão Liquidatária, composta pelos Senhores Proprietários Adriano Cardoso; José Figueiredo e Luís Cabral, a qual colocada à votação foi aprovada por maioria, com três abstenções da proprietária dos lotes 155; 157 e 218.
Seguidamente, iniciou-se o ponto cinco da ordem de trabalhos, tendo a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Moradores solicitado ao Engenheiro José Maria que fizesse uma apresentação do anteprojeto que a Associação pretende ver concretizado na parcela "E", propriedade neste momento da Câmara Municipal de Loures, o que veio a acontecer na presença todos os proprietários que se encontravam na Assembleia.
Relativamente ao projeto a executar, a Sra. Anabela colocou a questão de se saber quais os custos de construção do projeto apresentado. A este assunto respondeu o Eng.º José Maria, o qual informou a Assembleia de que não poderia neste momento avançar com valores, uma vez que não está feito o estudo do custo da obra. Os valores serão apresentados no futuro, em função evolução do projeto. Falou ainda da possibilidade de apresentação de candidaturas ao PRR e a outros fundos como forma de se financiar o projeto.
Pediu a palavra a Sra. Ana Quitério, para propor que os valores existentes no saldo final fossem divididos por todos os proprietários, proposta que não foi aceite pela Assembleia.
Colocado à votação o ponto cinco da ordem de trabalhos, foi o mesmo votado favoravelmente, com vinte e cinco votos contra dos Senhores Proprietários dos lotes 583; 584; 587; 378; 235; 441; 343; 567; 338; 373; 4;9;68;195; 106; 327; 337; 548; 76; 140; 467; 468; 585; 586; 313 e 325, e três abstenções dos proprietários dos lotes 155; 157 e 218.
Foi assim aprovado o ponto quinto da ordem de trabalhos e por consequência aceite pela Assembleia de Proprietários a transferência e Cessão de todos os créditos e débitos da Comissão de Administração Conjunta para a Associação Cultural, Recreativa e de Urbanização dos Bairros das Maroitas e Cachoeiras, incluindo esta Cessão a transferência a favor da referida Associação de todos os créditos e montantes líquidos de que a Comissão de Administração Conjunta seja titular. Esta deliberação tomada pela Assembleia abrange também a Cessão de todos os direitos sobre créditos de qualquer importância devida pelos proprietários a título de capital, juros remuneratórios ou juros de mora, bem como todos os direitos e obrigações resultantes de qualquer ação judicial intentada ou a intentar e que resulte das atribuições e competências da Comissão de Administração Conjunta, ficando a Associação Cessionária com poderes para perante quaisquer entidade pública ou privada assumir todas as obrigações e competências que são atribuídas à Comissão de Administração Conjunta e estão previstas na Lei 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99, de 14 de setembro, pela Lei 64/2003, de 23 de agosto; pela Lei 10/2008, de 20 de fevereiro, e pela Lei 79/2013, de 26 de novembro, e pela Lei 70/2015, de 16 de julho.
Neste ponto da ordem de trabalhos foi ainda apresentada uma proposta à Assembleia, com o seguinte teor:
Que o saldo final das contas da Comissão de Administração Conjunta, bem como todas as quantias transferidas daquela entidade para a Associação Cultural, Recreativa e de Urbanização dos Bairros das Maroitas e das Cachoeiras sejam usados por esta Associação exclusivamente na execução das obras necessárias à requalificação do edifício da Sede e à concretização do projeto apresentado nesta Assembleia para a parcela "E".
Colocada à votação esta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.
Relativamente ao ponto seis da ordem de trabalhos, não foi colocada qualquer questão, pelo que o Dr. Jaime Conde deu por encerrada a Assembleia da Comissão de Administração Conjunta pelas 12h e 25 minutos.

São João da Talha, 24 de março de 2024

O Presidente da Comissão de Administração
(*assinatura ilegível*)

MUNICÍPIO DE OLHÃO

Aviso n.º 6575/2024

PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO PARA PLANEAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO PARQUE DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ALGARVE.

NOVO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

António Miguel Ventura Pina, Presidente da Câmara Municipal de Olhão, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, torna público, que a Câmara Municipal de Olhão, em reunião pública de 6 de março de 2024, deliberou, por unanimidade dos votos, aprovar a abertura de um novo período de discussão pública do Procedimento de Formação de Contrato para Planeamento para Elaboração do Plano de Pormenor do Parque de Inovação e Tecnologia do Algarve (e seus anexos) pelo período de 10 dias úteis, ao abrigo do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, aproveitando todos os atos e formalidades praticados na proposta n.º 496/2023, aprovada em reunião ordinária pública de dia 27 de dezembro de 2023

Deliberou ainda o órgão executivo municipal, por unanimidade dos votos, proceder à publicação e divulgação da presente deliberação e da documentação que a acompanha, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, para a formulação de sugestões e prestação de informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito do Procedimento de Formação de Contrato para Planeamento ora em discussão, por todos os interessados, que poderão apresentar em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Olhão, devidamente identificado, diretamente nos serviços do Balcão Único da Câmara Municipal de Olhão, através dos correios ou para o seguinte endereço de correio eletrónico: **geral@cm-olhao.pt**. Os documentos relativos ao Plano de Pormenor podem ser consultados no sítio da Câmara Municipal de Olhão (**www.cm-olhao.pt**) ou diretamente no Serviço de Planeamento e Ordenamento do Território, no Largo Sebastião Martins Mestre, 8700-349 Olhão.

7 de março de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Olhão
António Miguel Ventura Pina

A.C. SANTOS – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS (SGPS), S.A.

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto na Lei e no Contrato de Sociedade, a pedido do Conselho de Administração, convoco os Senhores Acionistas da sociedade anónima A.C.SANTOS – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS (SGPS), S.A., com sede na Avenida João XXI, número 43, 6.º andar, em Lisboa, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e de pessoa coletiva 503228117, com o capital social de 6.500.000 Euros, para se reunirem em **Assembleia Geral Anual, na sua sede, no dia 9 de maio de 2024, às 11 horas**, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Um – Deliberar sobre os documentos de prestação de contas, incluindo o relatório de gestão e o parecer do Fiscal Único, do exercício de 2023.
Ponto Dois – Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2023.

Informação aos Acionistas

i) Podem participar os Senhores Acionistas que, com a antecedência mínima de dez (10) dias sobre a data da Assembleia Geral, possuam um mínimo de cem (100) ações.
ii) Como instrumento de representação voluntária, nos termos estatutários, bastará uma carta escrita e assinada pelo mandante, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia e recebida na sociedade com, pelo menos, cinco (5) dias úteis de antecedência, em relação à data da Assembleia.
iii) A cada cem (100) ações corresponde um voto.

Todos os documentos sujeitos à apreciação desta Assembleia Geral anual encontrar-se-ão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Sociedade.

Caso a assembleia geral não possa reunir-se na data designada, por falta de representação do capital legal e contratualmente exigido, fica, desde já, designada a data de 27 de maio de 2024, pelas 11 horas, para realização da mesma.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ELEIÇÃO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2024

O **Partido Iniciativa Liberal** vem, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, comunicar que constituiu Mandatária Financeira: **Alicia Maria de Nóbrega Teixeira**

Câmaras Leica “pro” em formato compacto num simpático topo de gama

TECH A Xiaomi tem no 14 um aparelho muito eficiente a todos os níveis, que só peca um pouco no acabamento – afinal há um modelo ainda acima. A câmara é a grande mais-valia.

TEXTO **RICARDO SIMÕES FERREIRA**

Em *2001 – Odisseia no Espaço*, a obra-prima do cinema de Stanley Kubrick, de 1968, há dois momentos em que o realizador, só pela imagem, demonstra como os astronautas que encontram na Lua o monólito extraterrestre são de facto descendentes dos primatas que, quatro milhões de anos antes, são visitados por um objeto idêntico, no Paleolítico: ambos (*homo sapiens* e *australopithecus*) tocam no paralelepípedo negro à sua frente, instintivamente, como forma de se assegurarem que de facto o ser estranho existe.

Esta necessidade muito humana (e não só...) de, pelo toque, asseverar a realidade – e o valor – do objeto está como que inscrito no nosso ADN. É sem dúvida uma das razões de a música em discos de vinil ter regressado, por exemplo; e de aconselharmos sempre os nossos leitores a pegarem nos *smartphones* e *wearables* que testamos, mesmo que os recomendemos.

Particularmente, é o que sugerimos que faça com o novo Xiaomi 14, o topo de gama compacto do maior fabricante chinês de *smartphones*, que tem tudo para ser um aparelho fantástico – com algumas pequenas exceções que podem (ou não) fazer-lhe, a si, impressão.

Comecemos assim pelo que é, para nós, o menos bom: a cobertura traseira e – apesar de estar melhor – o sistema operativo.

Para um telefone de (números redondos) 1100 euros era de esperar que o toque (lá está...) do corpo do telefone não se sentisse tão “plástico”. A título de exemplo, e sem sair da marca, o excelente Redmi Note 13 Pro+ (5G), que testámos há pouco tempo, tem um tato mais *premium* e custa metade do preço. O resultado deste acabamento é que quando se dá uns toques nas “costas” do telefone sente-se oco...

Parece um pouco incompreensível esta decisão do fabricante chinês, até que nos lembramos que, na realidade, este não é o verdadeiro topo de gama da marca: existe acima dele o 14 Ultra. Torna-se assim um pouco difícil não ficarmos a sonhar com ele....

Quanto ao sistema operativo, há que elogiar o novo HyperOS, criado pela Xiaomi, mas – segundo o fabricante – baseado em Android 14, porquanto é um pouco mais simplificado do que o anterior MIUI. No entanto, continua a ter muitas influências iOS (iPhone) – como as definições serem acessíveis puxando do cimo direito e as notificações puxando do cimo esquerdo – que para um utilizador Android pode confundir (ou irritar...). Além disso, a Xiaomi teima em incluir nos seus aparelhos imensas *apps* terceiras (*bloatware*) desnecessárias que, ainda que desinstaláveis, são mais tempo de configuração evitável.

Uma fantástica câmara compacta

Dito tudo isto, se está à procura de um telemóvel nesta gama de preços sugerimos mesmo que vá até uma loja e pegue nele. Irá, com certeza, impressionar-se com o imponente módulo de objetivas Leica, que ocupam quase um quarto da traseira do aparelho. É aqui que está um dos grandes trunfos do modelo. Já para não falar no impressionante que é a quantidade de tecnologia que a Xiaomi conseguiu enfiar numa espessura de apenas 8,2 mm – incluindo um processador (e respetivo dissipador de calor) Qualcomm Snapdragon 8 Gen 3, bem como uma bateria de 4610 mAh (que, pela nossa experiência, aguenta perfeitamente o dia todo) e tecnologia de hipercarregamento rápido de 90 watts.

O ecrã AMOLED de 6,36 polegadas é só muito ligeiramente superior aos do Google Pixel 8 e Samsung Galaxy S24 (os três telefones são praticamente todos do mesmo tamanho), semelhante ao que equipava o Xiaomi 13, mas agora com refrescamento adaptativo de 1 a 120 Hz.

Deixámos o melhor para o fim: a câmara tripla de 50 megapíxeis com objetivas e *software* da casa de fotografia alemã Leica capta imagens com um aspeto natural difíceis de bater.

Em vídeo, grava até 8K a 24 *frames* por segundo (fps) e a 4K a 40 ou 60 fps, em Dolby Vision HDR, com uma qualidade fabulosa.

Mas é em fotografia que todo o seu potencial se mostra. Como vem sendo habitual nestes Xiaomi, o utilizador tem à escolha, com um simples toque, fazer o equivalente a trocar objetivas numa câmara profissional (de uma 35 mm para uma 50, 75 ou 90 mm). Depois, pode usar os filtros Leica Authentic – o nosso favorito – e Leica Vibrant, algoritmos criados pelos laboratórios alemães. Com isto, é possível captar fotos de uma qualidade que, de certeza agradaria, e muito, ao fotógrafo que também era Stanley Kubrick.

Quando o telemóvel faz comida saudável

COZINHA A Xiaomi Smart Air Fryer é um bom exemplo do que é a tecnologia ao serviço da qualidade de vida.

Como pessoa que (literalmente) mal sabe fritar um ovo, nunca pensei ficar tão entusiasmo com um *gadget* de cozinha. Mas o certo é que desde que comprámos lá para casa a fritadeira Xiaomi Smart Air Fryer 6,5 L que até – quase... – comecei a cozinhar (daí excecionalmente escrever este teste na primeira pessoa). E porque a máquina partilha parcialmente o *software* com os novos telemóveis da marca, faz sentido juntar aqui tudo.

À primeira vista, esta não é mais do que uma “fritadeira a ar” como tantas outras que se encontram no mercado – basicamente um forno de convecção, capaz de cozinhar alimentos com o mínimo de gordura (na realidade assa-os através de vento quente – neste caso, até 220º), dando-lhes uma textura estaladiça que parece fritura.

Totalmente afastado que está o mito, infelizmente criado há alguns anos, de que a comida aqui confecionada seria cancerígena (cheguei a escrever nestas páginas sobre o assunto), certo é que esta é uma forma saudável de preparar refeições. E com esta nova Air Fryer, de potência até 1800 watts, é tudo extremamente rápido.

Esta é, aliás, uma das vantagens desta versão revista da Air Fryer da Xiaomi – que custa 120 euros (100 se comprar junto com um telemóvel) – relativamente ao modelo anterior da marca chinesa: “frita” meio quilo de batatas em apenas 18 minutos.

Mas o que me agrada mesmo é a parte *smart*. A coisa liga-se ao *wi-fi* e, por consequência, controla-se pelo telemóvel – e pela voz, via Google Assistant (infelizmente, não tem suporte para Alexa...).

Isto é muito útil em três cenários:

Deixar tudo pronto antes de sair de casa e, no trabalho, pôr a comida a fazer para que, quando chegar, ter o jantar pronto e quente (em modo de “manter quente” automático) – algo que nunca usei e duvido muito que o faça;

Utilizar as mais de 100 receitas disponíveis através da *app* da Xiaomi para confecionar os alimentos, que não apenas dão ideias do que fazer como vão das mais complexas às mais simples e permitem ativar a máquina com um toque no telefone;

Programar toda a máquina no *smartphone*, incluindo “dizer-lhe”, por exemplo, quantos gramas de batatas se está a fritar para que ele automaticamente programe o tempo de confeção – basicamente, a única coisa que eu próprio já fiz, além da função de descongelamento, que também funciona muito bem, posso dizer.

A continuar assim, qualquer dia ainda dou em *chef*! **R.S.F.**

PORTUGAL HÁ 50 ANOS

O que era a vida quotidiana dos portugueses há meio século, antes do 25 de Abril? O que faziam e como recordam hoje esse tempo em que eram jovens e o país era velho. E como esse mundo era retratado nas páginas do DN da época. Visado pela censura.

No DN

ENSINO LICEAL

CEPELT

Diario de Noticias

Director — FERNANDO FRAGOSO

Imperial

REVELA O PRESIDENTE SADATE

A GUERRA DE OUTUBRO

FOI DECIDIDA SECRETAMENTE

SEIS MESES ANTES

DESPENHOU-SE UM AVIÃO NO BOTSWANA

MORRERAM 77 PESSOAS

O 25.º ANIVERSÁRIO DA N. A. T. O.

A NECESSIDADE DE REVER

OS CONCEITOS ESTRATÉGICOS DA ALIANÇA

E OS LIMITES GEOGRÁFICOS DA SUA ACÇÃO

FUNERAL HUMILDE

PARA GEORGES POMPIDOU

APENAS A FAMÍLIA E ALGUNS ÍNTIMOS

ESTIVERAM NO CEMITÉRIO DA ALDEIA DE ORVILLIERS

ANIVERSÁRIO Os 25 anos da NATO foram celebrados na base da Aliança Atlântica, em Oeiras, e as cerimónias presididas pelo ministro da defesa, Silva Cunha. Em França, o presidente Georges Pompidou foi a enterrar numa pequena aldeia, onde tinha a sua casa de campo.

25 anos da NATO e o funeral de Pompidou

TEXTO **ISABEL LARANJO**

A Aliança Atlântica (NATO) celebrava 25 anos de existência. "O 25.º aniversário da N.A.T.O. – Necessidade de rever os conceitos estratégicos da aliança e os limites geográficos da sua acção", titulava o DN, há 50 anos. "Neste posto avançado sobre o Atlântico (que pode ser garantia da independência dos povos da Aliança, mas por onde podem também irromper as forças que a destruam) parece oportuno dizer que não só se poderá deixar de rever os conceitos estratégicos da Aliança e os limites geográficos da sua zona de acções", afirmava o então ministro da Defesa, Silva Cunha, no comando da NATO, em Oeiras. durante as comemorações do 25.º aniversário do Tratado do Atlântico Norte.

O presidente francês, George Pompidou, tinha falecido há poucos dias e, por isso, as bandeiras de todos os países membros da Aliança Atlântica estavam a meia haste. Aliás, em França o enterro de Pompidou tinha sido feito de forma muito simples. "Funeral humilde para Georges Pompidou – Apenas a família e alguns íntimos estiveram no cemitério da aldeia de Orvilliers", titulava o DN. À notícia, com chamada importante de primeira página, juntava-se uma fotografia de uma criança depositando flores no túmulo do falecido presidente francês. Pompidou foi a enterrar nesta pequena aldeia, de somente 270 habitantes, onde tinha a sua casa de campo preferida. No entanto, para 6 de abril, estavam marcadas as cerimónias oficiais, na catedral de Notre-Dame, em Paris. "Amanhã celebram-se exéquias solenes em Notre-Dame. Nixon, Willy Brandt e Podgorny estarão presentes", podia ler-se. Na sequência da morte do presidente Pompidou havia ainda outra notícia: "Já há (por enquanto) seis candidatos à presidência."

Mais um desastre aéreo pintava os céus de vermelho-sangue. "Despenhou-se um avião no Botswana: morreram 77 pessoas", podia ler-se no canto superior direito da primeira página do DN, de há 50 anos. Ao lado desta notícia, surgia uma fotolegenda. "A princesa Margarida e o seu marido quando chegavam ontem, à noite, ao Park Tower Hotel, em Londres, onde assistiram a uma recepção", podia ler-se. Tratava-se de uma festa de beneficência, a favor de uma associação para jovens, da qual a princesa britânica era presidente.

Onde eu estava

Esther Mucznik nasceu em Lisboa em 1946. Preside à Associação Memória e Ensino do Holocausto – Memoshoá – e à Associação Hagadá, responsável pela instalação do Tikvá Museu Judaico em Lisboa. É escritora.

Quando aconteceu a Revolução dos Cravos, eu estava em Paris há oito anos. Antes tinha estado dois anos e meio em Israel, de forma que a Revolução de Abril me apanhou desprevenida, mas muito feliz.

Eu vinha de Israel quando fui para Paris em 1967 estudar Sociologia na Sorbonne e tive a "sorte" de viver a revolução de Maio de 68, tal como passou a ser conhecida. Digo sorte, porque aos 20 anos identifiquei-me totalmente com uma revolução que, mais do que política, era de âmbito cultural e nela participei ativamente até ao fim. Maio de 68 mudou coisas fundamentais, nomeadamente na relação homem e mulher, na moral sexual e nos costumes. Foi nesse mês que foi criado o Movimento de Libertação das Mulheres questionando a sociedade patriarcal e defendendo a igualdade de direitos para as mulheres. Pessoalmente foi uma experiência de libertação coletiva que me marcou para o resto da vida.

Foi assim que uns dois ou três anos depois me juntei ao Comité Marxista-Leninista Português (CMLP) cujo objetivo era lutar contra a ditadura em Portugal. O meu trabalho era sobretudo no Comité de Apoio aos Refractários e Desertores da Guerra Colonial, que chegavam em grande número a Paris, e através do qual os ajudava a encontrar alojamento, papéis, etc. Às vezes tínhamos de partilhar os nossos apartamentos com eles, mas também trabalhávamos com organizações francesas que faziam o que podiam para ajudar. Foi também nessa altura que tomei conhecimento da realidade dos emigrantes portugueses que moravam em grande parte nos *bidonvilles*, uma espécie de favelas, onde viviam em condições péssimas. Apesar disso, reinava um ambiente solidário e fraterno, pelo menos é o que guardo na minha memória das pessoas que lá conheci.

O grupo de portugueses com o qual comecei a colaborar eram pessoas mais ou menos da minha idade, idealistas, generosos e solidários. Foi nesse grupo que conheci aquele que seria mais tarde o pai das minhas filhas e meu companheiro durante cerca de 15 anos. Ele fazia parte do aparelho clandestino e pouco tempo antes do 25 de Abril foi chamado para militar na clandestinidade, o que não chegou a acontecer porque, entretanto, deu-se a Revolução dos Cravos.

Vim para Portugal umas semanas após a Revolução, e o que eu vi não era o Portugal da minha infância, nem do final da adolescência, quando o deixei para ir primeiro para Israel e depois para Paris. Era outra coisa e essa coisa chamava-se liberdade. Mas, apesar da alegria de viver finalmente em democracia no país onde nasci e onde escolhi passar a viver, confesso que os primeiros tempos em Portugal não foram fáceis. As mentalidades e os costumes não se mudam de um dia para o outro e lembro-me, por exemplo, de entrar em cafés onde apenas estavam homens que olhavam para mim com um misto de curiosidade e reprovação, sobretudo no norte para onde fôramos destacados e onde a violência contra o 25 de Abril ainda se fazia sentir. Na verdade, foram precisos vários anos para me adaptar e integrar, mas tudo na vida leva o seu tempo e foi o nascimento das minhas duas filhas, ambas em Portugal, que me trouxe a serenidade.

O 25 de Abril não é hoje o que sonhávamos? Sem dúvida, mas só as utopias nunca concretizadas é que não nos desiludem, e o que temos é demasiado precioso para não o celebrarmos e, sobretudo, para o defendermos…

"O 25 de Abril não é hoje o que sonhávamos? Sem dúvida, mas só as utopias nunca concretizadas é que não nos desiludem, e o que temos é demasiado precioso para não o celebrarmos e, sobretudo, para o defendermos..."

Depoimento recolhido por Alexandra Tavares-Teles

Diario de Noticias

AS RELAÇÕES ENTRE A SANTA SÉ e o govêrno italiano

O 9 DE ABRIL

MOVIMENTO FINANCEIRO

O CENTENARIO DE CAMILO CASTELO BRANCO

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 5 DE ABRIL DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

AS RELAÇÕES ENTRE A SANTA SÉ e o govêrno italiano

O govêrno fascista tem sido o melhor protector do clero e da religião

Para atenuar a crise de escassês de padres, foram dispensados do serviço militar os seminaristas

Roma, 21 de Março.

Com o evidente fim de competirem a todo o custo umas com as outras, e todas elas de fazerem concorrencia aos correspondentes especiais dos jornais, as inumeraveis e incomparaveis agencias telegraficas internacionais lançam desde ha algum tempo quasi diariamente por intermedio de todos os jornais do mundo, noticias que têm tanto de exactas e verosimeis como eu de chinês! E, como geralmente os jornais não têm tempo nem possibilidade de verificar a exactidão de tais galgas, ei-las que começam a correr por toda a parte, comentadas e admiradas pela gente ingenua, e não param enquanto não dão a volta completa ao orbe.

Uma das mais colossais e recentes galgas a que aludo, é sem duvida a que assegurava estar solucionada a antiga questão pendente entre o Estado italiano e a Santa Sé, mediante a construção de não sei que palacio no «monte» (sic) do Vaticano e com a intervenção da Liga das Nações, garantindo a independencia do Pontifice.

Nada mais simples, não é verdade? Uma agencia telegrafica resolve num instante o problema que muitos estadistas eminentes têm procurado em vão resolver desde 1870.

Não poderia a agencia telegrafica ter descoberto outro assunto não só mais verdadeiro mas tambem mais interessante? Por exemplo: ainda não ha uma semana morreu o barão D. Carlos Monti, director geral dos Cultos, o qual tanto pelo seu elevado cargo como pelos laços de amizade que o ligavam aos três ultimos papas, e muito especialmente a Bento XV, a quem tratava por tu, teve ocasião de durante longos anos prestar relevantissimos serviços á Santa Sé e ao governo italiano. Em virtude dessa especie de mediação oficiosa tão discretamente exercida por ele, as relações entre ambos os poderes foram-se suavizando cada vez mais até se tornarem nestes ultimos tempos, particularmente cordiais de maneira que não houve questão que sob o ponto de vista oficial pudesse determinar alguma tensão de relações entre a Secretaria de Estado e o governo italiano, que, antes de se tornar conhecida do publico, não ficasse prévia e amigavelmente resolvida, por intermédio do Barão Monti.

Para se vêr até que ponto este alto funcionario possuia a confiança dos mais elevados dignitarios do Vaticano e do Quirinal, bastará reproduzir a frase de certo veneravel cardial ao saudar efusivamente o director dos cultos: «Sempre que o vejo aqui, querido barão, parece-me ver o embaixador de Italia, e junto do governo italiano vejo-o sempre na qualidade de Nuncio do Sumo Pontifice».

O fascismo e o Vaticano

E' sabido que o partido fascista, desde a sua subida ao poder, não perde uma unica ocasião de patentear os seus sentimentos religiosos, de reconhecer o influxo moral e socialmente benefico da religião e finalmente de render homenagem aos mais augustos representantes da Igreja. Estes, por sua vez, não têm deixado tambem de aproveitar quantas ocasiões se lhes têm oferecido de exprimir a sua satisfação pelas reiteradas provas de respeito e consideração dadas pelo governo de Mussolini á Santa Sé.

Sem chegar tão depressa á solução definitiva da questão do Vaticano, as relações entre a governo italiano e a Santa Sé melhoram dia a dia e principalmente desde a publicação de um recente decreto concedendo cem por cento de aumento de ordenado a todos os sacerdotes, desde os arcebispos até aos mais humildes curas de aldeia, e dispensando do serviço militar os padres e seminaristas.

Todas estas medidas, tomadas por iniciativa do proprio sr. Mussolini, causaram de facto um prazer vivissimo em todos os centros catolicos, nos quais eram comentadas com serias apreensões as criticas circunstancias economicas em que se encontrava o clero e os graves prejuizos que o serviço militar causava aos jovens seminaristas que estando para ser ordenados padres tinham de interromper a sua vida de recolhimento para viver nos quarteis.

A satisfação dos citados meios catolicos é tanto maior que até agora nenhum governo se atrevera a resolver tão importante questão, receando que o apodassem de clerical, enquanto que o governo italiano actual não só resolveu rapidamente o assunto, como no proprio texto do decreto consigna a doutrina de que o insuficiente numero de sacerdotes representa um prejuizo grave de natureza moral e social.

Os seminaristas em Roma

No meio da actual escassês de sacerdotes observa-se o caso verdadeiramente paradoxal de essa escassês se notar justamente mais em Roma, onde, como em nenhuma outra parte do mundo, os seminarios e os institutos de cultura catolica abundam.

Apesar disso, porém, está provado que a Roma afluem principalmente seminaristas estrangeiros: franceses, ingleses, espanhois, portugueses, alemães, irlandeses, gregos, americanos do Norte e do Sul, os quais, terminados os cursos, regressam ás suas terras, de modo que na Cidade Eterna é actualmente grande a falta de padres.

O que é mais extraordinario é que, se depois da guerra o numero de catolicos aumentou, assim como a frequencia ás igrejas, as dificuldades economicas fizeram diminuir notavelmente o numero de seminaristas italianos, sendo opinião geral que as medidas do governo fascista contribuirão eficazmente para preencher de novo os quadros do exercito de Cristo.

Enrico TEDESCHI.

O 9 DE ABRIL

A COMEMORAÇÃO NACIONAL DOS HEROIS DESCONHECIDOS

Nas escolas, evocar-se-á o esfôrço da Raça, recordando os nomes dos que morreram na guerra

A' Sala do Capitulo do Mosteiro da Batalha vai recolher em seu chão, sagrado pelos seculos, os dois Soldados Desconhecidos da Flandres e da Africa. Essa cerimonia da tumulização definitiva dos dois mortos anonimos realiza-se depois de amanhã, segunda-feira, devendo a ela comparecer os elementos militares e civis do distrito e da divisão de Leiria.

Na quarta-feira, 9 de Abril, tem lugar a comemoração nacional, a que o governo se associou pelo ministerio da Guerra, principalmente, e pelos da Instrução e da Marinha.

O Lampadario, oferecido pela Divisão de Coimbra, vai ser aceso pela primeira vez. A' tocante cerimonia assistirão, na romagem patriotica a que nos temos referido, o ilustre ministro da Guerra, major sr. Americo Olavo; os representantes da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, da Comissão dos Padrões, dos Combatentes Estrangeiros, da Marinha de Guerra, das academias de Coimbra, Lisbôa e Porto.

Pelas 5 horas da tarde o sr. ministro da Guerra acenderá pela primeira vez, para sempre, a Chama da Patria, devendo nessa ocasião observar-se em todo o país, especificadamente nas escolas e quarteis, os dois minutos de silencio a que se têm referido as circulares dos ministerios da Guerra e da Instrução.

Nesse dia, em todas as escolas realizar-se-ão conferencias patrioticas.

A sala do Capitulo do Mosteiro da Batalha
onde repousam os Soldados Desconhecidos

A provisão do bispo de Leiria

Sua Excelencia Reverendissima o sr. D. José Correia da Silva, bispo de Leiria, que já em 1921 assistiu com a sua autoridade e patriotismo ás cerimonias solenes dos Soldados Desconhecidos, fez distribuir a seguinte provisão:

D. José Alves Correia da Silva, por graça de Deus e mercê da Santa Sé, Bispo de Leiria.—Meus caros diocesanos:—Passa no proximo 9 de Abril o terceiro aniversario do dia em que Portugal inteiro com os mais altos poderes da Igreja e do Estado e com os representantes das nações estrangeiras nos trouxeram, para serem guardados no Monumento da Batalha, os restos mortais dos Soldados Desconhecidos.

Durante três anos estiveram expostos á veneração de tantas e tantas pessoas que ali vieram prestar homenagem a Portugal e especialmente aos valorosos combatentes da Grande Guerra.

Milhares de soldados portugueses ficaram longe despedaçados na refrega dos combates, sem uma pásada de terra patria que os cobrisse.

Ninguem, como eles, tinha direito a pedir:

«Terra da minha patria! abre-me o seio
Na morte ao menos. Breve espaço ocupa
O cadaver dum filho. E eu fui teu filho...»

Era nossa obrigação ir buscá-los e piedosamente adormecê-los nos seios tepidos da patria, embora só tivessem por jazida a mais rasa e tosca sepultura.

Mas como foram enterrados á pressa, no fragor da luta,—de muitos nem sabemos onde param os restos.

Veneremos, ao menos, a sua memoria. Cobrindo com terra portuguesa estes que vão agora descer á sepultura, para todos vá a nossa gratidão e por todos subam ao Céu as nossas preces.

Associando-me á Comemoração do Nove de Abril, peço aos meus bons diocesanos o seguinte:

1.º—A comparencia do R. Clero e Fieis que o puderem fazer, no dia 9 do corrente, ás 2 horas da tarde, no Templo de Nossa Senhora da Vitória, da Batalha, á cerimonia Religiosa que se realizará na Igreja e á homenagem das Ex.mas Autoridades Civis e Militares, bem como da Mocidade academica—a prestar aos Soldados Desconhecidos.

2.º—Que seja celebrada nesse dia, a hora prèviamente anunciada, uma Missa nas Igrejas paroquiais por alma dos portugueses que faleceram na guerra ou vitimados pelas doenças que dela resultaram.

3.º—Que nesse dia, ás 5 horas da tarde, ao sinal dado nos sinos, todos orem piedosamente ao Senhor pelos Mortos e pela paz.

Finalmente, mando que esta Provisão seja lida e explicada no proximo domingo e que os R. Parocos tomem as devidas providencias para ser executada.

Leiria, 2 de Abril de 1924.

JOSE', Bispo de Leiria.

O povo na romaria á Batalha

Tambem a comissão organizadora da Romagem á Batalha previne todas as pessoas que patrioticamente desejem tomar parte nesta romagem, a fazerem a sua inscrição na Rua da Vitória, 53, 3.º, Esq., (dr. Gomes dos Santos), até ao meio-dia do proximo dia 7 (segunda-feira), a fim de se providenciar para ser conseguido transporte gratuito, desde a estação de Martingança até á Batalha, que será gentilmente fornecido pela Sociedade Mineira do Lena, sem que todavia esta inscrição resulte compromisso para a comissão.

Como se sabe, a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses concede 50 por cento em todos os bilhetes de ida e volta das suas estações até Leiria ou Valado.

As escolas comemorando o esforço da raça

Os inspectores escolares do Porto, em cumprimento de determinações do sr. ministro da Instrução, recomendaram a todas as escolas oficiais, tal qual se faz em todo o país, que no dia 9 do corrente realizem conferencias educativas, explicando a todos os alunos o significado politico e moral da intervenção de Portugal na Grande Guerra, e exaltando o valor e esforço dos nossos mortos.

Essas conferencias serão precedidas da chamada dos mortos da guerra, cuja lista será enviada a cada escola, devendo cada nome ser seguido da menção:—«morto pela Patria».

Antes das conferencias, professores e alunos observarão dois minutos de absoluto silencio e profundo recolhimento.

A Marinha representar-se-á na solenidade da Batalha e na Sociedade de Geografia

Como já dissemos, o sr. ministro da Marinha nomeou o capitão de fragata sr. Jaime da Fonseca Monteiro para o representar na cerimonia do acender pela primeira vez o Lampadario junto ao tumulo dos Soldados Desconhecidos, no Mosteiro da Batalha, e como representante da marinha de guerra o capitão de fragata sr. Afonso de Cerqueira.

Foi tambem determinado que na sessão que se realiza no dia 9 na sala Portugal da Sociedade de Geografia, para comemorar a nossa entrada na Grande Guerra, compareçam 75 praças de marinhagem desarmadas, pertencentes a todos os navios de guerra e estabelecimentos de marinha.

Em Famalicão

A Camara Municipal de Famalicão convidou ontem o sr. ministro do Comercio a assistir á inauguração do monumentos aos mortos da guerra que se realiza naquela localidade no dia 9 do corrente. O sr. dr. Nuno Simões aceitou o convite.

DR. AUGUSTO DE CASTRO

Como foi recebido no Porto o novo ministro de Portugal em Londres

Continua aberta a inscrição para o almoço que lhe vai ser oferecido em Lisboa

PORTO, 4.—O sr. dr. Augusto de Castro, ministro de Portugal em Londres, chegou hoje a esta cidade, acompanhado do secretario geral do *Diario de Noticias*, sr. major Pereira Coelho, desembarcando, pelas 5 horas da tarde, na estação de S. Bento, onde era aguardado pelos corpos gerentes da Associação Comercial e Centro Comercial do Porto.

A visita do sr. dr. Augusto de Castro a esta cidade teve por fim ouvir a opinião da Associação Comercial sobre os assuntos que possam interessar as relações economicas do nosso país em Inglaterra. Para esse efeito teve, á noite, uma conferencia na sêde daquela colectividade com os membros da sua direcção e bem assim com a comissão consultiva do comercio de vinhos, que junto dela funciona.

O assunto da exportação de vinhos para Inglaterra foi largamente discutido em todos os seus aspectos, para a hipotese da renovação do tratado de comercio anglo-luso e no sentido de que as relações comerciais entre os dois países não sofram qualquer solução de continuidade.

Na discussão, que decorreu animada e interessante, tomaram parte, além do nosso ministro em Londres, os srs. Manuel da Costa Oliveira, Ricardo Spratley, Herbert Pheysey e Calem Junior, aos quais o sr. dr. Augusto de Castro, ao encerrar a sessão, agradeceu os valiosos elementos de informação que teve ocasião de colher e lhe serão altamente proveitosos no desempenho da sua missão.

No final, o presidente da Associação Comercial ofereceu um calice de vinho do Porto, aproveitando o ensejo para dirigir ao representante diplomatico de Portugal em Londres algumas palavras encomiasticas sobre o desempenho do seu alto cargo, agradecendo-lhe a deferencia da sua visita e conferencia na sêde da corporação.

A convite do sr. Herbert Pheysey, delegado da British Chamber of Commerce in Portugal, o sr. dr. Augusto de Castro assiste amanhã a um almoço na Feitoria Inglesa.

O sr. dr. Augusto de Castro visitou tambem a Associação Industrial, onde conferenciou com o presidente daquela agremiação sr. dr. Xavier Esteves.

A's 3 horas da tarde, o sr. dr. Augusto de Castro será recebido no Centro Comercial do Porto.

Os directores da «Casa dos Jornalistas» que tomaram a iniciativa de um almoço em honra do sr. dr. Augusto de Castro, resolveram aguardar o seu regresso do Porto, para lhe dar conhecimento da projectada homenagem e combinar a data em que ela deve realizar-se. E' provavel, porém, que o dia escolhido seja o proximo sabado. Para este almoço já ontem se inscreveram alguns ilustres escritores e jornalistas.

EXTRAÇÃO: 014/2024 **1.º PRÉMIO: 18552** **2.º PRÉMIO: 07165** **3.º PRÉMIO: 30405**

EURODREAMS
SORTEIO: 028/2024
CHAVE: 9 - 10 - 12 - 14 - 20 - 31 + 5

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

A roda gigante está de volta ao Rock in Rio

A Roda Gigante vai voltar ao Rock in Rio na 10.ª edição do festival, que se realiza em Lisboa, a 15, 16, 22 e 23 de junho. A roda vai localizar-se no ponto mais alto do recinto, no Parque Tejo, e contará com 24 cabines temáticas – ontem apresentadas – sobre os 20 anos do evento na capital portuguesa. Há cinco temas retratados, sendo que os Rolling Stones e Amy Winehouse terão uma cabina personalizada. "A roda tornou-se mais do que um passeio. É parte do entretenimento e tínhamos de a renovar este ano. A roda passou a ser a roda do tempo", explicou Roberta Medina, vice-presidente do Rock in Rio, ao DN.

RITA CHANTRE / GLOBAL IMAGENS

Uso excessivo de *smartphones* atrasa crianças na linguagem

ESTUDO Investigadoras da Universidade de Aveiro concluíram que até aos cinco anos deve haver utilização moderada de dispositivos digitais até uma hora por dia.

Um estudo de investigadoras da Universidade de Aveiro (UA) concluiu que quanto maior é o tempo de utilização de dispositivos digitais por crianças em idade pré-escolar, piores são os resultados no desenvolvimento da linguagem.

Em comunicado, a UA diz que a investigação, publicada na revista CoDAS, envolveu 93 famílias portuguesas, com crianças com uma média de idades entre quatro e cinco anos.

Desenvolvida por Maria Inês Gomes, Marisa Lousada e Daniela Figueiredo, do Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde, a investigação procurou analisar a relação entre a utilização de dispositivos digitais, as dinâmicas familiares e o desenvolvimento da linguagem em crianças.

Daniela Figueiredo destaca que os principais resultados mostram que "a maioria das famílias tem um funcionamento familiar equilibrado e que, em média, as crianças apresentam um desenvolvimento normal da linguagem". No entanto, em famílias em que foi observada "menor coesão, flexibilidade e satisfação familiar, há um aumento do tempo de utilização do *smartphone* ou do *tablet* por parte das crianças". "Quanto maior é o tempo de utilização, os resultados em termos de desenvolvimento de linguagem, avaliados por provas de expressão verbal oral e compreensão auditiva, também foram piores", refere a investigadora.

O estudo mostrou ainda existir "uma associação muito significativa" entre o tempo de utilização destes dispositivos por parte dos pais fora do horário de trabalho e o tempo de uso pelas crianças. "A mais horas de utilização por parte dos pais, se associa também mais tempo de uso destes dispositivos pelas crianças, durante a semana e ao fim de semana", acrescenta.

"Os resultados mostram que uma utilização mais excessiva destes dispositivos pode estar associada a dimensões menos equilibradas do sistema familiar e comprometer o desenvolvimento da linguagem", avisa Daniela Figueiredo. Assim, uma utilização moderada, até um máximo de uma hora por dia até aos cinco anos, como recomendado pela Organização Mundial de Saúde, e um ambiente familiar saudável "são fundamentais para promover um desenvolvimento linguístico adequado das crianças".

DN/LUSA

BREVES

DGS admite ruturas pontuais de vacinas

A Direção-Geral da Saúde (DGS) admitiu ontem haver "situações pontuais" de *stocks* de vacinas "abaixo do desejável", mas que têm sido "regularizadas de imediato" e sem comprometer os objetivos do Programa Nacional de Vacinação (PNV), de acordo com as respostas a perguntas colocadas pela Lusa. "A existência pontual de *stock* abaixo de desejável não compromete, em circunstância alguma, o cumprimento dos objetivos do Programa Nacional de Vacinação. Mesmo em caso de eventuais falhas na distribuição de vacinas, a robustez dos sistemas de vigilância e informação permitem que os utentes que aguardam a vacinação sejam imediatamente convocados, logo que seja regularizado o respetivo *stock*", lê-se na resposta. A DGS refere ainda que "sempre que necessário" há uma articulação entre entidades regionais e locais envolvidas no processo de vacinação "para que se proceda, entre unidades de saúde, à cedência de vacinas, evitando situações de rutura de *stock*. Segundo a DGS, "as vacinas do PNV já foram todas adjudicadas e as unidades locais de saúde já foram notificadas para proceder à formalização da encomenda" e "o processo de notificação às entidades começou no final de fevereiro, tendo ocorrido mais cedo do que no ano passado".

Justiça francesa limita liberdade do ator Alain Delon

O ator francês Alain Delon, de 88 anos, foi ontem colocado sob "proteção judicial reforçada" de acordo com uma fonte citada pela AFP. Esta decisão proferida por um juiz surge na sequência de uma disputa judicial que envolve os herdeiros da lenda do cinema, que sofre de vários problemas de saúde desde que em julho de 2019 foi vítima de um AVC. Já em janeiro deste ano tinha sido colocado sob proteção judicial para "realizar um acompanhamento médico", uma medida que foi agora reforçada, o que significa que um tutor administrará a conta bancária da pessoa protegida e pagará as suas despesas. "Deixou de poder administrar os seus bens e tomar decisões, apenas poderá gerir certos aspetos médicos que lhe dizem respeito", disse a mesma fonte à AFP. Refira-se que, desde janeiro, os filhos de Alain Delon estão numa batalha judicial, tudo porque Anthony, de 59 anos, e Alain-Fabien, de 29, acreditam que o ator está a ser manipulado pela filha Anouchka, de 33 anos, que acusam ainda de esconder o verdadeiro estado de saúde do pai. Anouchka anunciou no final de março que apresentou um recurso contra os dois irmãos pela divulgação de uma conversa privada entre ela e o pai.

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Secretário-geral** Afonso Camões **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt